LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

CAPÍTULO II - DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 5º O Sistema Nacional de Trânsito é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades.

Art. 6º São objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito:
I - estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento;
II - fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito;
III - estabelecer a sistemática de fluxos permanentes de informações entre os seus diversos órgãos e entidades, a fim de facilitar o processo decisório e a integração do Sistema.

Seção II
Da Composição e da Competência do Sistema Nacional de Trânsito

Art. 7º Compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:
I - o **Conselho Nacional de Trânsito** - CONTRAN, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo;
II - os **Conselhos Estaduais de Trânsito** - CETRAN e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - **CONTRANDIFE**, órgãos normativos, consultivos e coordenadores;
III - os **órgãos e entidades executivos de trânsito** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
IV - os **órgãos e entidades executivos rodoviários** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
V - a **Policia Rodoviária Federal**;
VI - as **Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal**; e
VII - as **Juntas Administrativas de Recursos de Infrações** - JARI.

Art. 7º-A A autoridade portuária ou a entidade concessionária de porto organizado poderá celebrar convênios com os órgãos previstos no art. 7º, com a interveniência dos Municípios e Estados, juridicamente interessados, para o fim específico de facilitar a autuação por descumprimento da legislação de trânsito.
§ 1º O convênio valerá para toda a área física do porto organizado, inclusive, nas áreas dos terminais alfandegados, nas estações de transbordo, nas instalações portuárias públicas de pequeno porte e nos respectivos estacionamentos ou vias de trânsito internas.

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organização os respectivos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários, estabelecendo os limites circunscricionais de suas atuações.

Art. 9º O Presidente da República designará o **ministério** ou órgão da Presidência responsável pela coordenação máxima do Sistema Nacional de Trânsito, ao qual estará vinculado o CONTRAN o subordinado o órgão máximo executivo de trânsito da União.

Art. 10. O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, com sede no Distrito Federal e presidido pelo dirigente **do órgão máximo executivo de trânsito da União**, tem a seguinte composição:
I e II - (VETADOS)
III - um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia;
IV - um representante do Ministério da Educação e do Desporto;
V - um representante do Ministério do Exército;
VI - um representante do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal;
VII - um representante do Ministério dos Transportes;
VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX - (VETADOS)
XX - um representante do ministério ou órgão coordenador máximo do Sistema Nacional de Trânsito;
XXI - (VETADO)
XXII - um representante do Ministério da Saúde. *(Inciso acrescido pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998)*
XXIII - 1 (um) representante do Ministério da Justiça. *(Inciso acrescido pela Lei nº 11.705, de 19/6/2008)*
Art. 11. (VETADO)

Art. 12**. Compete ao CONTRAN:**
I - estabelecer as normas regulamentares referidas neste Código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito;
II - coordenar os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, objetivando a integração de suas atividades;
III - (VETADO)
IV - criar Câmaras Temáticas;
V - estabelecer seu regimento interno e as diretrizes para o funcionamento dos CETRAN e CONTRANDIFE;
VI - estabelecer as diretrizes do regimento das JARI;
VII - zelar pela uniformidade e cumprimento das normas contidas neste Código e nas resoluções complementares;
VIII - estabelecer e normatizar os procedimentos para a imposição, a arrecadação e a compensação das multas por infrações cometidas em unidade da Federação diferente da do licenciamento do veículo;
IX - responder ás consultas que lhe forem formuladas, relativas à aplicação da legislação de trânsito;
X - normatizar os procedimentos sobre a aprendizagem, habilitação expedição de documentos de condutores, e registro e licenciamento de veículos;
XI - aprovar, complementar ou alterar os dispositivos de sinalização e os dispositivos e equipamentos de trânsito;
XII - apreciar os recursos interpostos contra as decisões das instâncias inferiores, na forma deste Código;
XIII - avocar, para análise e soluções, processos sobre conflitos de competência ou circunscrição, ou, quando necessário, unificar as decisões administrativas; e

XIV - dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 13. As Câmaras Temáticas, órgãos técnicos vinculados ao CONTRAN, são integradas por especialistas e têm como objetivo estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões daquele colegiado.
§ 1º Cada Câmara é constituída por especialistas representantes de órgãos e entidades executivos da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, em igual número, pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito, além de especialistas representantes dos diversos segmentos da sociedade relacionados com o trânsito, todos indicados segundo regimento específico definido pelo CONTRAN e designados pelo ministro ou dirigente coordenador máximo do Sistema Nacional de Trânsito.
§ 2º Os segmentos da sociedade, relacionados no parágrafo anterior, serão representados por pessoa jurídica e devem atender aos requisitos estabelecidos pelo CONTRAN.
§ 3º Os coordenadores das Câmaras Temáticas serão eleitos pelos respectivos membros.

Art. 14. **Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito** - CETRAN e ao **Conselho de Trânsito do Distrito Federal** - CONTRANDIFE:
I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito das respectivas atribuições;
II - elaborar normas no âmbito das respectivas competências;
III - responder a consultas relativas à aplicação da legislação e dos procedimentos normativos de trânsito;
IV - estimular e orientar a execução de campanhas educativas de trânsito;
V - julgar os recursos interpostos contra decisões:
a) das JARI;
b) dos órgãos e entidades executivos estaduais, nos casos de inaptidão permanente constatados nos exames de aptidão física, mental ou psicológica;
VI - indicar um representante para compor a comissão examinadora de candidatos portadores de deficiência física à habilitação para conduzir veículos automotores;
VII - (VETADO)
VIII - acompanhar e coordenar as atividades de administração, educação, engenharia, fiscalização, policiamento ostensivo de trânsito, formação de condutores, registro e licenciamento de veículos, articulando os órgãos do Sistema no Estado, reportando-se ao CONTRAN;
IX - dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito dos Municípios; e
X - informar o CONTRAN sobre o cumprimento das exigências definidas nos §§ 1º e 2º do art. 333.
XI - designar, em caso de recursos deferidos e na hipótese de reavaliação dos exames, junta especial de saúde para examinar os candidatos à habilitação para conduzir veículos automotores. *(Inciso acrescido pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998)*
Parágrafo único. Dos casos previstos no inciso V, julgados pelo órgão, não cabe recurso na esfera administrativa.

Art. 15. Os presidentes dos CETRAN e do CONTRANDIFE são nomeados pelos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente, e deverão ter reconhecida experiência em matéria de trânsito.
§ 1º Os membros dos CETRAN e do CONTRANDIFE são nomeados pelos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente.
§ 2º Os membros do CETRAN e do CONTRANDIFE deverão ser pessoas de reconhecida experiência em trânsito.
§ 3º O mandato dos membros do CETRAN e do CONTRANDIFE é de dois anos, admitida a recondução.

Art. 16. Junto a cada órgão ou entidade executivos de trânsito ou rodoviário funcionarão Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI, órgãos colegiados responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades por eles impostas.
Parágrafo único. As JARI têm regimento próprio, observado o disposto no inciso VI do art. 12, e apoio administrativo e financeiro do órgão ou entidade junto ao qual funcionem.

Art. 17. **Compete às JARI**:
I - julgar os recursos interpostos pelos infratores;
II - solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida;
III - encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.

Art. 18. (VETADO)

Art. 19. **Compete ao órgão máximo executivo de trânsito da União:**
I - cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito e a execução das normas e diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN, no âmbito de suas atribuições;
II - proceder à supervisão, à coordenação, à correição dos órgãos delegados, ao controle e à fiscalização da execução da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;
III - articular-se com os órgãos dos Sistemas Nacionais de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, objetivando o combate à violência no trânsito, promovendo, coordenando e executando o controle de ações para a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito;
IV - apurar, prevenir e reprimir a prática de atos de improbidade contra a fé pública, o patrimônio, ou a administração pública ou privada, referentes ¿a segurança do trânsito;
V - supervisionar a implantação de projetos e programas relacionados com a engenharia, educação, administração, policiamento e fiscalização do trânsito e outros, visando à uniformidade de procedimento;
VI - estabelecer procedimentos sobre a aprendizagem e habilitação de condutores de veículos, a expedição de documentos de condutores, de registro e licenciamento de veículos;
VII - expedir a Permissão para Dirigir, a Carteira Nacional de Habilitação, os Certificados de Registro e o de Licenciamento Anual mediante delegação aos órgãos executivos dos Estados e do Distrito Federal;
VIII - organizar e manter o Registro Nacional de Carteiras de Habilitação - RENACH;
IX - organizar e manter o Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM;

X - organizar a estatística geral de trânsito no território nacional, definindo os dados a serem fornecidos pelos demais órgãos e promover sua divulgação;
XI - estabelecer modelo padrão de coleta de informações sobre as ocorrências de acidentes de trânsito e as estatísticas do trânsito;
XII - administrar fundo de âmbito nacional destinado à segurança e à educação de trânsito;
XIII - coordenar a administração da arrecadação de multas por infrações ocorridas em localidade diferente daquela da habilitação do condutor infrator e em unidade da Federação diferente daquela do licenciamento do veículo;
XIV - fornecer aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito informações sobre registros de veículos e de condutores, mantendo o fluxo permanente de informações com os demais órgãos do Sistema;
XV - promover, em conjunto com os órgãos competentes do Ministério da Educação e do Desporto, de acordo com as diretrizes do CONTRAN, a elaboração e a implementação de programas de educação de trânsito nos estabelecimentos de ensino;
XVI - elaborar e distribuir conteúdos programáticos para a educação de trânsito;
XVII - promover a divulgação de trabalhos técnicos sobre o trânsito;
XVIII - elaborar, juntamente com os demais órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, e submeter à aprovação do CONTRAN, a complementação ou alteração da sinalização e dos dispositivos e equipamentos de trânsito;
XIX - organizar, elaborar, complementar e alterar os manuais e normas de projetos de implementação da sinalização, dos dispositivos e equipamentos de trânsito aprovados pelo COTRAN;
XX - expedir a permissão internacional para conduzir veículo e o certificado de passagem nas alfândegas, mediante delegação nos órgãos executivos dos Estados e do Distrito Federal;
XXI - promover a realização periódica de reuniões regionais e congressos nacionais de trânsito, bem como propor a representação do Brasil em congressos ou reuniões internacionais;
XXII - propor acordos de cooperação com organismos internacionais, com vistas ao aperfeiçoamento das ações inerentes à segurança e educação de trânsito;
XXIII - elaborar projetos e programas de formação, treinamento e especialização do pessoal encarregado da execução das atividades de engenharia, educação, policiamento ostensivo, fiscalização, operação e administração de trânsito, propondo medidas que estimulem a pesquisa científica e o ensino técnico-profissional de interesse do trânsito, e promovendo a sua realização;
XXIV - opinar sobre assuntos relacionados ao trânsito interestadual e internacional;
XXV - elaborar e submeter à aprovação do CONTRAN as normas e requisitos de segurança veicular para fabricação e montagem de veículos, consoante sua destinação;
XXVI - estabelecer procedimentos para a concessão do código marca-modelo dos veículos para efeito de registro, emplacamento e financiamento;
XXVII - instruir os recursos interpostos das decisões do CONTRAN, ao ministro ou dirigente coordenador máximo do Sistema Nacional de Trânsito;
XXVIII - estudar os casos omissos na legislação de trânsito e submetê-los, com proposta de solução, ao Ministério ou órgão coordenador máximo do Sistema Nacional de Trânsito;
XXIX - prestar suporte técnico, jurídico, administrativo e financeira ao CONTRAN.
§ 1º Comprovada, por meio de sindicância, a deficiência técnica ou administrativa ou a prática constante de atos de improbidade contra a fé pública, contra o patrimônio ou contra a administração pública, o órgão executivo de trânsito da União, mediante aprovação do CONTRAN, assumirá diretamente ou por delegação, a execução total ou parcial das atividades do órgão executivo de trânsito estadual que tenha motivado a investigação, até que as irregularidades sejam sanadas.
§ 2º O regimento interno do órgão executivo de trânsito da União disporá sobre sua estrutura organizacional e seu funcionamento.
§ 3º Os órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal dos Municípios fornecerão, obrigatoriamente, mês a mês, os dados para os fins previstos no X.

Art. 20. Compete à **Policia Rodovia Federal** no âmbito das rodovias e estradas federais:
I - cumprir e fazer cumprir a televisão e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;
II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;
III - aplicar e arrecadar as multas imposta por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;
IV - efetuar levantamento dos locais de acidente de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vitimas;
V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;
VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;
VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;
VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;
IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;
X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;
XI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio,

quando solicitado, às ações especificas dos órgãos ambientais.

Art. 21. Compete aos **órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**, no âmbito de sua circunscrição:
I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;
II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;
III - Implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;
IV - coletar dados e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;
V - estabelecer, em conjunto com os órgãos de policiamento ostensivo de trânsito, as respectivas diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;
VI - executar a fiscalização de trânsito, autuar, aplicar as penalidades de advertência, por escrito, e ainda as multas e medidas administrativas cabíveis, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;
VII - arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;
VIII - fiscalizar, autuar, aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;
IX - fiscalizar o cumprimento da norma contida no art. 95, aplicando as penalidades e arrecadando as multas nele previstas;
X - implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;
XI - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;
XII - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;
XIII - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio às ações específicas dos órgãos ambientais locais, quando solicitado;
XIV - vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos.
Parágrafo único. (VETADO)

Art. 22. Compete aos **órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal**, no âmbito de sua circunscrição:
I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito das respectivas atribuições;
II - realizar, fiscalizar e controlar o processo de formação, aperfeiçoamento, reciclagem e suspensão de condutores, expedir e cassar Licença de Aprendizagem, Permissão para Dirigir e Carteira Nacional de Habilitação, mediante delegação do órgão federal competente;
III - vistoriar, inspecionar quanto às condições de segurança veicular, registrar, emplacar, selar a placa, e licenciar veículos, expedindo o Certificado de Registro e o Licenciamento Anual, mediante delegação do órgão federal competente;
IV - estabelecer, em conjunto com as Policias Militares, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;
V - executar fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis pelas infrações previstas neste Código, excetuadas aquelas relacionadas nos incisos VI e VIII do art. 24, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;
VI - aplicar as penalidades por infrações previstas neste Código, com exceção daquelas relacionadas nos incisos VII e VIII do art. 24, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;
VII - arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos;
VIII - comunicar ao órgão executivo de trânsito da União a suspensão e a cassação do direito de dirigir e o recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação;
IX - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas;
X - credenciar órgãos ou entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito, na forma estabelecida em norma do CONTRAN;
XI - implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;
XII - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo corri as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;
XIII - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;
XIV - fornecer, aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais, os dados cadastrais dos veículos registrados e dos condutores habilitados, para fins de imposição e notificação de penalidades e de arrecadação de multas nas áreas de suas competências;
XV - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais locais;
XVI - articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN.

Art. 23. Compete às **Policias Militares dos Estados e do Distrito Federal**:
I - (VETADO)
II - (VETADO)
III - executar a fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários, concomitantemente com os demais agentes credenciados;

Art. 24. Compete aos **órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios**, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas trânsito, no âmbito de suas atribuições;
II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;
III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;
IV - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;
V - estabelecer, em conjunto com os órgão de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;
VI - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste Código, no exercício regular do Poder de Policia de Trânsito;
VII - aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste Código, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;
VIII - fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;
IX - fiscalizar o cumprimento da norma contida no art. 95, aplicando as penalidades arrecadando as multas nele previstas;
X - implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;
XI - arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;
XII - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;
XIII - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da Federação;
XIV - implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;
XV - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;
XVI - planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;
XVII - registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando muitas decorrentes de infrações;
XVIII - conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal;
XIX - articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;
XX - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado;
XXI - vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos;
§ 1º As competências relativas a órgão ou entidade municipal serão exercidos no Distrito Federal por seu órgão ou entidade executivos de trânsito.
§ 2º Para exercer as competências estabelecidos neste artigo, os Municípios deverão integrar-se ao Sistema Nacional de Trânsito, conforme previsto no art. 333 deste Código.

Art. 25. Os órgãos e entidades executivos do Sistema Nacional de Trânsito poderão celebrar convênio delegando as atividades previstas neste Código, com vistas a maior eficiência e à segurança para os usuários da via.
Parágrafo único. Os órgãos e entidades de trânsito poderão prestar serviços de capacitação técnica, assessoria e monitoramento das atividades relativas ao trânsito durante prazo a ser estabelecido entre as partes, com ressarcimento dos custos apropriados.

CAPÍTULO III
DAS NORMAS GERAIS DE CIRCULAÇÃO E CONDUTA

Art. 26. Os usuários das vias terrestres devem:
I - abster-se de todo ato que possa constituir perigo ou obstáculo para o trânsito de veículos, de pessoas ou de animais, ou ainda causar danos a propriedades públicas ou privadas;
II - abster-se de obstruir o trânsito ou torná-lo perigoso, atirando, depositando ou abandonando na via objetos ou substâncias, ou nela criando qualquer outro obstáculo.

Art. 27. Antes de colocar o veículo em circulação nas vias públicas, o condutor deverá verificar a existência e as boas condições de funcionamento dos equipamentos de uso obrigatório, bem como assegurar-se da existência de combustível suficiente para chegar no local de destino.

Art. 28. O condutor deverá, a todo momento, ter domínio de ser veículo, dirigindo com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito.

Art. 29. O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas a circulação obedecerá às seguintes normas:
I - a circulação far-se-á pelo lado direito da via, admitindo-se as exceções devidamente sinalizadas;
II - o condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relação ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas;
III - quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado, terá preferência de passagem:
a) no caso de apenas um fluxo ser proveniente de rodovia, aquele que estiver circulando por ela;
b) no caso de rotatória, aquele que estiver circulando por ela;
c) nos demais casos, o que vier pela direita do condutor;
IV - quando uma pista de rolamento comportar várias faixas de circulação no mesmo sentido, são as da direita destinadas ao deslocamento dos veículos mais lentos e de

maior porte, quando não houver faixa especial a eles destinada, e as da esquerda, destinadas à ultrapassagem e ao deslocamento dos veículos de maior velocidade;
V - o trânsito de veículos sobre passeios, calçadas e nos acostamentos, só poderá ocorrer para que se adentre ou se saia dos imóveis ou áreas especiais de estacionamento;
VI - os veículos precedidos de batedores terão prioridade de passagem, respeitadas as demais normas de circulação;
VII - os veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os de fiscalização e operação de trânsito e as ambulâncias, além de prioridade de trânsito, gozam de livre circulação, estacionamento e parada, quando em serviço de urgência e devidamente identificados por dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente, observadas as seguintes disposições:
a) quando os dispositivos estiverem acionados, indicando a proximidade dos veículos, todos os condutores deverão deixar livre a passagem pela faixa da esquerda, indo para a direita da via e parando, se necessário;
b) os pedestres, ao ouvir o alarme sonoro, deverão aguardar no passeio, só atravessando a via quando o veículo já tiver passado pelo local;
c) o uso de dispositivos de alarme sonoro e de iluminação vermelha intermitente só poderá ocorrer quando da efetiva prestação de serviço de urgência;
d) a prioridade de passagem na via e no cruzamento deverá se dá com velocidade reduzida e com os devidos cuidados de segurança, obedecidas as demais normas deste Código;
VIII - os veículos prestadores de serviços de utilidade pública, quando em atendimento na via, gozam de livre parada e estacionamento no local da prestação de serviço, desde que devidamente sinalizados, devendo estar identificados na forma estabelecida pelo CONTRAN;
IX - a ultrapassagem de outro veículo em movimento deverá ser feita pela esquerda, obedecida a sinalização regulamentar e as demais normas estabelecidas neste Código, exceto quando o veículo a ser ultrapassado estiver sinalizando o propósito de entrar à esquerda;
X - todo condutor deverá, antes de efetuar uma ultrapassagem, certificar-se de que:
a) nenhum condutor que venha atrás haja começado uma manobra para ultrapassá-lo;
b) quem o precede na mesma faixa de trânsito não haja indicado o propósito de ultrapassar um terceiro;
c) a faixa de trânsito que vai tomar esteja livre numa extensão suficiente para que sua manobra não ponha em perigo ou obstrua o trânsito que venha em sentido contrário.
XI - todo condutor no efetuar a ultrapassagem deverá:
a) indicar com antecedência a manobra pretendida, acionando a luz indicadora de direção do veículo ou por meio de gesto convencional de braço;
b) afastar-se do usuário ou usuários aos quais ultrapassa, de tal forma que deixe livre uma distância lateral de segurança;
c) retomar, após a efetivação da manobra, a faixa de trânsito de origem, acionando a luz indicadora de direção do veículo ou fazendo gesto convencional de braço, adotando os cuidados necessários para não pôr em perigo ou obstruir o trânsito dos veículos que ultrapassou;
XII - os veículos que se deslocam sobre trilhos terão preferência de passagem sobre os demais, respeitadas as normas de circulação.

§ 1º As normas de ultrapassagem previstas nas alíneas a e b do inciso X e a e b do inciso XI aplicam-se à transposição de faixas, que pode ser realizada tanto pela faixa da esquerda como pela da direita.
§ 2º Respeitadas as normas de circulação e conduta estabelecidas neste artigo, em ordem decrescente, os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores, os motorizados pelos não motorizados e, juntos, pela incolumidade dos pedestres.

Art. 30. Todo condutor, ao perceber que outro que o segue tem o propósito de ultrapassá-lo, deverá:
I - se estiver circulando pela faixa da esquerda, deslocar-se para a faixa da direita, sem acelerar a marcha;
II - se estiver circulando pelas demais faixas, manter-se naquela na qual está circulando, sem acelerar a marcha.
Parágrafo único. Os veículos mais lentos, quando em fila, deverão manter distância suficiente entre si para permitir que veículos que os ultrapassem possam se intercalar na fila com segurança.

Art. 31. O condutor que tenha o propósito de ultrapassar um veículo de transporte coletivo que esteja parado, efetuando embarque ou desembarque de passageiros, deverá reduzir a velocidade, dirigindo com atenção redobrada ou parar o veículo com vistas à segurança dos pedestres.

Art. 32. O condutor não poderá ultrapassar veículos em vias com duplo sentido de direção e pista única, nos trechos em curvas e em aclives sem visibilidade suficiente, nas passagens de nível, nas pontes e viadutos e nas travessias de pedestres, exceto quando houver sinalização permitindo a ultrapassagem.

Art. 33. Nas interseções e suas proximidades, o condutor não poderá efetuar ultrapassagem.

Art. 34. O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade.

Art. 35. Antes de iniciar qualquer manobra que implique um deslocamento lateral, o condutor deverá indicar seu propósito de forma clara e com a devida antecedência, por meio da luz indicadora de direção de seu veículo, ou fazendo gesto convencional de braço.
Parágrafo único. Entende-se por deslocamento lateral a transposição de faixas, movimentos de conversão à direita, à esquerda e retornos.

Art. 36. O condutor que for ingressar numa via, procedente de um lote lindeiro a essa via, deverá dar preferência aos veículos e pedestres que por ela estejam transitando.

Art. 37. Nas vias providas de acostamento, a conversão à esquerda e a operação de retomo deverão ser feitas nos locais apropriados e, onde estes não existirem, o condutor deverá aguardar no acostamento, à direita, para cruzar a pista com segurança.

Art. 38. Antes de entrar à direita ou à esquerda, em outra via ou em lotes lindeiros, o condutor deverá:

I - ao sair da via pela lado direito, aproximar-se o máximo possível do bordo direito da pista e executar sua manobra no menor espaço possível;
II - ao sair da via pelo lado esquerdo, aproximar-se o máximo possível de seu eixo ou da linha divisória da pista quando houver, caso se trate de uma pista com circulação nos dois sentidos, ou do bordo esquerdo, tratando-se de uma pista de um só sentido.
Parágrafo único. Durante a manobra de mudança de direção, o condutor deverá ceder passagem aos pedestres e ciclistas, aos veículos que transitem em sentido contrário pela pista da via da qual vai sair, respeitadas as normas de preferência de passagem.

Art. 39. Nas vias urbanas, a operação de retorno deverá ser feita nos locais para isto determinados, quer por meio de sinalização, quer pela existência de locais apropriados, ou, ainda, em outros locais que ofereçam condições de segurança e fluidez, observadas as características da via, do veículo, das condições meteorológicas e da movimentação de pedestres e ciclistas.

Art. 40. O uso de luzes em veículo obedecerá ás seguintes determinação:
I - o condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando luz baixa, durante a noite e durante o dia nos túneis providos de iluminação publica;
II - nas vias não iluminadas o condutor deve usar luz alta, exceto ao cruzar com outro veículo ou ao segui-lo;
III - a troca de luz baixa e alta, de forma intermitente e por curto período de tempo, com o objetivo de advertir outros motoristas, só poderá ser utilizada para indicar a intenção de ultrapassar o veículo que segue à frente ou para indicar a existência de risco à segurança para os veículos que circulam no sentido contrário;
IV - o condutor manterá acesas pelo menos as luzes de posição do veículo quando sob chuva forte, neblina ou cerração;
V - O condutor utilizará o pisca-alerta nas seguintes situações:
a) em imobilizações ou situações de emergência;
b) quando a regulamentação da via assim o determinar;
VI - durante a noite, em circulação, o condutor manterá acesa a luz de placa;
VII - o condutor manterá acesas, à noite, as luzes de posição quando o veículo estiver parado para fins de embarque ou desembarque de passageiros e carga ou descarga de mercadorias.
Parágrafo único. Os veículos de transporte coletivo regular de passageiros, quando circularem em faixas próprias a eles destinadas, e os ciclos motorizados deverão utilizar-se de farol de luz baixa durante o dia e a noite.

Art. 41. O condutor de veículo só poderá fazer uso de buzina, desde que em toque breve, nas seguintes situações:
I - para fazer as advertências necessárias a fim de evitar acidentes;
II - fora das áreas urbanas, quando for conveniente advertir a um condutor que se tem o propósito de ultrapassá-lo.

Art. 42. Nenhum condutor deverá frear bruscamente seu veículo, salvo por razões de segurança.

Art. 43. Ao regular a velocidade, o condutor deverá observar constantemente as condições físicas da via, do veículo e da carga, as condições meteorológicas e a intensidade do trânsito, obedecendo aos limites máximos de velocidade estabelecidos para a via, além de:
I - não obstruir a marcha normal dos demais veículos em circulação sem causa justificada, transitando a uma velocidade anormalmente reduzida;
II - sempre que quiser diminuir a velocidade de seu veículo deverá antes certificar-se de que pode fazê-lo sem risco nem inconvenientes para os outros condutores, a não ser que haja perigo iminente;
III - indicar, de forma clara, com a antecedência necessária e a sinalização devida, a manobra de redução de velocidade.

Art. 44. Ao aproximar-se de qualquer tipo de cruzamento, o condutor do veículo deve demonstrar prudência especial, transitando em velocidade moderada, de forma que possa deter seu veículo com segurança para dar passagem a pedestre e a veículos que tenham o direito de preferência.

Art. 45. Mesmo que a indicação luminosa do semáforo lhe seja favorável, nenhum condutor pode entrar em uma interseção se houver possibilidade de ser obrigado a imobilizar o veículo na área do cruzamento, obstruindo ou impedindo a passagem do trânsito transversal.

Art. 46. Sempre que for necessária a imobilização temporária de um veículo no leito viário, em situação de emergência, deverá ser providenciada a imediata sinalização de advertência, na forma estabelecida pelo CONTRAN.

Art. 47. Quando proibido o estacionamento na via, a parada deverá restringir-se ao tempo indispensável para embarque ou desembarque de passageiros, desde que não interrompa ou perturbe o fluxo de veículos ou a locomoção de pedestres.
Parágrafo único. A operação de carga ou descarga será regulamentada pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via e é considerada estacionamento.

Art. 48. Nas paradas, operações de carga ou descarga e nos estacionamentos, o veículo deverá ser posicionado no sentido do fluxo, paralelo ao bordo da pista de rolamento e junto à guia da calçada (meio-fio), admitidas as exceções devidamente sinalizadas.
§ 1º Nas vias providas de acostamento, os veículos parados, estacionados ou em operação de carga ou descarga deverão estar situados fora da pista de rolamento.
§ 2º O estacionamento dos veículos motorizados de duas rodas será feito em posição perpendicular à guia da calçada (meio-fio) e junto a ela, salvo quando houver sinalização que determine outra condição.
§ 3º O estacionamento dos veículos sem abandono do condutor poderá ser feito somente nos locais previstos neste Código ou naqueles regulamentados por sinalização específica.

Art. 49. O condutor e os passageiros não deverão abrir a porta do veículo, deixá-la aberta ou descer do veículo sem antes se certificarem de que isso não constitui perigo para eles e para outros usuários da via.
Parágrafo único. O embarque e o desembarque devem ocorrer sempre do lado da calçada, exceto para o condutor.

Art. 50. O uso de faixas laterais de domínio e das áreas adjacentes às estradas e rodovias obedecerá às condições de segurança do trânsito estabelecidas pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.

Art. 51. Nas vias internas pertencentes a condomínios constituídos por unidades autônomas, a sinalização de regulamentação da via será implantada e mantida às expensas do condomínio, após aprovação dos projetos pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.

Art. 52. Os veículos de tração animal serão conduzidos pela direita da pista, junto à guia da calçada (meio-fio) ou acostamento, sempre que não houver faixa especial a eles destinada, devendo seus condutores obedecer, no que couber, às normas de circulação previstas neste Código e às que vierem a ser fixadas pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.

Art. 53. Os animais isolados ou em grupos só podem circular nas vias quando conduzidos por um guia, observado o seguinte:
I - para facilitar os deslocamentos, os rebanhos deverão ser divididos em grupos de tamanho moderado e separados uns dos outros por espaços suficientes para não obstruir o trânsito;
II - os animais que circularem pela pista de rolamento deverão ser mantidos junto ao bordo da pista.

Art. 54. Os condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão circular nas vias:
I - utilizando capacete de segurança, com viseira ou óculos protetores;
II - segurando o guidom com as duas mãos;
III - usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do CONTRAN.

Art. 55. Os passageiros de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão ser transportados:
I - utilizando capacete de segurança;
II - em carro lateral acoplado aos veículos ou em assento suplementar atrás do condutor;
III - usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do CONTRAN.

Art. 56. (VETADO)

Art. 57. Os ciclomotores devem ser conduzidos pela direita da pista de rolamento, preferencialmente no centro da faixa mais à direita ou no bordo direito da pista sempre que não houver acostamento ou faixa própria a eles destinada, proibida a sua circulação nas vias de trânsito rápido e sobre as calçadas das vias urbanas.
Parágrafo único. Quando uma via comportar duas ou mais faixas de trânsito e a da direita for destinada ao uso exclusivo de outro tipo de veículo, os ciclomotores deverão circular pela faixa adjacente à da direita.

Art. 58. Nas vias urbanas e nas rurais de pista dupla, a circulação de bicicletas deverá ocorrer, quando não houver ciclovia, ciclofaixa, ou acostamento, ou quando não for possível a utilização destes, nos bordos da pista de rolamento, no mesmo sentido de circulação regulamentado para a via, com preferência sobre os veículos automotores.
Parágrafo único. A autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá autorizar a circulação de bicicletas no sentido contrário ao fluxo dos veículos automotores, desde que dotado o trecho com ciclofaixa.

Art. 59. Desde que autorizado e devidamente sinalizado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via, será permitida a circulação de bicicletas nos passeios.

Art. 60. As vias abertas à circulação, de acordo com sua utilização, classificam-se em:
I - vias urbanas:
a) via de trânsito rápido;
b) via arterial;
c) via coletora;
d) via local;
II - vias rurais:
a) rodovias;
b) estradas.

Art. 61. A velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito.
§ 1º Onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de:
I - nas vias urbanas:
a) **oitenta quilômetros por hora, nas vias de trânsito rápido;**
b) **sessenta quilômetros por hora, nas vias arteriais;**
c) **quarenta quilômetros por hora nas vias coletoras;**
d) **trinta quilômetros por hora, nas vias locais;**
II - nas vias rurais:
a) **nas rodovia;**
1) 110 (cento e dez) quilômetros por hora para automóveis, camionetas e motocicletas; *(Item com redação dada pela Lei nº 10.830, de 23/12/2003)*
2) noventa quilômetros por hora, para ônibus e microônibus;
3) oitenta quilômetros por hora, para os demais veículos;
b) **nas estradas, sessenta quilômetros por hora.**
§ 2º O órgão ou entidade de trânsito ou rodoviário com circunscrição sobre a via poderá regulamentar, por meio de sinalização, velocidades superiores ou inferiores àquelas estabelecidas no parágrafo anterior.

Art. 62. A velocidade mínima não poderá ser inferior à metade da velocidade máxima estabelecida, respeitadas as condições operacionais de trânsito e da via.

Art. 63. (VETADO)

Art. 64. As crianças com idade inferior a dez anos devem ser transportadas nos bancos traseiros, salvo exceções regulamentadas pelo CONTRAN.

Art. 65. É obrigatório o uso do cinto de segurança para condutor e passageiros em todas as vias do território nacional, salvo em situação regulamentadas pelo CONTRAN.

Art. 66. (VETADO)

Art. 67. As provas ou competições desportivas, inclusive seus ensaios, em via aberta à circulação, só poderão ser realizadas mediante a permissão da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via e dependerão de:

I - autorização expressa da respectiva confederação desportiva ou de entidades estaduais a ela filiadas;
II - caução ou fiança para cobrir possíveis danos materiais à via;
III - contrato de seguro contra riscos e acidentes em favor de terceiros;
IV - prévio recolhimento do valor correspondente aos custos operacionais em que o órgão ou entidade permissionária incorrerá.
Parágrafo único. A autoridade com circunscrição sobre a via arbitrará os valores mínimos da caução ou fiança e do contrato de seguro.

CAPÍTULO IV
DOS PEDESTRES E CONDUTORES DE VEÍCULOS NÃO MOTORIZADOS

Art. 68. É assegurada ao pedestre a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais para circulação, podendo a autoridade competente permitir a utilização de parte da calçada para outros fins, desde que não seja prejudicial ao fluxo de pedestres.
§ 1º O ciclista desmontado empurrando a bicicleta equipara-se ao pedestre em direitos e deveres.
§ 2º Nas áreas urbanas, quando não houver passeios ou quando não for possível a utilização destes, a circulação de pedestres na pista de rolamento será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, exceto em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida.
§ 3º Nas vias rurais, quando não houver acostamento ou quando não for possível a utilização dele, a circulação de pedestres, na pista de rolamento, será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, em sentido contrário ao deslocamento de veículos, exceto em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida.
§ 4º (VETADO)
§ 5º Nos trechos urbanos de vias rurais e nas obras de arte a serem construídas, deverá ser previsto passeio destinado à circulação dos pedestres, que não deverão, nessas condições, usar o acostamento.
§ 6º Onde houver obstrução da calçada ou da passagem para pedestres, o órgão ou entidade com circunscrição sobre a via deverá assegurar a devida sinalização e proteção para circulação de pedestres.

Art. 69. Para cruzar a pista de rolamento o pedestre tomará precauções de segurança, levando em conta, principalmente, a visibilidade, a distância e a velocidade dos veículos, utilizando sempre as faixas ou passagens a ele destinadas sempre que estas existirem numa distância de até cinqüenta metros dele, observadas as seguintes disposições:
I - onde não houver faixa ou passagem, o cruzamento da via deverá ser feito em sentido perpendicular ao de seu eixo;
II - para atravessar uma passagem sinalizada para pedestres ou delimitada por marcas sobre a pista:
a) onde houver foco de pedestres, obedecer às indicações das luzes;
b) onde não houver foco de pedestres, aguardar que o semáforo ou o agente de trânsito interrompa o fluxo de veículos;
III - nas interseções e em suas proximidades, onde não existam faixas de travessia, os pedestres devem atravessar a via na continuação da calçada, observadas as seguintes normas:
a) não deverão adentrar na pista sem antes se certificar de que podem fazê-lo sem obstruir o trânsito de veículos;
b) uma vez iniciada a travessia de uma pista, os pedestres não deverão aumentar o seu percurso, demorar-se ou parar sobre ela sem necessidade.

Art. 70. Os pedestres que estiverem atravessando a via sobre as faixas delimitadas para esse fim terão prioridade de passagem, exceto nos locais com sinalização semafórica, onde deverão ser respeitadas as disposições deste Código.
Parágrafo único. Nos locais em que houver sinalização semafórica de controle de passagem será dada preferência aos pedestres que não tenham concluído a travessia, mesmo em caso de mudança do semáforo liberando a passagem dos veículos.

Art. 71. O órgão ou entidade com circunscrição sobre a via manterá obrigatoriamente, as faixas e passagens de pedestres em boas condições de visibilidade, higiene, segurança e sinalização.

CAPÍTULO VI
DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

Art. 74. A educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito.
§ 1º É obrigatória a existência de coordenação educacional em cada órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito.
§ 2º Os órgãos ou entidades executivos de trânsito deverão promover, dentro de sua estrutura organizacional ou mediante convênio, o funcionamento de Escolas Públicas de Trânsito, nos moldes e padrões estabelecidos pelo CONTRAN.

Art. 75. O CONTRAN estabelecerá, anualmente, os temas e os cronogramas das campanhas de âmbito nacional que deverão ser promovidas por todos os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, em especial nos períodos referentes às férias escolares, feriados prolongados e à Semana Nacional de Trânsito.
§ 1º Os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito deverão promover outras campanhas no âmbito de sua circunscrição e de acordo com as peculiaridades locais.
§ 2º As campanhas de que trata este artigo são de caráter permanente, e os serviços de rádio e difusão sonora de sons e imagens explorados pelo poder público são obrigados a difundi-las gratuitamente, com a freqüência recomendada pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Trânsito.

Art. 76. A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.
Parágrafo único. Para a finalidade prevista neste artigo, o Ministério da Educação e do Desporto, mediante proposta

do CONTRAN e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, diretamente ou mediante convênio, promoverá:
I - a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito;
II - a adoção de conteúdos relativos à educação para o trânsito nas escolas de formação para o magistério e o treinamento de professores e multiplicadores;
III - a criação de corpos técnicos interprofissionais para levantamento e análise de dados estatísticos relativos ao trânsito;
IV - a elaboração de planos de redução de acidentes de trânsito junto aos núcleos interdisciplinares universitários de trânsito, com vistas à integração universidades-sociedade na área de trânsito.

Art. 77. No âmbito da educação para o trânsito caberá ao Ministério da Saúde, mediante proposta do CONTRAN, estabelecer campanha nacional esclarecendo condutas a serem seguidas nos primeiros socorros em caso de acidente de trânsito.
Parágrafo único. As campanhas terão caráter permanente por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS, sendo intensificadas nos períodos e na forma estabelecidos no art. 76.

Art. 77-A. São assegurados aos órgãos ou entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito os mecanismos instituídos nos arts. 77-B a 77-E para a veiculação de mensagens educativas de trânsito em todo o território nacional, em caráter suplementar às campanhas previstas nos arts. 75 e 77. *(Artigo com redação dada pela Lei nº 12.006, de 29/7/2009)*

Art. 77-B. Toda peça publicitária destinada à divulgação ou promoção, nos meios de comunicação social, de produto oriundo da indústria automobilística ou afim, incluirá, obrigatoriamente, mensagem educativa de trânsito a ser conjuntamente veiculada.
§ 1º Para os efeitos dos arts. 77-A a 77-E, consideram-se produtos oriundos da indústria automobilística ou afins:
I - os veículos rodoviários automotores de qualquer espécie, incluídos os de passageiros e os de carga;
II - os componentes, as peças e os acessórios utilizados nos veículos mencionados no inciso I.
§ 2º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se à propaganda de natureza comercial, veiculada por iniciativa do fabricante do produto, em qualquer das seguintes modalidades:
I - rádio;
II - televisão;
III - jornal;
IV - revista;
V - *outdoor* .
§ 3º Para efeito do disposto no § 2º, equiparam-se ao fabricante o montador, o encarroçador, o importador e o revendedor autorizado dos veículos e demais produtos discriminados no § 1º deste artigo. *(Artigo com redação dada pela Lei nº 12.006, de 29/7/2009)*

Art. 77-C. Quando se tratar de publicidade veiculada em *outdoor* instalado à margem de rodovia, dentro ou fora da respectiva faixa de domínio, a obrigação prevista no art. 77-B estende- se à propaganda de qualquer tipo de produto e anunciante, inclusive àquela de caráter institucional ou eleitoral. *(Artigo com redação dada pela Lei nº 12.006, de 29/7/2009)*

Art. 77-D. O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) especificará o conteúdo e o padrão de apresentação das mensagens, bem como os procedimentos envolvidos na respectiva veiculação, em conformidade com as diretrizes fixadas para as campanhas educativas de trânsito a que se refere o art. 75. *(Artigo com redação dada pela Lei nº 12.006, de 29/7/2009)*

Art. 77-E. A veiculação de publicidade feita em desacordo com as condições fixadas nos arts. 77-A a 77-D constitui infração punível com as seguintes sanções:
I - advertência por escrito;
II - suspensão, nos veículos de divulgação da publicidade, de qualquer outra propaganda do produto, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias;
III - multa de 1.000 (um mil) a 5.000 (cinco mil) vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (Ufir), ou unidade que a substituir, cobrada do dobro até o quíntuplo, em caso de reincidência.
§ 1º As sanções serão aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme dispuser o regulamento.
§ 2º Sem prejuízo do disposto no *caput* deste artigo, qualquer infração acarretará a imediata suspensão da veiculação da peça publicitária até que sejam cumpridas as exigências fixadas nos arts. 77-A a 77-D. *(Artigo com redação dada pela Lei nº 12.006, de 29/7/2009)*

Art. 78. Os Ministérios da Saúde, da Educação e do Desporto, do Trabalho, dos Transportes e da Justiça, por intermédio do CONTRAN, desenvolverão e implementarão programas destinados à prevenção de acidentes.
Parágrafo único. O percentual de dez por cento do total dos valores arrecadados destinados à Previdência Social, do Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, de que trata a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, serão repassados mensalmente ao Coordenador do Sistema Nacional de Trânsito para aplicação exclusiva em programas de que trata este artigo.

Art. 79. Os órgãos e entidades executivos de trânsito poderão firmar convênio com os órgãos de educação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, objetivando o cumprimento das obrigações estabelecidas neste capítulo.

CAPÍTULO VII
DA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Art. 80. Sempre que necessário, será colocada ao longo da via, sinalização prevista neste Código e em legislação complementar, destinada a condutores e pedestres, vedada a utilização de qualquer outra.
§ 1º A sinalização será colocada em posição e condições que a tornem perfeitamente visível e legível durante o dia e a noite, em distância compatível com a segurança do trânsito, conforme normas e especificações do CONTRAN.
§ 2º O CONTRAN poderá autorizar, em caráter experimental e por período prefixado, a utilização de sinalização não prevista neste Código.

Art. 81. Nas vias públicas e nos imóveis é proibido colocar luzes, publicidade, inscrições, vegetação e mobiliário que possam gerar confusão, interferir na visibilidade da sinalização e comprometer a segurança do trânsito.

Art. 82. É proibido afixar sobre a sinalização de trânsito e respectivos suportes, ou junto a ambos, qualquer tipo de publicidade, inscrições, legendas e símbolos que não se relacionem com a mensagem da sinalização.

Art. 83. A afixação de publicidade ou de quaisquer legendas ou símbolos ao longo das vias condiciona-se à previa aprovação do órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.

Art. 84. O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá retirar ou determinar a imediata retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade da sinalização viária e a segurança do trânsito, com ônus para quem o tenha colocado.

Art. 85. Os locais destinados pelo órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via à travessia de pedestres deverão ser sinalizados com faixas pintadas ou demarcadas no leito da via.

Art. 86. Os locais destinados a postos de gasolina, oficinas, estacionamentos ou garagens de uso coletivo deverão ter suas entradas e saídas devidamente identificadas, na forma regulamentada pelo CONTRAN.

Art. 87. Os sinais de trânsito classificam-se em:
I - verticais;
II - horizontais;
III - dispositivos de sinalização auxiliar;
IV - luminosos;
V - sonoros;
VI - gestos do agente de trânsito e do condutor.

Art. 88. Nenhuma via pavimentada poderá ser entregue após sua construção, ou reaberta ao trânsito após a realização de obras ou de manutenção, enquanto não estiver devidamente sinalizada, vertical e horizontalmente, de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação.
Parágrafo único. Nas vias ou trechos de vias em obras deverá ser afixada sinalização especifica e adequada.

Art. 89. A sinalização terá a seguinte ordem de prevalência:
I - as ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais;
II - as indicações do semáforo sobre os demais sinais;
III - as indicações dos sinais sobre as demais normas de trânsito.

Art. 90. Não serão aplicadas as sanções previstas neste Código por inobservância à sinalização quando esta for insuficiente ou incorreta.
§ 1º O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via é responsável pela implantação da sinalização, respondendo pela sua falta, insuficiência ou incorreta colocação.
§ 2º O CONTRAN editará normas complementares no que se refere à interpretação, colocação e uso da sinalização.

CAPÍTULO XII
DO LICENCIAMENTO

Art. 130. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque, para transitar na via, deverá ser licenciado anualmente pelo órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, onde estiver registrado o veículo.
§ 1º O disposto neste artigo não se aplica a veículo de uso bélico.
§ 2º No caso de transferência de residência ou a domicílio, é válido, durante o exercício, o licenciamento de origem.

Art. 131. O Certificado de Licenciamento Anual será expedido no veículo licenciado, vinculado ao Certificado de Registro, no modelo e especificações estabelecidos pelo CONTRAN.
§ 1º O primeiro licenciamento será feito simultaneamente ao registro.
§ 2º O veículo somente será considerado licenciado estando quitados os débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais, vinculados ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas.
§ 3º Ao licenciar o veículo, o proprietário deverá comprovar sua aprovação nas inspeções de segurança veicular e de controle de emissões de gases poluentes e de ruído, conforme disposto no art. 104.

Art. 132. Os veículos novos não estão sujeitos ao licenciamento e terão sua circulação regulada pelo CONTRAN durante o trajeto entre a fábrica e o Município de destino.
Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, igualmente, aos veículos importados, durante o trajeto entre a alfândega ou entreposto alfandegário e o Município de destino.

Art. 133. É obrigatório o porte do Certificado de Licenciamento Anual.

Art. 134. No caso de transferência de propriedade, o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação.

Art. 135. Os veículos de aluguel, destinados ao transporte individual ou coletivo de passageiros de linhas regulares ou empregados em qualquer serviço remunerado, para registro, licenciamento e respectivo emplacamento de característica comercial, deverão estar devidamente autorizados pelo poder público concedente.

CAPÍTULO XIII
DA CONDUÇÃO DE ESCOLARES

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos

de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:
I - registro como veículo de passageiros;
II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;
IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;
V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
VI - cintos de segurança em número igual à lotação;
VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

Art. 138. O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:
I - ter idade superior a vinte e um anos;
II - ser habilitado na categoria D;
III - (VETADO)
IV - não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
V - ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

Art. 139. disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.

CAPÍTULO XIII-A
DA CONDUÇÃO DE MOTO-FRETE
(Capítulo acrescido pela Lei nº 12.009, de 29/7/2009)

Art. 139-A. As motocicletas e motonetas destinadas ao transporte remunerado de mercadorias - moto-frete - somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindose, para tanto:
I - registro como veículo da categoria de aluguel;
II - instalação de protetor de motor mata-cachorro, fixado no chassi do veículo, destinado a proteger o motor e a perna do condutor em caso de tombamento, nos termos de regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito - Contran;
III - instalação de aparador de linha antena corta-pipas, nos termos de regulamentação do Contran;
IV - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança.
§ 1º A instalação ou incorporação de dispositivos para transporte de cargas deve estar de acordo com a regulamentação do Contran.
§ 2º É proibido o transporte de combustíveis, produtos inflamáveis ou tóxicos e de galões nos veículos de que trata este artigo, com exceção do gás de cozinha e de galões contendo água mineral, desde que com o auxílio de side-car , nos termos de regulamentação do Contran. *(Artigo acrescido pela Lei nº 12.009, de 29/7/2009)*

Art. 139-B. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal ou estadual de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos para as atividades de moto-frete no âmbito de suas circunscrições. *(Artigo acrescido pela Lei nº 12.009, de 29/7/2009)*

CAPÍTULO XIV
DA HABILITAÇÃO

Art. 140. habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico será apurada por meio de exames que deverão ser realizados junto ao órgão ou entidade executivos do Estado ou do Distrito Federal, do domicílio ou residência do candidato, ou na sede estadual ou distrital do próprio órgão, devendo o condutor preencher os seguintes requisitos:
I - ser penalmente imputável;
II - saber ler e escrever;
III - possuir Carteira de Identidade ou equivalente.
Parágrafo único. As informações do candidato à habilitação serão cadastradas no RENACH.

Art. 141. processo de habilitação, as normas relativas à aprendizagem para conduzir veículos automotores e elétricos e à autorização para conduzir ciclomotores serão regulamentados pelo CONTRAN.
§ 1º A autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal ficará a cargo dos Municípios.
Art. 142. reconhecimento de habilitação obtida em outro país está subordinado às condições estabelecidas em convenções e acordos internacionais e às normas do CONTRAN.

Art. 143. Os candidatos poderão habilitar-se nas categorias de A a E, obedecida a seguinte gradação:
I - **Categoria A** - condutor de veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral;
II - **Categoria B** - condutor de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total não exceda a três mil e quinhentos quilogramas e cuja lotação não exceda a oito lugares, excluído o do motorista;
III - **Categoria C** - condutor de veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total exceda a três mil e quinhentos quilogramas;
IV - **Categoria D** - condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista;
V - **Categoria E** - condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semirreboque, *trailer* ou articulada tenha 6.000 kg (seis mil quilogramas) ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a 8 (oito) lugares. *(Inciso com redação dada pela Lei nº 12.452, de 21/7/2011)*
§ 1º Para habilitar-se na categoria C, o condutor deverá estar habilitado no mínimo há um ano na categoria B e não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias, durante os últimos doze meses.

§ 2º São os condutores da categoria B autorizados a conduzir veículo automotor da espécie motor-casa, definida nos termos do Anexo I deste Código, cujo peso não exceda a 6.000 kg (seis mil quilogramas), ou cuja lotação não exceda a 8 (oito) lugares, excluído o do motorista. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.452, de 21/7/2011)*
§ 3º Aplica-se o disposto no inciso V ao condutor da combinação de veículos com mais de uma unidade tracionada, independentemente da capacidade de tração ou do peso bruto total. *(Primitivo § 2º renumerado pela Lei nº 12.452, de 21/7/2011)*

Art. 144. O trator de roda, o trator de esteira, o trator misto ou o equipamento automotor destinado à movimentação de cargas ou execução de trabalho agrícola, de terraplenagem, de construção ou de pavimentação só podem ser conduzidos na via pública por condutor habilitado nas categorias C, D ou E.

Art. 145. Para habilitar-se nas categorias D e E ou para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos:
I - ser maior de vinte e um anos;
II - estar habilitado:
a) no mínimo há dois anos na categoria B, ou no mínimo há um ano na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria D; e
b) no mínimo há um ano na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria E;
III - não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses;
IV - ser aprovado em curso especializado e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco, nos termos da normatização do CONTRAN.

Art. 146. Para conduzir veículos de outra categoria o condutor deverá realizar exames complementares exigidos para habilitação na categoria pretendida.

Art. 147. O candidato à habilitação deverá submeter-se a exames realizados pelo órgão executivo de trânsito, na seguinte ordem:
I - de aptidão física e mental;
II - (VETADO)
III - escrito, sobre legislação de trânsito;
IV - de noções de primeiros socorros, conforme regulamentação do CONTRAN:
V - de direção veicular, realizado na via publica, em veículo da categoria para a qual estiver habilitando-se.
§ 1º Os resultados dos exames e a identificação dos respectivos examinadores serão registrados no RENACH. *(Parágrafo único transformado em § 1º pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998)*
§ 2º O exame de aptidão física e mental será preliminar e renovável a cada cinco anos, ou a cada três anos para condutores com mais de sessenta e cinco anos de idade, no local de residência ou domicílio do examinado. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998)*
§ 3º O exame previsto no § 2º incluirá avaliação psicológica preliminar e complementar sempre que a ele se submeter o condutor que exerce atividade remunerada ao veículo, incluindo-se esta avaliação para os demais candidatos apenas no exame referente à primeira habilitação. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998* e *com nova redação dada pela Lei nº 10.350, de 21/12/2001)*
§ 4º Quando houver indícios de deficiência física, mental, ou de progressividade de doença que possa diminuir a capacidade para conduzir o veículo, o prazo previsto no § 2º poderá ser diminuído por proposta do perito examinador. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998)*
§ 5º O condutor que exerce atividade remunerada ao veículo terá essa informação incluída na sua Carteira Nacional de Habilitação, conforme especificações do Conselho Nacional de Trânsito - Contran. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.350, de 21/12/2001)*

Art. 148. Os exames de habilitação, exceto os de direção veicular, poderão ser aplicados por entidades públicas ou privadas credenciadas pelo órgão executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONTRAN.
§ 1º A formação de condutores deverá incluir, obrigatoriamente, curso de direção defensiva e de conceitos básicos de proteção ao meio ambiente relacionados com o trânsito.
§ 2º Ao candidato aprovado será conferida Permissão para Dirigir, com validade de um ano.
§ 3º A Carteira Nacional de Habilitação será conferida ao condutor no término de um ano desde que o mesmo não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média.
§ 4º A não obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, tendo em vista a incapacidade de atendimento do disposto no parágrafo anterior, obriga o candidato a reiniciar todo o processo de habilitação.
§ 5º O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN poderá dispensar os tripulantes de aeronaves que apresentarem o cartão de saúde expedido pelas Forças Armadas ou pelo Departamento de Aeronáutica Civil, respectivamente, da prestação do exame de aptidão física e mental. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998)*

Art. 149. (VETADO)

Art. 150. Ao renovar os exames previstos no artigo anterior, o condutor que não tenha curso de direção defensiva e primeiros socorros deverá a eles ser submetido, conforme normatização do CONTRAN.
Parágrafo único. A empresa que utiliza condutores contratados para operar a sua frota de veículos é obrigada a fornecer curso de direção defensiva, primeiros socorros e outros conforme normatização do CONTRAN.

Art. 151. No caso de reprovação no exame escrito sobre legislação de trânsito ou de direção veicular, o candidato só poderá repetir o exame depois de decorridos quinze dias da divulgação do resultado.

Art. 152. O exame de direção veicular será realizado perante uma comissão integrada por três membros designados pelo dirigente do órgão executivo local de trânsito, para o período de um ano, permitida a recondução por mais um período de igual duração.
§ 1º Na comissão de exame de direção veicular, pelo menos um membro deverá ser habilitado na categoria igual ou superior à pretendida pelo candidato.

§ 2º Os militares das Forças Armadas Auxiliares que possuírem curso de formação de condutor, ministrado em suas corporações, serão dispensados, para a concessão da Carteira Nacional de Habilitação, dos exames a que se houverem submetido com aprovação naquele curso, desde que neles sejam observadas as normas estabelecidas pelo CONTRAN.
§ 3º O militar interessado instruirá seu requerimento com oficio do Comandante, Chefe ou Diretor da organização militar em que servir, do qual constarão: o número do registro de identificação, naturalidade, nome, filiação, idade e categoria em que se habilitou a conduzir, acompanhado de cópias das atas dos exames prestados.
§ 4º (VETADO)

Art. 153. O candidato habilitado terá em seu prontuário a identificação de seus instrutores e examinadores, que serão passíveis de punição conforme regulamentação a ser estabelecida pelo CONTRAN.
Parágrafo único. As penalidades aplicadas aos instrutores e examinadores serão de advertência, suspensão e cancelamento da autorização para o exercício da atividade, conforme a falta cometida.

Art. 154. Os veículos destinados à formação de condutores serão identificados por uma faixa amarela, de vinte centímetros de largura, pintada ao longo da carroçaria, à meia altura, com a inscrição AUTO-ESCOLA na cor preta.
Parágrafo único. No veículo eventualmente utilizado para aprendizagem, quando autorizado para servir a esse fim, deverá ser afixada ao longo de sua carroçaria, à meia altura, faixa branca removível, de vinte centímetros de largura, com a inscrição AUTO-ESCOLA na cor preta.

Art. 155. A formação de condutor de veículo automotor e elétrico será realizada por instrutor autorizado pelo órgão executivo de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal, pertencente ou não à entidade credenciada.
Parágrafo único. Ao aprendiz será expedida autorização para aprendizagem, de acordo com a regulamentação do CONTRAN, após aprovação nos exames de aptidão física, mental, de primeiros socorros e sobre legislação de trânsito. *(Parágrafo único acrescido pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998*

Art. 156. O CONTRAN regulamentará o credenciamento para prestação de serviço pelas auto-escolas e outras entidades destinadas à formação de condutores e às exigências necessárias para o exercício das atividades de instrutor e examinador.

Art. 157. (VETADO)

Art. 158. A aprendizagem só poderá realizar-se:
I - nos termos, horários e locais estabelecidos pelo órgão executivo de trânsito;
II - acompanhado o aprendiz por instrutor autorizado.
§ 1º Além do aprendiz e do instrutor, o veículo utilizado na aprendizagem poderá conduzir apenas mais um acompanhante.*(Parágrafo único transformado em § 1º pela Lei nº 12.217, de 17/3/ 2010)*
§ 2º Parte da aprendizagem será obrigatoriamente realizada durante a noite, cabendo ao CONTRAN fixar-lhe a carga horária mínima correspondente *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.217, de 17/3/ 2010)*

Art. 159. A Carteira Nacional de Habilitação, expedida em modelo único e de acordo com as especificações do CONTRAN, atendidos os pré-requisitos estabelecidos neste Código, conterá fotografia, identificação e CPF do condutor, terá fé pública e equivalerá a documento de identidade em todo o território nacional.
§ 1º É obrigatório o porte da Permissão para Dirigir ou da Carteira Nacional de Habilitação quando o condutor estiver à direção do veículo.
§ 2º (VETADO)
§ 3º A emissão de nova via da Carteira Nacional de Habilitação será regulamentada pelo CONTRAN.
§ 4º (VETADO)
§ 5º A Carteira Nacional de Habilitação e a Permissão para Dirigir somente terão validade para a condução de veículo quando apresentada em original.
§ 6º A identificação da Carteira Nacional de Habilitação expedida e a da autoridade expedidora serão registradas no RENACH.
§ 7º A cada condutor corresponderá um único registro no RENACH, agregando-se neste todas as informações.
§ 8º A renovação da validade da Carteira Nacional de Habilitação ou a emissão de uma nova via somente será realizada após quitação de débitos constantes do prontuário do condutor.
§ 9º (VETADO)
§ 10. A validade da Carteira Nacional de Habilitação está condicionada ao prazo de vigência do exame de aptidão física e mental. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998)*
§ 11. A Carteira Nacional de Habilitação, expedida na vigência do Código anterior, será substituída por ocasião do vencimento do prazo para revalidação do exame de aptidão física e mental, ressalvados os casos especiais previstos nesta Lei. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998)*

Art. 160. O condutor condenado por delito de trânsito deverá ser submetido a novos exames para que possa voltar a dirigir, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONTRAN, independentemente do reconhecimento da prescrição, em face da pena concretizada na sentença.
§ 1º Em caso de acidente grave, o condutor nele envolvido poderá ser submetido aos exames exigidos neste artigo, a juízo da autoridade executiva estadual de trânsito, assegurada ampla defesa ao condutor.
§ 2º No caso do parágrafo anterior, a autoridade executiva estadual de trânsito poderá apreender o documento de habilitação do condutor até a sua aprovação nos exames realizados.

CAPÍTULO XV
DAS INFRAÇÕES

Art. 161. Constitui infração de trânsito a inobservância de qualquer preceito deste Código, da legislação complementar ou das resoluções do CONTRAN, sendo o infrator sujeito às penalidades e medidas administrativas indicadas em cada artigo, além das punições previstas no Capítulo XIX.
Parágrafo único. As infrações cometidas em relação às resoluções do CONTRAN terão suas penalidades e medidas administrativas definidas nas próprias resoluções.

Art. 162. Dirigir veiculo:

I - sem possuir Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa (três vezes) e apreensão do veículo;
II - com Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir cassada ou com suspensão do direito de dirigir:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa (cinco vezes) e apreensão do veículo;
III - com Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir de categoria diferente da do veículo que esteja conduzindo:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa (três vezes) e apreensão do veículo;
Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação;
IV - (VETADO)
V - com validade da Carteira Nacional de Habilitação vencida há mais de trinta dias:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação e retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado;
VI - sem usar lentes corretoras de visão, aparelho auxiliar de audição, de prótese física ou as adaptações do veículo impostas por ocasião da concessão ou da renovação da licença para conduzir:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - retenção do veículo até o saneamento da irregularidade ou apresentação de condutor habilitado.

Art. 163. Entregar a direção do veículo a pessoa nas condições previstas no artigo anterior:
Infração - as mesmas previstas no artigo anterior;
Penalidade - as mesmas previstas no artigo anterior;
Medida administrativa - a mesma prevista no inciso III do artigo anterior.

Art. 164. Permitir que pessoa nas condições referidas nos incisos do art. 162 tome posse do veículo automotor e passe a conduzi-lo na via:
Infração - as mesmas previstas nos incisos do art. 162;
Penalidade - as mesmas previstas no art. 162;
Medida administrativa - a mesma prevista no inciso III do art. 162.

Art. 165. Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa (cinco vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses;
Medida Administrativa - retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado e recolhimento do documento de habilitação. *("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 11.705, de 19/6/2008)*
Parágrafo único. A embriaguez também poderá ser apurada na forma do art. 277.

Art. 166. Confiar ou entregar a direção de veículo a pessoa que, mesmo habilitada, por seu estado físico ou psíquico, não estiver em condições de dirigi-lo com segurança:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa.

Art. 167. Deixar o condutor ou passageiro de usar o cinto de segurança, conforme previsto no art. 65:
Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - retenção do veículo até colocação do cinto pelo infrator.

Art. 168. Transportar crianças em veículo automotor sem observância das normas de segurança especiais estabelecidas neste Código:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - retenção do veículo até que a irregularidade seja sanada.

Art. 169. Dirigir sem atenção ou sem os cuidados indispensáveis à segurança:
Infração - leve;
Penalidade - multa.

Art. 170. Dirigir ameaçando os pedestres que estejam atravessando a via pública, ou os demais veículos:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa e suspensão do direito de dirigir;
Medida administrativa - retenção do veículo e recolhimento do documento de habilitação.

Art. 171. Usar o veículo para arremessar, sobre os pedestres ou veículos, água ou detritos:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 172. Atirar do veículo ou abandonar na via objetos ou substâncias:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 173. Disputar corrida por espírito de emulação:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa (três vezes), suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo;
Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e remoção do veículo.

Art. 174. Promover, na via, competição esportiva, eventos organizados, exibição e demonstração de perícia em manobra de veículo, ou deles participar, como condutor, sem da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa (cinco vezes), suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo;
Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e remoção do veículo.
Parágrafo único. As penalidades são aplicáveis aos promotores e aos condutores participantes.

Art. 175. Utilizar-se de veículo para, em via pública, demonstrar ou exibir manobra perigosa, arrancada brusca, derrapagem ou frenagem com deslizamento ou arrastamento de pneus:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa, suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo;

Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e remoção do veículo.

Art. 176. Deixar o condutor envolvido em acidente com vítima:
I - de prestar ou providenciar socorro à vitima, podendo fazê-lo;
II - de adotar providências, podendo fazê-lo, no sentido de evitar perigo para o trânsito no local;
III - de preservar o local, de forma a facilitar os trabalhos da polícia e da perícia;
IV - de adotar providências para remover o veículo do local, quando determinadas por policial ou agente da autoridade de trânsito;
V - de identificar-se ao policial e de lhe Prestar informações necessárias à confecção do boletim de ocorrência:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa (cinco vezes) e suspensão do direito de dirigir;
Medida administrativa recolhimento do documento de habilitação.

Art. 177. Deixar o condutor de prestar socorro à vítima de acidente de trânsito quando solicitado pela autoridade e seus agentes:
Infração - grave;
Penalidade - multa.

Art. 178. Deixar o condutor, envolvido em acidente sem vítima, de adotar providências para remover o veículo do local, quando necessária tal medida para assegurar a segurança e a fluidez do trânsito:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 179. Fazer ou deixar que se faça reparo em veículo na via pública, salvo nos casos de impedimento absoluto de sua remoção e em que o veículo esteja devidamente sinalizado:
I - em pista de rolamento de rodovias e vias de trânsito rápido:
Infração - grave;
Penalidade - multa.
Medida administrativa - remoção do veículo:
II - nas demais vias;
Infração - leve;
Penalidade - multa.

Art. 180. Ter seu veículo imobilizado na via por falta de combustível:
Infração - média;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção do veículo.

Art. 181. Estacionar o veículo:
I - nas esquinas e a menos de cinco metros do bordo do alinhamento da via transversal:
Infração - média;
Penalidade - multa:
Medida administrativa - remoção do veículo.
II - afastado da guia da calçada (meio-fio) de cinqüenta centímetros a um metro:
Infração - leve;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção do veículo.
III - afastado da guia da calçada (meio-fio) a mais de um metro:
Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção do veículo.
IV - em desacordo com as posições estabelecidas neste Código:
Infração - média;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção do veículo.
V - na pista de rolamento das estradas, das rodovias, das vias de trânsito rápido e das vias dotadas de acostamento:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção do veículo.
VI - junto ou sobre hidrantes de incêndio, registro de água ou tampas de poços de visita de galerias subterrâneas, desde que devidamente identificados, conforme especificação do CONTRAN:
Infração - média;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção do veículo.
VII - nos acostamentos, salvo motivo de força maior:
Infração - leve;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção do veículo.
VIII - no passeio ou sobre faixa destinada a pedestre, sobre ciclovia ou ciclofaixa, bem como nas ilhas. refúgios, ao lado ou sobre canteiros centrais, divisores de pista de rolamento, marcas de canalização, gramados ou jardim público:
Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção do veículo.
IX - onde houver guia de calçada (meio-fio) rebaixada destinada à entrada ou saída de veículos:
Infração - média;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção do veículo.
X - impedindo a movimentação de outros veículo:
Infração - média;
Penalidade - multas;
Medida administrativa - remoção do veículo;
XI - ao lado de outro veículo em fila dupla:
Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção do veículo.
XII - na área de cruzamento de vias, prejudicando a circulação de veículos e pedestres:
Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção do veículo.
XIII - onde houver sinalização horizontal delimitadora de ponto de embarque ou desembarque de passageiros de transporte coletivo ou, na inexistência desta sinalização, no intervalo compreendido entre dez metros antes e depois do marco do ponto:
Infração - média;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção do veículo.
XIV - nos viadutos, pontes e túneis:
Infração - grave:
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção do veículo.
XV - na contramão de direção:
Infração - média;

Penalidade - multa.
XVI - em aclive ou declive, não estando devidamente freado e sem calço de segurança, quando se tratar de veículo com peso bruto total superior a três mil e quinhentos quilogramas:
Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção do veículo.
XVII - em desacordo com as condições regulamentadas especificamente pela sinalização (placa - Estacionamento Regulamentado):
Infração - leve;
Penalidade - multas;
Medida administrativa - remoção do veículo.
XVIII - em locais e horários proibidos especificamente pela sinalização (placa - Proibido Estacionar):
Infração - média;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção do veículo.
XIX - em locais e horários de estacionamento e parada proibidos pela sinalização (placa - Proibido Parar e Estacionar):
Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção do veículo.
§ 1º Nos casos previstos neste artigo, a autoridade de trânsito aplicará a penalidade preferencialmente após a remoção do veículo.
§ 2º No caso previsto no inciso XVI é proibido abandonar o calço de segurança na via.

Art. 182. Parar o veículo:
I - nas esquinas e a menos de cinco metros do bordo do alinhamento da via transversal:
Infração - média;
Penalidade - multa.
II - afastado da guia da calçada (meio-fio) de cinqüenta centímetros a um metro:
Infração - leve;
Penalidade - multa;
III - afastado da guia da calçada (meio-fio) a mais de um metro:
Infração - média;
Penalidade - multa.
IV - em desacordo com as posições estabelecidas neste Código:
Infração - leve;
Penalidade - multa.
V - na pista de rolamento das estradas, das rodovias, das vias de trânsito rápido e das demais vias dotadas de acostamento:
Infração - grave;
Penalidade - multa.
VI - no passeio ou sobre faixa destinada a pedestres, nas ilhas, refúgios, canteiros centrais e divisores de pista de rolamento e marcas de canalização:
Infração - leve;
Penalidade - multa.
VII - na área de cruzamento de vias, prejudicando a circulação de veículos e pedestres:
Infração - média;
Penalidade - multa.
VIII - nos viadutos, pontes e túneis:
Infração - média;
Penalidade - multa.
IX - na contramão de direção:
Infração - média;
Penalidade - multa.
X - em local e horário proibidos especificamente pela sinalização (placa - Proibido Parar):
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 183. Parar o veículo sobre a faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 184. Transitar com o veículo:
I - na faixa ou pista da direita, regulamentada como de circulação exclusiva para determinado tipo de veículo, exceto para acesso a imóveis lindeiros ou conversões à direita:
Infração - leve;
Penalidade - multa.
II - na faixa ou pista da esquerda regulamentada como de circulação exclusiva para determinado tipo de veículo:
Infração - grave;
Penalidade - multa.

Art. 185. Quando o veículo estiver em movimento, deixar de conservá-lo:
I - na faixa a ele destinada pela sinalização de regulamentação, exceto em situações de emergência:
II - nas faixas da direita, os veículos lentos e de maior porte:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 186. Transitar pela contramão de direção em:
I - vias com duplo sentido de circulação, exceto para ultrapassar outro veículo e apenas pelo tempo necessário, respeitada a preferência do veículo que transitar em sentido contrário:
Infração - grave;
Penalidade - multa.
II - vias com sinalização de regulamentação de sentido único de circulação:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa.

Art. 187. Transitar em locais e horários não permitidos pela regulamentação estabelecida pela autoridade competente:
I - para todos os tipos de veículos:
Infração - média;
Penalidade - multa.
II – *(Revogado pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998)*

Art. 188. Transitar ao lado de outro veículo, interrompendo ou perturbando o trânsito:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 189. Deixar de dar passagem aos veículos precedidos de batedores, de socorro de incêndio e salvamento, de polícia, de operação e fiscalização de trânsito e às ambulâncias, quando em serviço de urgência e devidamente identificados por dispositivos regulamentados de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitentes:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa.

Art. 190. Seguir veículo em serviço de urgência, estando este com prioridade de passagem devidamente identificada por dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitentes:
Infração - grave;
Penalidade - multa.

Art. 191. Forçar passagem entre veículos que, transitando em sentidos opostos, estejam na iminência de passar um pelo outro ao realizar operação de ultrapassagem:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa.

Art. 192. Deixar de guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu veículo e os demais, bem como em relação ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade, as condições climáticas do local da circulação e do veículo:
Infração - grave;
Penalidade - multa.

Art. 193. Transitar com o veículo em calçadas, passeios, passarelas, ciclovias, ciclofaixas, ilhas, refúgios, ajardinamentos, canteiros centrais e divisores de pista de rolamento, acostamentos, marcas de canalização, gramados e jardins públicos:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa (três vezes).

Art. 194. Transitar em marcha à ré, salvo da distância necessária a pequenas manobras e de forma a não causar riscos à segurança:
Infração - grave:
Penalidade - multa.

Art. 195. Desobedecer ás ordens emanadas da autoridade competente de trânsito ou de seus agentes:
Infração - grave;
Penalidade - multa.

Art. 196. Deixar de indicar com antecedência, mediante gesto regulamentar de braço ou luz indicadora de direção do veículo, o início da marcha, a realização da manobra de parar o veículo, a mudança de direção ou de faixa de circulação:
Infração - grave;
Penalidade - multa.

Art. 197. Deixar de deslocar, com antecedência, o veículo para a faixa mais à esquerda ou mais à direita, dentro da respectiva mão de direção, quando for manobrar para um desses lados:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 198. Deixar de dar passagem pela esquerda, quando solicitado:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 199. Ultrapassar pela direita, salvo quando o veículo da frente estiver colocado na faixa apropriada e der sinal de que vai entrar à esquerda:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 200. Ultrapassar pela direita veículo de transporte coletivo ou de escolares, parado para embarque ou desembarque de passageiros, salvo quando houver refúgio de segurança para o pedestre:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa.

Art. 201. Deixar de guardar a distância lateral de um metro e cinqüenta centímetros ao passar ou ultrapassar bicicleta:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 202. Ultrapassar outro veículo:
I - pelo acostamento;
II - em interseções e passagens de nível;
Infração - grave;
Penalidade - multa.

Art. 203. Ultrapassar pela contramão outro veículo:
I - nas curvas, aclives e declives, sem visibilidade suficiente;
II - nas faixas de pedestre;
III - nas pontes, viadutos ou túneis;
IV - parado em fila junto a sinais luminosos, porteiras, cancelas, cruzamentos ou qualquer outro impedimento à livre circulação,
V - onde houver marcação viária longitudinal de divisão de fluxos opostos do tipo linha dupla contínua ou simples continua amarela:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa.

Art. 204. Deixar de parar o veículo no acostamento à direita, para aguardar a oportunidade de cruzar a pista ou entrar à esquerda, onde não houver local apropriado para operação de retorno:
Infração - grave;
Penalidade - multa.

Art. 205. Ultrapassar veículo em movimento que interesse cortejo, préstito, desfile e formações militares, salvo com autorização da autoridade de trânsito ou de seus agentes:
Infração - leve;
Penalidade - multa.

Art. 206. Executar operação de retorno:
I - em locais proibidos pela sinalização;
II - nas curvas, aclives, declives, pontes viadutos e túneis;
III - passando por cima de calçada, passeio, ilhas, ajardinamentos ou canteiros de divisões de pista de rolamento, refúgios e faixas de pedestres e nas de veículos não motorizados;
IV - nas interseções, entrando na contramão de direção da via transversal;
V - com prejuízo da livre circulação ou da segurança, ainda que em locais permitidos:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa.

Art. 207. Executar operação de conversão à direita ou à esquerda em locais proibidos pela sinalização:
Infração - grave;
Penalidade - multa.

Art. 208. Avançar o sinal vermelho do semáforo ou o de parada obrigatória:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa.

Art. 209. Transpor, sem autorização, bloqueio viário com ou sem sinalização ou dispositivos auxiliares, deixar de adentrar às áreas destinadas à pesagem de veículos ou evadir-se para não efetuar o pagamento do pedágio:
Infração - grave;
Penalidade - multa.

Art. 210. Transpor, sem autorização, bloqueio viário policial:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa, apreensão do veículo e suspensão do direito de dirigir;
Medida administrativa - remoção do veículo e recolhimento do documento de habilitação.

Art. 211. Ultrapassar veículos em fila, parados em razão de sinal luminoso, cancela, bloqueio viário parcial ou qualquer outro obstáculo, com exceção dos veículos não motorizado:
Infração - grave;
Penalidade - multa.

Art. 212. Deixar de parar o veículo antes de transpor linha férrea:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa.

Art. 213. Deixar de parar o veículo sempre que a respectiva marcha for interceptada:
I - por agrupamento de pessoas, como préstitos, passeatas, desfiles e outros:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa.
II - por agrupamento de veículos, como cortejos, formações militares e outros:
Infração - grave;
Penalidade - multa.

Art. 214. Deixar de dar preferência de passarem a pedestre e a veículo não motorizado:
I - que se encontre na faixa a ele destinada;
II - que não haja concluído a travessia mesmo que ocorra sinal verde para o veículo;
III - portadores de deficiência física, crianças, idosos e gestantes;
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa.
IV - quando houver iniciado a travessia mesmo que não haja sinalização a ele destinada;
V - que esteja atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo:
Infração - grave;
Penalidade - multa.

Art. 215. Deixar de dar preferência de passagem:
I - em interseção não sinalizada;
a) a veículo que estiver circulando por rodovia ou rotatória;
b) a veículo que vier da direita;
II - nas interseções com sinalização de regulamentação de Dê a Preferência:
Infração - grave;
Penalidade - multa.

Art. 216. Entrar ou sair de áreas lindeiras sem estar adequadamente posicionado para ingresso na via e sem as precauções com a segurança de pedestres e de outros veículos:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 217. Entrar ou sair de fila de veículos estacionados sem dar preferência de passagem a pedestres e a outros veículos:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 218. Transitar em velocidade superior à máxima permitida para o local, medida por instrumento ou equipamento hábil, em rodovias, vias de trânsito rápido, vias arteriais e demais vias: *("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 11.334, de 25/7/2006)*
I - quando a velocidade for superior à máxima em até 20% (vinte por cento):
Infração - média;
Penalidade - multa; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 11.334, de 25/7/2006)*
II - quando a velocidade for superior à máxima em mais de 20% (vinte por cento) até 50% (cinqüenta por cento):
Infração - grave;
Penalidade - multa; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 11.334, de 25/7/2006)*
III - quando a velocidade for superior à máxima em mais de 50% (cinqüenta por cento):
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa [3 (três) vezes], suspensão imediata do direito de dirigir e apreensão do documento de habilitação. *(Inciso acrescido pela Lei nº 11.334, de 25/7/2006)*

Art. 219. Transitar com o veículo em velocidade inferior à metade da velocidade máxima estabelecida para a via, retardando ou obstruindo o trânsito, a menos que as condições de tráfego e meteorológicas não o permitam, salvo se estiver na faixa da direita:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 220. Deixar de reduzir a velocidade do veículo de forma compatível com a segurança do trânsito:
I - quando se aproximar de passeatas, Aglomerações, cortejos, préstitos e desfiles:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa.
II - nos locais onde o trânsito esteja sendo controlado pelo agente da autoridade de trânsito, mediante sinais sonoros ou gestos;
III - ao aproximar-se da guia da calçada (meio-fio) ou acostamento;
IV - ao aproximar-se de ou passar por interseção não sinalizada;
V - nas vias rurais cuja faixa de domínio não esteja cercada;
VI - nos trechos em curva de pequeno raio;
VII - ao aproximar-se de locais sinalizados com advertência de obras ou trabalhadores na pista:
VIII - sob chuva, neblina, cerração ou ventos fortes;
IX - quando houver má visibilidade;
X - quando o pavimento se apresentar escorregadio, defeituoso ou avariado;

XI - à aproximação de animais na pista;
XII - em declive;
XIII - ao ultrapassar ciclista;
Infração - grave;
Penalidade - multa.
XIV - nas proximidades de escolas, hospitais, estações de embarque e desembarque de passageiros ou onde haja intensa movimentação de pedestres:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa.

Art. 221. Portar no veículo placas de identificação em desacordo com as especificações e modelos estabelecidos pelo CONTRAN:
Infração - média;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - retenção do veículo para regularização e apreensão das placas irregulares.
Parágrafo único. Incide na mesma penalidade aquele que confecciona, distribui ou coloca, em veículo próprio ou de terceiros, placas de identificação não autorizadas pela regulamentação.

Art. 222. Deixar de manter ligado, nas situações de atendimento de emergência, o sistema de iluminação vermelha intermitente dos veículos de polícia, de socorro de incêndio e salvamento, de fiscalização de trânsito e das ambulâncias, ainda que parados:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 223. Transitar com o farol desregulado ou com o facho de luz alta de forma a perturbar a visão de outro condutor:
Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - retenção do veículo para regularização.

Art. 224. Fazer uso do facho de luz alta dos faróis em vias providas de iluminação pública:
Infração - leve;
Penalidade - multa.

Art. 225. Deixar de sinalizar a via, de forma a prevenir os demais condutores e, à noite, não manter acesas as luzes externas ou omitir-se quanto a providências necessárias para tomar visível o local, quando:
I - tiver de remover o veículo da pista de rolamento ou permanecer no acostamento;
II - a carga for derramada sobre a via e não puder ser retirada imediatamente:
Infração - grave;
Penalidade - multa.

Art. 226. Deixar de retirar todo e qualquer objeto que tenha sido utilizado para sinalização temporária da via:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 227. Usar buzina:
I - em situação que não a de simples toque breve como advertência ao pedestre ou a condutores de outros veículos:
II - prolongada e sucessivamente a qualquer pretexto;
III - entre as vinte e duas e as seis horas;
IV - em locais e horários proibidos pela sinalização;
V - em desacordo com os padrões e freqüências estabelecidas pelo CONTRAN:
Infração - leve;
Penalidade - multa.

Art. 228. Usar no veículo equipamento com som em volume ou freqüência que não sejam autorizados pelo CONTRAN:
Infração - grave;
Penalidade - multa.
Medida administrativa - retenção do veículo para regularização.

Art. 229. Usar indevidamente no veículo aparelho de alarme ou que produza sons e ruído que perturbem o sossego público, em desacordo com normas fixadas pelo CONTRAN:
Infração - média;
Penalidade - multa e apreensão do veículo;
Medida administrativa - remoção do veículo.

Art. 230. Conduzir o veículo:
I - com o lacre, a inscrição do chassi, o selo, a placa ou qualquer outro elemento de identificação do veículo violado ou falsificado;
II - transportando passageiros em compartimento de carga, salvo por motivo de força maior, com permissão da autoridade competente e na forma estabelecida pelo CONTRAN;
III - com dispositivo anti-radar;
IV - sem qualquer uma das placas de identificação;
V - que não esteja registrado e devidamente licenciado;
VI - com qualquer uma das placas de identificação sem condições de legibilidade e visibilidade:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa e apreensão do veículo;
Medida administrativa - remoção do veículo:
VII - com a cor ou característica alterada;
VIII - sem ter sido submetido à inspeção de segurança veicular, quando obrigatória;
IX - sem equipamento obrigatório ou estando este ineficiente ou inoperante;
X - com equipamento obrigatório em desacordo com o estabelecido pelo CONTRAN;
XI - com descarga livre ou silenciador de motor de explosão defeituoso, deficiente ou inoperante;
XII - com equipamento ou acessório proibido;
XIII - com o equipamento do sistema de iluminação e de sinalização alterados;
XIV - com registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo viciado ou defeituoso, quando houver exigência desse aparelho;
XV - com inscrições, adesivos, legendas e símbolos de caráter publicitário afixados ou pintados no pára-brisa e em toda a extensão da parte traseira do veículo, excetuadas as hipóteses previstas neste Código;
XVI - com vidros total ou parcialmente cobertos por películas refletivas ou não, painéis decorativos ou pinturas;
XVII - com cortinas ou persianas fechadas, não autorizadas pela legislação;
XVIII - em mau estado de conservação, comprometendo a segurança, ou reprovado na avaliação de inspeção de segurança e de emissão de poluentes e ruído, prevista no art. 104;
XIX - sem acionar o limpador de pára-brisa sob chuva:

Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - retenção do veiculo para regularização;
XX - sem portar a autorização para condução de escolares, na forma estabelecida no art. 136:
Infração - grave;
Penalidade - multa e apreensão do veículo;
XXI - de carga, com falta de inscrição da tara e demais inscrições previstas neste Código;
XXII - com defeito no sistema de iluminação, de sinalização ou com lâmpadas queimadas:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 231. Transitar com o veículo:
I - danificando a via, suas instalações e equipamentos;
II - derramando, lançando ou arrastando sobre a via:
a) carga que esteja transportando;
b) combustível ou lubrificante que esteja utilizando;
c) qualquer objeto que possa acarretar risco de acidente:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - retenção do veículo para regularização;
III - produzindo fumaça, gases ou partículas em níveis superiores aos fixados pelo CONTRAN;
IV - com suas dimensões ou de sua carga superiores aos limites estabelecidos legalmente ou pela sinalização, sem autorização:
Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - retenção do veículo para regularização;
V - com excesso de peso, admitido percentual de tolerância quando aferido por equipamento, na forma a ser estabeleci a pelo CONTRAN:
Infração - média;
Penalidade - multa acrescida a cada duzentos quilogramas ou fração de excesso de peso apurado, constante na seguinte tabela:
a) até seiscentos quilogramas - 5 (cinco) UFIR;
b) de seiscentos e um a oitocentos quilogramas - 10 (dez) UFIR;
c) de oitocentos e um a um mil quilogramas - 20 (vinte) UFIR;
d) de um mil e um a três mil quilogramas - 30 (trinta) UFIR;
e) de três mil e um a cinco mil quilogramas - 40 (quarenta) UFIR;
f) acima de cinco mil e um quilogramas - 50 (cinqüenta) UFIR;
Medida administrativa - retenção do veículo e transbordo da carga excedentes;
VI - em desacordo com a autorização especial, expedida pela autoridade competente para transitar com dimensões excedentes, ou quando a mesma estiver vencida:
Infração - grave;
Penalidade - multa e apreensão do veículo;
Medida administrativa - remoção do veículo;
VII - com lotação excedente;
VIII - efetuando transporte remunerado de pessoas ou bens, quando não for licenciado para esse fim, salvo casos de força maior ou com permissão da autoridade competente:
Infração - média;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - retenção do veiculo;
IX - desligado ou desengrenado, em declive:
Infração - média;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - retenção do veiculo;
X - excedendo a capacidade máxima de tração:
Infração - de média a gravíssima, a depender da relação entre o excesso de peso apurado e a capacidade máxima de tração, a ser regulamentada pelo CONTRAN;
Penalidade - multa;
Medida Administrativa - retenção do veículo e transbordo de carga excedente.
Parágrafo único. Sem prejuízo das multas previstas nos incisos V e X, o veículo que transitar com excesso de peso ou excedendo à capacidade máxima de tração, não computado o percentual tolerado na forma do disposto na legislação, somente poderá continuar viagem após descarregar o que exceder, segundo critérios estabelecidos na referida legislação complementar.

Art. 232. Conduzir veiculo sem os documentos de porte obrigatório referidos neste Código:
Infração - leve;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - retenção do veiculo até a apresentação do documento.

Art. 233. Deixar de efetuar o registro de veiculo no prazo de trinta dias, junto ao órgão executivo de trânsito, ocorridas as hipóteses previstas no art. 123:
Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - retenção do veículo para regularização.

Art. 234. Falsificar ou adulterar documento de habilitação e de identificação do veículo:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa e apreensão do veículo;
Medida administrativa - remoção do veículo.

Art. 235. Conduzir pessoas, animais ou carga nas partes externas do veículo, salvo nos casos devidamente autorizados:
Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - retenção do veículo para transbordo.

Art. 236. Rebocar outro veículo com cabo flexível ou corda, salvo em casos de emergência:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 237. Transitar com o veículo em desacordo com as especificações, e com falta de inscrição e simbologia necessárias à sua identificação, quando exigidas pela legislação:
Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - retenção do veículo para regularização.

Art. 238. Recusar-se a entregar à autoridade de trânsito ou a seus agentes, mediante recibo, os documentos de

habilitação, de registro, de licenciamento de veículo e outros exigidos por lei, para averiguação de sua autenticidade:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa e apreensão do veículo;
Medida administrativa - remoção do veículo.

Art. 239. Retirar do local veículo legalmente retido para regularização, sem permissão da autoridade competente ou de seus agentes:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa e apreensão do veículo;
Medida administrativa - remoção do veículo.

Art. 240. Deixar o responsável de promover a baixa do registro de veículo irrecuperável ou definitivamente desmontado:
Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - Recolhimento do Certificado de Registro e do Certificado de Licenciamento Anual.

Art. 241. Deixar de atualizar o cadastro de registro do veículo ou de habilitação do condutor:
Infração - leve;
Penalidade - multa.

Art. 242. Fazer falsa declaração de domicílio para fins de registro, licenciamento ou habilitação:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa.

Art. 243. Deixar a empresa seguradora de comunicar ao órgão executivo de trânsito competente a ocorrência de perda total do veículo e de lhe devolver as respectivas placas e documentos:
Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - Recolhimento das placas e dos documentos.

Art. 244. Conduzir motocicleta, motoneta e ciclomotor:
I - sem usar capacete de segurança com viseira ou óculos de proteção e vestuário de acordo com as normas e especificações aprovadas pelo CONTRAN;
II - transportando passageiro sem o capacete de segurança, na forma estabelecida no inciso anterior, ou fora do assento suplementar colocado atrás do condutor ou em carro lateral;
III - fazendo malabarismo ou equilibrando-se apenas em uma roda;
IV - com os faróis apagados;
V - transportando criança menor de sete anos ou que não tenha, nas circunstâncias, condições de cuidar de sua própria segurança:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa e suspensão do direito de dirigir;
Medida administrativa - Recolhimento do documento de habilitação;
VI - rebocando outro veículo;
VII - sem segurar o guidom com ambas as mãos, salvo eventualmente para indicação de manobras;
VIII - transportando carga incompatível com suas especificações ou em desacordo com o previsto no § 2º do art. 139-A desta Lei; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 12.009, de 29/7/2009)*
IX - efetuando transporte remunerado de mercadorias em desacordo com o previsto no art. 139-A desta Lei ou com as normas que regem a atividade profissional dos mototaxistas:
Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - apreensão do veículo para regularização. *(Inciso acrescido pela Lei nº 12.009, de 29/7/2009)*
§ 1º Para ciclos aplica-se o disposto nos incisos III, VII e VIII, além de:
a) conduzir passageiro fora da garupa ou do assento especial a ele destinado;
b) transitar em vias de trânsito rápido ou rodovias, salvo onde houver acostamento ou faixas de rolamento próprias;
c) transportar crianças que não tenham, nas circunstâncias, condições de cuidar de sua própria segurança.
§ 2º Aplica-se aos ciclomotores o disposto na alínea b do parágrafo anterior:
Infração - média;
Penalidade - multa.
§ 3º A restrição imposta pelo inciso VI do *caput* deste artigo não se aplica às motocicletas e motonetas que tracionem semi-reboques especialmente projetados para esse fim e devidamente homologados pelo órgão competente. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.517, de 11/7/2002)*

Art. 245. Utilizar a via para depósito de mercadorias, materiais ou equipamentos, sem autorização do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via:
Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção da mercadoria ou do material.
Parágrafo único. A penalidade e a medida administrativa incidirão sobre a pessoa física ou jurídica responsável.

Art. 246. Deixar de sinalizar qualquer obstáculo à livre circulação, à segurança de veículo e pedestres, tanto no leito da via terrestre como na calçada, ou obstaculizar a via indevidamente:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa, agravada em até cinco vezes, a critério da autoridade de trânsito, conforme o risco à segurança.
Parágrafo único. A penalidade será aplicada à pessoa física ou jurídica responsável pela obstrução, devendo a autoridade com circunscrição sobre a via providenciar a sinalização de emergência, às expensas do responsável, ou, se possível, promover a desobstrução.

Art. 247. Deixar de conduzir pelo bordo da pista de rolamento, em fila única, os veículos de tração ou propulsão humana e os de tração animal, sempre que não houver acostamento ou faixa a eles destinados:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 248. Transportar em veículo destinado ao transporte de passageiros carga excedente em desacordo com o estabelecido no art. 109:
Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - retenção para o transbordo.

Art. 249. Deixar de manter acesas, à noite, as luzes de posição, quando o veículo estiver parado, para fins de

embarque ou desembarque de passageiros e carga ou descarga de mercadorias:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 250. Quando o veículo estiver em movimento:
I - deixar de manter acesa a luz baixa:
a) durante a noite;
b) de dia, nos túneis providos de iluminação pública;
c) de dia e de noite, tratando-se de veículo de transporte coletivo de passageiros, circulando em faixas ou pistas a eles destinadas;
d) de dia e de noite. tratando-se de ciclomotores;
II - deixar de manter acesas pelo menos as luzes de posição sob chuva forte, neblina ou cerração;
III - deixar de manter a placa traseira iluminada, à noite;
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 251. Utilizar as luzes do veículo:
I - o pisca-alerta exceto em imobilizações ou situações de emergência;
II - baixa e alta de forma intermitente, exceto nas seguintes situações:
a) a curtos intervalos, quando for conveniente advertir a outro condutor que se tem o propósito de ultrapassá-lo;
b) em imobilizações ou situação de emergência, como advertência, utilizando pisca-alerta;
c) quando a sinalização de regulamentação da via determinar o uso do pisca-alerta:
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 252. Dirigir o veículo:
I - com o braço do lado de fora;
II - transportando pessoas, animais ou volume à sua esquerda ou entre os braços e pernas;
III - com incapacidade física ou mental temporária que comprometa a segurança do trânsito;
IV - usando calçado que não se firme nos pés ou que comprometa a utilização dos pedais;
V - com apenas uma das mãos, exceto quando deva fazer sinais regulamentares de braço, mudar a marcha do veículo, ou acionar equipamentos e acessórios do veículo;
VI - utilizando-se de fones nos ouvidos conectados a aparelhagem sonora ou de telefone celular;
Infração - média;
Penalidade - multa.

Art. 253. Bloquear a via com veículo:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa e apreensão do veículo;
Medida administrativa - remoção do veículo.

Art. 254. É proibido ao pedestre:
I - permanecer ou andar nas pistas de rolamento, exceto para cruzá-las onde for permitido;
II - cruzar pistas de rolamento nos viadutos, pontes, ou túneis, salvo onde exista permissão;
III - atravessar a via dentro das áreas de cruzamento, salvo quando houver sinalização para esse fim;
IV - utilizar-se da via em agrupamentos capazes de perturbar o trânsito, ou para a prática de qualquer folguedo, esporte, desfiles e similares, salvo em casos especiais e com a devida licença da autoridade competente;
V - andar fora da faixa própria, passarela, passagem aérea ou subterrânea;
VI - desobedecer à sinalização de trânsito específica:
Infração - leve;
Penalidade - multa, em 50% (cinqüenta por cento) do valor da infração de natureza leve.

Art. 255. Conduzir bicicleta em passeios onde não seja permitida a circulação desta, ou de forma agressiva, em desacordo com o disposto no parágrafo único do art. 59:
Infração - média;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção da bicicleta, mediante recibo para o pagamento da multa.

CAPÍTULO XVII
DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

Art. 269. A autoridade de trânsito ou seus agentes. na esfera das competências estabelecidas neste Código e dentro de sua circunscrição, deverá adotar as seguintes medidas administrativas:
I - retenção do veiculo;
II - remoção do veículo;
III - recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação;
IV - recolhimento da Permissão para Dirigir;
V - recolhimento do Certificado de Registro;
VI - recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual;
VII - (VETADO);
VIII - transbordo do excesso de carga;
IX - realização de teste de dosagem de alcoolemia ou perícia de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica;
X - recolhimento de animais que se encontrem soltos nas vias e na faixa de domínio das vias de circulação, restituindo-os aos seus proprietários, após o pagamento de multas e encargos devidos.
XI - realização de exames de aptidão física, mental, de legislação, de prática de primeiros socorros e de direção veicular. *(Inciso acrescido pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998)*
§ 1º A ordem, o consentimento, a fiscalização, as medidas administrativas e coercitivas adotadas pelas autoridades de trânsito e sem agentes terão por objetivo prioritário a proteção à vida e à incolumidade física da pessoa.
§ 2º As medidas administrativas previstas neste artigo não elidem a aplicação das penalidades impostas por infrações estabelecidas neste Código, possuindo caráter complementar a estas.
§ 3º São documentos de habilitação a Carteira Nacional de Habilitação e a Permissão para Dirigir.
§ 4º Aplica-se aos animais recolhidos na forma do inciso X o disposto nos arts. 271 e 328, no que couber.

Art. 270. O veiculo poderá ser retido nos casos expressos neste Código.
§ 1º Quando a irregularidade puder ser sanada no local da infração, o veículo será liberado tão logo seja regularizada a situação.
§ 2º Não sendo possível sanar a falha no local da infração, o veículo poderá ser retirado por condutor regularmente habilitado, mediante recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual, contra recibo, assinalando-se ao condutor prazo para sua regularização, para o que se considerará, desde logo, notificado.

§ 3º O Certificado de Licenciamento Anual será devolvido ao condutor no órgão ou entidade aplicadores das medidas administrativas, tão logo o veículo seja apresentado à autoridade devidamente regularizado.
§ 4º Não se apresentando condutor habilitado no local da infração, o veículo será recolhido ao depósito, aplicando-se neste caso o disposto nos parágrafos do art. 262.
§ 5º A critério do agente, não se dará a retenção imediata, quando se tratar de veículo de transporte coletivo transportando passageiros ou veículo transportando produto perigoso ou perecível, desde que ofereça condições de segurança para circulação em via pública.
Art. 271. O veiculo será removido, nos casos previstos neste Código, para o depósito fixado pelo órgão ou entidade competente, com circunscrição sobre a via.
Parágrafo único. A restituição dos veículos removidos só ocorrerá mediante o pagamento das multas, taxas e despesas com remoção e estada, além de outros encargos previstos na legislação especifica.
Art. 272. O recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação e da Permissão para Dirigir dar-se-á mediante recibo, além dos casos previstos neste Código, quando houver suspeita de sua inautencidade ou adulteração.
Art. 273. O recolhimento do Certificado de Registro dar-se-á mediante recibo, além dos casos previstos neste Código, quando:
I - houver suspeita de inautenticidade ou adulteração;
II - se, alienado o veículo, não for transferida sua propriedade no prazo de trinta dias.
Art. 274. O recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual dar-se-á mediante recibo, além dos casos previstos neste Código, quando:
I - houver suspeita de inautenticidade ou adulteração;
II - se o prazo de licenciamento estiver vencido;
III - no caso de retenção do veículo, se a irregularidade não puder ser sanada no local.
Art. 275. O transbordo da carga com peso excedente é condição para que o veículo possa prosseguir viagem e será efetuado às expensas do proprietário do veículo, sem prejuízo da multa aplicável.
Parágrafo único. Não sendo possível desde logo atender ao disposto neste artigo, o veículo será recolhida ao depósito, sendo liberado após sanada a irregularidade e pagas as despesas de remoção e estada.
Art. 276. Qualquer concentração de álcool por litro de sangue sujeita o condutor às penalidades previstas no art. 165 deste Código.
Parágrafo único. Órgão do Poder Executivo federal disciplinará as margens de tolerância para casos específicos. *(Artigo com redação dada pela Lei nº 11.705, de 19/6/2008)*
Art. 277. Todo condutor de veículo automotor, envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito, sob suspeita de dirigir sob a influência de álcool será submetido a testes de alcoolemia, exames clínicos, perícia ou outro exame que, por meios técnicos ou científicos, em aparelhos homologados pelo CONTRAN, permitam certificar seu estado. *("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 11.275, de 7/2/2006)*
§ 1º Medida correspondente aplica-se no caso de suspeita de uso de substância entorpecente, tóxica ou de efeitos análogos. *(Parágrafo único transformado em § 1º pela Lei nº 11.275, de 7/2/2006)*
§ 2º A infração prevista no art. 165 deste Código poderá ser caracterizada pelo agente de trânsito mediante a obtenção de outras provas em direito admitidas, acerca dos notórios sinais de embriaguez, excitação ou torpor apresentados pelo condutor. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.275, de 7/2/2006 e com nova redação dada pela Lei nº 11.705, de 19/6/2008)*
§ 3º Serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas estabelecidas no art. 165 deste Código ao condutor que se recusar a se submeter a qualquer dos procedimentos previstos no *caput* deste artigo. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.705, de 19/6/2008)*
Art. 278. Ao condutor que se evadir da fiscalização, não submetendo veiculo à pesagem obrigatória nos pontos de pesagem, fixos ou móveis, será aplicada a penalidade prevista no art. 209, além da obrigação de retornar ao ponto de evasão para fim de pesagem obrigatória.
Parágrafo único. No caso de fuga do condutor à ação policial, a apreensão do veículo dar-se-á tão logo seja localizado, aplicando-se, além das penalidades em que incorre, as estabelecidas no art. 210.
Art. 279. Em caso de acidente com vítima, envolvendo veículo equipado com registrador instantâneo de velocidade e tempo, somente o perito oficial encarregado do levantamento pericial poderá retirar o disco ou unidade armazenadora do registro.

CAPÍTULO XVIII
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Seção I
Da Autuação
Art. 280. Ocorrendo infração prevista na legislação de trânsito, lavrar-se-á auto de infração, do qual constará:
I - tipificação da infração;
II - local, data e hora do cometimento da infração;
III - caracteres da placa de identificação do veículo, sua marca e espécie, e outros elementos julgados necessários à sua identificação;
IV - o prontuário do condutor, sempre que possível;
V - identificação do órgão ou entidade e da autoridade ou agente autuador ou equipamento que comprovar a infração;
VI - assinatura do infrator, sempre que possível, valendo esta como notificação do cometimento da infração.
§ 1º (VETADO)
§ 2º A infração deverá ser comprovada por declaração da autoridade ou do agente da autoridade de trânsito, por aparelho eletrônico ou por equipamento audiovisual, reações químicas ou qualquer outro meio tecnologicamente disponível, previamente regulamentado pelo CONTRAN.
§ 3º Não sendo possível a autuação em flagrante, o agente de trânsito relatará o fato à autoridade no próprio auto de infração, informando os dados a respeito do veículo, além dos constantes nos incisos I, II e III, para o procedimento previsto no artigo seguinte.
§ 4º O agente da autoridade de trânsito competente para lavrar o auto de infração poderá ser servidor civil, estatutário ou celetista ou, ainda, policial militar designado pela autoridade de trânsito com jurisdição sobre a via no âmbito de sua competência.

Seção II
Do Julgamento das Autuações e Penalidades

Art. 281. A autoridade de trânsito, na esfera da competência estabelecida neste Código e dentro de sua circunscrição,

julgará a consistência do auto de infração e aplicará a penalidade cabível.
Parágrafo único. O auto de infração será arquivado e seu registro julgado insubsistente:
I - se considerado inconsistente ou irregular;
II - se, no prazo máximo de trinta dias, não for expedida a notificação da autuação. *(Inciso com redação dada pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998)*

Art. 282. Aplicada a penalidade, será expedida notificação ao proprietário do veículo ou ao infrator, por remessa postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil, que assegure a ciência da imposição da penalidade.
§ 1º A notificação devolvida por desatualização do endereço do proprietário do veículo será considerada válida para todos os efeitos.
§ 2º A notificação a pessoal de missões diplomáticas, de repartições consulares de carreira e de representações de organismos internacionais e de seus integrantes será remetida ao Ministério das Relações Exteriores para as providências cabíveis e cobrança dos valores, no caso de multa.
§ 3º Sempre que a penalidade de multa for imposta a condutor, à exceção daquela de que trata o § 1º do art. 259, a notificação será encaminhada ao proprietário do veículo, responsável pelo seu pagamento.
§ 4º Da notificação deverá constar a data do término do prazo para apresentação de recurso pelo responsável pela infração, que não será inferior a trinta dias contados da data da notificação da penalidade. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998)*
§ 5º No caso de penalidade de multa, a data estabelecida no parágrafo anterior será a data para o recolhimento de seu valor. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998)*

Art. 283. (VETADO)

Art. 284. O pagamento da multa poderá ser efetuado até a data do vencimento expressa na notificação, por oitenta por cento do seu valor.
Parágrafo único. Não ocorrendo o pagamento da multa no prazo estabelecido, seu valor será atualizado à data do pagamento, pelo mesmo número de UFIR fixado no art. 258.

Art. 285. O recurso previsto no art. 283 será interposto perante a autoridade que impôs a penalidade, a qual remetê-lo-á à JARI, que deverá julgá-lo em até trinta dias.
§ 1º O recurso não terá efeito suspensivo.
§ 2º A autoridade que impôs a penalidade remeterá o recurso ao órgão julgador, dentro dos dez dias úteis subseqüentes à sua apresentação, e, se o entender intempestivo, assinalará o fato no despacho de encaminhamento.
§ 3º Se, por motivo de força maior, o recurso não for julgado dentro do prazo previsto neste artigo, a autoridade que impôs a penalidade, de ofício, ou por solicitação do recorrente, poderá conceder-lhe efeito suspensivo.

Art. 286. O recurso contra a imposição de multa poderá ser interposto no prazo legal, sem o recolhimento do seu valor.
§ 1º No caso de não provimento do recurso, aplicar-se-á o estabelecido no parágrafo único do art. 284.
§ 2º Se o infrator recolher o valor da multa e apresentar recurso, se julgada improcedente a penalidade, ser-lhe-á devolvida a importância paga, atualizada em UFIR ou por índice legal de correção dos débitos fiscais.

Art. 287. Se a infração for cometida em localidade diversa daquela do licenciamento do veículo, o recurso poderá ser apresentado junto ao órgão ou entidade de trânsito da residência ou domicílio do infrator.
Parágrafo único. A autoridade de trânsito que receber o recurso deverá remetê-lo, de pronto, à autoridade que impôs a penalidade acompanhado das cópias dos prontuários necessários ao julgamento.

Art. 288. Das decisões da JARI cabe recurso a ser interposto, na forma do artigo seguinte, no prazo de trinta dias contado da publicação ou da notificação da decisão.
§ 1º O recurso será interposto, da decisão do não provimento, pelo responsável pela infração, e da decisão de provimento, pela autoridade que impôs a penalidade.
§ 2º *(Revogado pela Lei nº 12.249, de 11/6/2010)*

Art. 289. O recurso de que trata o artigo anterior será apreciado no prazo de trinta dias:
I - tratando-se de penalidade imposta pelo órgão ou entidade de trânsito da União:
a) em caso de suspensão do direito de dirigir por mais de seis meses, cassação do documento de habilitação ou penalidade por infrações gravíssimas, pelo CONTRAN;
b) nos demais casos, por colegiado especial integrado pelo Coordenador-Geral da JARI, pelo Presidente da Junta que apreciou o recurso e por mais um Presidente de Junta;
II - tratando-se de penalidade imposta por órgão ou entidade de trânsito estadual, municipal ou do Distrito Federal, pelos CETRAN E CONTRANDIFE, respectivamente.
Parágrafo único. No caso da alínea b do inciso I, quando houver apenas uma JARI, o recurso será julgado por seus próprios membros.

Art. 290. A apreciação do recurso previsto no art. 288 encerra a instância administrativa de julgamento de infrações penalidades.
Parágrafo único. Esgotados os recursos, as penalidades aplicadas nos termos deste Código serão cadastradas no RENACH.

ANEXO I
DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para efeito deste Código adotam-se as seguintes definições:

ACOSTAMENTO - parte da via diferenciada da pista de rolamento destinada à parada ou estacionamento de veículos, em caso de emergência, e à circulação de pedestres e bicicletas, quando não houver local apropriado para esse fim.
AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO - pessoa, civil ou polícia militar, credenciada pela autoridade de trânsito para o exercício das atividades de fiscalização, operação, policiamento ostensivo de trânsito ou patrulhamento.
AUTOMÓVEL - veículo automotor destinado ao transporte de passageiros, com capacidade para até oito pessoas, exclusive o condutor.

AUTORIDADE DE TRÂNSITO - dirigente máximo de órgão ou entidade executivo integrante do Sistema Nacional de Trânsito ou pessoa por ele expressamente credenciada.
BALANÇO TRASEIRO - distância entre o plano vertical passando pelos centros das rodas traseiras extremas e o ponto mais recuado do veículo, considerando-se todos os elementos rigidamente fixados ao mesmo.
BICICLETA - veículo de propulsão humana, dotado de duas rodas, não sendo, para efeito deste Código, similar à motocicleta, motoneta e ciclomotor.
BICICLETÁRIO - local, na via ou fora dela, destinado ao estacionamento de bicicletas.
BONDE - veículo de propulsão elétrica que se move sobre trilhos.
BORDO DA PISTA - margem da pista, podendo ser demarcada por linhas longitudinais de bordo que delineiam a parte da via destinada à circulação de veículos.
CALÇADA - parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins.
CAMINHÃO-TRATOR - veículo automotor destinado a tracionar ou arrastar outro.
CAMINHONETE - veículo destinado ao transporte de carga com peso bruto total de até três mil e quinhentos quilogramas.
CAMIONETA - veículo misto destinado ao transporte de passageiros e carga no mesmo compartimento.
CANTEIRO CENTRAL - obstáculo físico construído como separador de duas pistas de rolamento, eventualmente substituído por marcas viárias (canteiro fictício).
CAPACIDADE MÁXIMA DE TRAÇÃO - máximo peso que a unidade de tração é capaz de tracionar, indicado pelo fabricante, baseado em condições sobre suas limitações de geração e multiplicação de momento de força e resistência dos elementos que compõem a transmissão.
CARREATA - deslocamento em fila na via de veículos automotores em sinal de regozijo, de reivindicação, de protesto cívico ou de uma classe.
CARRO DE MÃO - veículo de propulsão humana utilizado no transporte de pequenas cargas.
CARROÇA - veículo de tração animal destinado ao transporte de carga.
CATADIÓPTRICO - dispositivo de reflexão e refração da luz utilizado na sinalização de vias e veículos (olho-de-gato).
CHARRETE - veículo de tração animal destinado ao transporte de pessoas.
CICLO - veículo de pelo menos duas rodas a propulsão humana.
CICLOFAIXA - parte da pista de rolamento destinada à circulação exclusiva de ciclos, delimitada por sinalização específica.
CICLOMOTOR - veículo de duas ou três rodas, provido de um motor de combustão interna, cuja cilindrada não exceda a cinqüenta centímetros cúbicos (3,05 polegadas cúbicas) e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a cinqüenta quilômetros por hora.
CICLOVIA - pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum.
CONVERSÃO - movimento em ângulo, à esquerda ou à direita, de mudança da direção original do veículo.
CRUZAMENTO - interseção de duas vias em nível.
DISPOSITIVO DE SEGURANÇA - qualquer elemento que tenha a função específica de proporcionar maior segurança ao usuário da via, alertando-o sobre situações de perigo que possam colocar em risco sua integridade física e dos demais usuários da via, ou danificar seriamente o veículo.
ESTACIONAMENTO - imobilização de veículos por tempo superior ao necessário para embarque ou desembarque de passageiros.
ESTRADA - via rural não pavimentada.
FAIXAS DE DOMÍNIO - superfície lindeira às vias rurais, delimitada por lei específica e sob responsabilidade do órgão ou entidade de trânsito competente com circunscrição sobre a via.
FAIXAS DE TRÂNSITO - qualquer uma das áreas longitudinais em que a pista pode ser subdividida, sinalizada ou não por marcas viárias longitudinais, que tenham uma largura suficiente para permitir a circulação de veículos automotores.
FISCALIZAÇÃO - ato de controlar o cumprimento das normas estabelecidas na legislação de trânsito, por meio do poder de polícia administrativa de trânsito, no âmbito de circunscrição dos órgãos e entidades executivos de trânsito e de acordo com as competências definidas neste Código.
FOCO DE PEDESTRES - indicação luminosa de permissão ou impedimento de locomoção na faixa apropriada.
FREIO DE ESTACIONAMENTO - dispositivo destinado a manter o veículo imóvel na ausência do condutor ou, no caso de um reboque, se este se encontra desengatado.
FREIO DE SEGURANÇA OU MOTOR - dispositivo destinado a diminuir a marcha do veículo no caso de falha do freio de serviço.
FREIO DE SERVIÇO - dispositivo destinado a provocar a diminuição da marcha do veículo ou pará-lo.
GESTOS DE AGENTES - movimentos convencionais de braço, adotados exclusivamente pelos agentes de autoridades de trânsito nas vias, para orientar, indicar o direito de passagem dos veículos ou pedestres ou emitir ordens, sobrepondo-se ou completando outra sinalização ou norma constante deste Código.
GESTOS DE CONDUTORES - movimentos convencionais de braço, adotados exclusivamente pelos condutores, para orientar ou indicar que vão efetuar uma manobra de mudança de direção, redução brusca de velocidade ou parada.
ILHA - obstáculo físico, colocado na pista de rolamento, destinado à ordenação dos fluxos de trânsito em uma interseção.
INFRAÇÃO - inobservância a qualquer preceito da legislação de trânsito, às normas emanadas do Código de Trânsito, do Conselho Nacional de Trânsito e a regulamentação estabelecida pelo órgão ou entidade executiva do trânsito.
INTERSEÇÃO - todo cruzamento em nível, entroncamento ou bifurcação, incluindo as áreas formadas por tais cruzamentos, entroncamentos ou bifurcações.
INTERRUPÇÃO DE MARCHA - imobilização do veículo para atender circunstância momentânea do trânsito.
LICENCIAMENTO - procedimento anual, relativo a obrigações do proprietário de veículo, comprovado por meio de documento específico (Certificado de Licenciamento Anual).
LOGRADOURO PÚBLICO - espaço livre destinado pela municipalidade à circulação, parada ou estacionamento de veículos, ou à circulação de pedestres, tais como calçada, parques, áreas de lazer, calçadões.

LOTAÇÃO - carga útil máxima, incluindo condutor e passageiros, que o veículo transporta, expressa em quilogramas para os veículos de carga, ou número de pessoas, para os veículos de passageiros.
LOTE LINDEIRO - aquele situado ao longo das vias urbanas ou rurais e que com elas se limita.
LUZ ALTA - facho de luz do veículo destinado a iluminar a via até uma grande distância do veículo.
LUZ BAIXA - facho de luz do veículo destinada a iluminar a via diante do veículo, sem ocasionar ofuscamento ou incômodo injustificáveis aos condutores e outros usuários da via que venham em sentido contrário.
LUZ DE FREIO - luz do veículo destinada a indicar aos demais usuários da via, que se encontram atrás do veículo, que o condutor está aplicando o freio de serviço.
LUZ INDICADORA DE DIREÇÃO (pisca-pisca) - luz do veículo destinada a indicar aos demais usuários da via que o condutor tem o propósito de mudar de direção para a direita ou para a esquerda.
LUZ DE MARCHA À RÉ - luz do veículo destinada a iluminar atrás do veículo e advertir aos demais usuários da via que o veículo está efetuando ou a ponto de efetuar uma manobra de marcha à ré.
LUZ DE NEBLINA - luz do veículo destinada a aumentar a iluminação da via em caso de neblina, chuva forte ou nuvens de pó.
LUZ DE POSIÇÃO (lanterna) - luz do veículo destinada a indicar a presença e a largura do veículo.
MANOBRA - movimento executado pelo condutor para alterar a posição em que o veículo está no momento em relação à via.
MARCAS VIÁRIAS - conjunto de sinais constituídos de linhas, marcações, símbolos ou legendas, em tipos e cores diversas, apostos ao pavimento da via.
MICROÔNIBUS - veículo automotor de transporte coletivo com capacidade para até vinte passageiros.
MOTOCICLETA - veículo automotor de duas rodas, com ou sem "side-car", dirigido por condutor em posição montada.
MOTONETA - veículo automotor de duas rodas, dirigido por condutor em posição sentada.
MOTOR-CASA (MOTOR-HOME) - veículo automotor cuja carroçaria seja fechada e destinada a alojamento, escritório, comércio ou finalidades análogas.
NOITE - período do dia compreendido entre o pôr-do-sol e o nascer do sol.
ÔNIBUS - veículo automotor de transporte coletivo com capacidade para mais de vinte passageiros, ainda que, em virtude de adaptações com vista à maior comodidade destes, transporte número menor.
OPERAÇÃO DE CARGA E DESACARGA - imobilização do veículo, pelo tempo estritamente necessário ao carregamento ou descarregamento de animais ou carga, na forma disciplinada pelo órgão ou entidade executivo de trânsito competente com circunscrição sobre a via.
OPERAÇÃO DE TRÂNSITO - monitoramento técnico baseado nos conceitos de Engenharia de Tráfego, das condições de fluidez, de estacionamento e parada na via, de forma a reduzir as interferências tais como veículos quebrados, acidentados, estacionados irregularmente atrapalhando o trânsito, prestando socorros imediatos e informações aos pedestres e condutores.
PARADA - imobilização do veículo com a finalidade e pelo tempo estritamente necessário para efetuar embarque ou desembarque de passageiros.
PASSAGEM DE NÍVEL - todo cruzamento de nível entre uma via e uma linha férrea ou trilho de bonde com pista própria.
PASSAGEM POR OUTRO VEÍCULO - movimento de passagem à frente de outro veículo que se desloca no mesmo sentido, em menor velocidade, mas em faixas distintas da via.
PASSAGEM SUBTERRÂNEA - obra-de-arte destinada à transposição de vias, em desnível subterrâneo, e ao uso de pedestres ou veículos.
PASSARELA - obra de arte destinada à transposição de vias, em desnível aéreo, e ao uso de pedestres.
PASSEIO - parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas.
PATRULHAMENTO - função exercida pela Polícia Rodoviária Federal com o objetivo de garantir obediência às normas de trânsito, assegurando a livre circulação e evitando acidentes.
PERÍMETRO URBANO - limite entre área urbana e área rural.
PESO BRUTO TOTAL - peso máximo que o veículo transmite ao pavimento, constituído da soma da tara mais a lotação.
PESO BRUTO TOTAL COMBINADO - peso máximo transmitido ao pavimento pela combinação de um caminhão-trator mais seu semi-reboque ou do caminhão mais o seu reboque ou reboques.
PISCA-ALERTA - luz intermitente do veículo, utilizada em caráter de advertência, destinada a indicar aos demais usuários da via que o veículo está imobilizado ou em situação de emergência.
PISTA - parte da via normalmente utilizada para a circulação de veículos, identificada por elementos separadores ou por diferença de nível em relação às calçadas, ilhas ou aos canteiros centrais.
PLACAS - elementos colocados na posição vertical, fixados ao lado ou suspensos sobre a pista, transmitindo mensagens de caráter permanente e, eventualmente, variáveis, mediante símbolo ou legendas pré-reconhecidas e legalmente instituídas como sinais de trânsito.
POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO - função exercida pelas Polícias Militares com o objetivo de prevenir e reprimir atos relacionados com a segurança pública e de garantir obediência às normas relativas à segurança de trânsito, assegurando a livre circulação e evitando acidentes.
PONTE - obra de construção civil destinada a ligar margens opostas de uma superfície líquida qualquer.
REBOQUE - veículo destinado a ser engatado atrás de um veículo automotor.
REGULAMENTAÇÃO DA VIA - implantação de sinalização de regulamentação pelo órgão ou entidade competente com circunscrição sobre a via, definindo, entre outros, sentido de direção, tipo de estacionamento, horários e dias.
REFÚGIO - parte da via, devidamente sinalizada e protegida, destinada ao uso de pedestres durante a travessia da mesma.
RENACH - Registro Nacional de Condutores Habilitados.
RENAVAM - Registro Nacional de Veículos Automotores.
RETORNO - movimento de inversão total de sentido da direção original de veículos.
RODOVIA - via rural pavimentada.

SEMI-REBOQUE - veículo de um ou mais eixos que se apóia na sua unidade tratora ou é a ela ligado por meio de articulação.
SINAIS DE TRÂNSITO - elementos de sinalização viária que se utilizam de placas, marcas viárias, equipamentos de controle luminosos, dispositivos auxiliares, apitos e gestos, destinados exclusivamente a ordenar ou dirigir o trânsito dos veículos e pedestres.
SINALIZAÇÃO - conjunto de sinais de trânsito e dispositivos de segurança colocados na via pública com o objetivo de garantir sua utilização adequada, possibilitando melhor fluidez no trânsito e maior segurança dos veículos e pedestres que nela circulam.
SONS POR APITO - sinais sonoros, emitidos exclusivamente pelos agentes da autoridade de trânsito nas vias, para orientar ou indicar o direito de passagem dos veículos ou pedestres, sobrepondo-se ou completando sinalização existente no local ou norma estabelecida neste Código.
TARA - peso próprio do veículo, acrescido dos pesos de carroçaria e equipamento, do combustível, das ferramentas e acessórios, da roda sobressalente, do extintor de incêndio e do fluído de arrefecimento, expresso em quilogramas.
TRAILER - reboque ou semi-reboque tipo casa, com duas, quatro, ou seis rodas, acoplado ou adaptado à traseira de automóvel ou camionete, utilizado em geral em atividades turísticas como alojamento, ou para atividades comerciais.
TRÂNSITO - movimentação e imobilização de veículos, pessoas e animais nas vias terrestres.
TRANSPOSIÇÃO DE FAIXAS - passagem de um veículo de uma faixa demarcada para outra.
TRATOR - veículo automotor construído para realizar trabalho agrícola, de construção e pavimentação e tracionar outros veículos e equipamentos.
ULTRAPASSAGEM - movimento de passar à frente de outro veículo que se desloca no mesmo sentido, em menor velocidade e na mesma faixa de tráfego, necessitando sair e retornar à faixa de origem.
UTILITÁRIO - veículo misto caracterizado pela versatilidade do seu uso, inclusive fora de estrada.
VEÍCULO ARTICULADO - combinação de veículos acoplados, sendo um deles automotor.
VEÍCULO AUTOMOTOR - todo veículo a motor de propulsão que circule por seus próprios meios, e que serve normalmente para o transporte viário de pessoas e coisas, ou para a tração viária de veículos utilizados para o transporte de pessoas e coisas. O termo compreende os veículos conectados a uma linha elétrica e que não circulam sobre trilhos (ônibus elétrico).
VEÍCULO DE CARGA - veículo destinado ao transporte de carga, podendo transportar dois passageiros, exclusive o condutor.
VEÍCULO DE COLEÇÃO - aquele que, mesmo tendo sido fabricado há mais de trinta anos, conserva suas características originais de fabricação e possui valor histórico próprio.
VEÍCULO CONJUGADO - combinação de veículos, sendo o primeiro um veículo automotor e os demais reboques ou equipamentos de trabalho agrícola, construção, terraplenagem ou pavimentação.
VEÍCULO DE GRANDE PORTE - veículo automotor destinado ao transporte de carga com peso bruto total máximo superior a dez mil quilogramas e de passageiros, superior a vinte passageiros.
VEÍCULO DE PASSAGEIROS - veículo destinado ao transporte de pessoas e suas bagagens.
VEÍCULO MISTO - veículo automotor destinado ao transporte simultâneo de carga e passageiro.
VIA - superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, ilha e canteiro central.
VIA DE TRÂNSITO RÁPIDO - aquela caracterizada por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível.
VIA ARTERIAL - aquela caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade.
VIA COLETORA - aquela destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade.
VIA LOCAL - aquela caracterizada por interseções em nível não semaforizadas, destinada apenas ao acesso local ou a áreas restritas.
VIA RURAL - estradas e rodovias.
VIA URBANA - ruas, avenidas, vielas, ou caminhos e similares abertos à circulação pública, situados na área urbana, caracterizados principalmente por possuírem imóveis edificados ao longo de sua extensão.
VIAS E ÁREAS DE PEDESTRES - vias ou conjunto de vias destinadas à circulação prioritária de pedestres.
VIADUTO - obra de construção civil destinada a transpor uma depressão de terreno ou servir de passagem superior.

RESOLUÇOES DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN)

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 21 DE MAIO DE 1998

Disciplina o transporte de carga em veículos destinados ao transporte de passageiros a que se refere o art. 109 do Código de Trânsito Brasileiro.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, usando da competência que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e conforme o Decreto nº 2.327, de 23 de setembro de 1997, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, resolve:
Art. 1° O transporte de carga em veículos destinados ao transporte de passageiros, do tipo ônibus, microônibus, ou outras categorias, está autorizado desde que observadas as exigências desta Resolução, bem como os regulamentos dos respectivos poderes concedentes dos serviços.
Art. 2° A carga só poderá ser acomodada em compartimento próprio, separado dos passageiros, que no ônibus é o bagageiro.
Art. 3º Fica proibido o transporte de produtos considerados perigosos conforme legislação específica, bem como

daqueles que, por sua forma ou natureza, comprometam a segurança do veículo, de seus ocupantes ou de terceiros.
Art. 4º Os limites máximos de peso e dimensões da carga, serão os fixados pelas legislações existentes na esfera federal, estadual ou municipal.
Art. 5º No caso do transporte rodoviário internacional de passageiros serão obedecidos os Tratados, Convenções ou Acordos internacionais, enquanto vinculados à República Federativa do Brasil.
Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 21 DE MAIO DE 1998

Estabelece método de ensaio para medição de pressão sonora por buzina ou equipamento similar a que se referem os arts. 103 e 227, V do Código de Trânsito Brasileiro e o art. 1° da Resolução 14/98 do CONTRAN.

Art. 1º Todos os veículos automotores, nacionais ou importados, produzidos a partir de 01/01/1999, deverão obedecer, nas vias urbanas, o nível máximo permissível de pressão sonora emitida por buzina ou equipamento similar, de 104 decibéis - dB(A), conforme determinado no Anexo.
Art. 2º Todos os veículos automotores, nacionais ou importados, produzidos a partir de 1º de janeiro de 2002, deverão obedecer o nível mínimo permissível de pressão sonora emitida por buzina ou equipamento similar, de 93 decibéis - dB(A), conforme determinado no Anexo.
Art. 3º Excetuam-se do disposto nos artigos 1º e 2º desta Resolução, os veículos de competição automobilística, reboques, semi-reboques, máquinas de tração agrícola, máquinas industriais de trabalho e tratores.
Art. 4º A buzina ou equipamento similar, a que se refere o Art. 1º, não poderá produzir sons contínuos ou intermitentes, assemelhado aos utilizados, privativamente, por veículos de socorro de incêndio e salvamento, de polícia, de operação e fiscalização de trânsito e ambulância.
Art. 5º Serão reconhecidos os resultados de ensaios emitidos por órgão credenciado pelo INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualificação, pela Comunidade Européia ou pelos Estados Unidos da América.
Art. 6º Fica revogada a Resolução nº 448/71 do CONTRAN.
Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO 36, DE 21 DE MAIO DE 1998

Estabelece a forma de sinalização de advertência para os veículos que, em situação de emergência, estiverem imobilizados no leito viário, conforme o art. 46 do Código de Trânsito Brasileiro.
Art.1º O condutor deverá acionar de imediato as luzes de advertência (pisca-alerta) providenciando a colocação do triângulo de sinalização ou equipamento similar à distância mínima de 30 metros da parte traseira do veículo.
Parágrafo único. O equipamento de sinalização de emergência deverá ser instalado perpendicularmente ao eixo da via, e em condição de boa visibilidade.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO Nº 38, DE 21 DE MAIO DE 1998

Regulamenta o art. 86 do Código de Trânsito Brasileiro, que dispõe sobre a identificação das entradas e saídas de postos de gasolina e de abastecimento de combustíveis, oficinas, estacionamentos e/ou garagens de uso coletivo.
Art. 1º A identificação das entradas e saídas de postos de gasolina e abastecimento de combustíveis, oficinas, estacionamentos e/ou garagens de uso coletivo, far-se-á:
I – Em vias urbanas :
a) Postos de gasolina e de abastecimento de combustíveis:
1. as entradas e saídas deverão ter identificação física, com rebaixamento da guia (meio-fio) da calçada, deixando uma rampa com declividade suficiente à livre circulação de pedestres e/ou portadores de deficiência;
2. nas quinas do rebaixamento serão aplicados zebrados nas cores preta e amarela;
3. as entradas e saídas serão obrigatoriamente identificadas por sinalização vertical e horizontal.
b) Oficinas, estacionamentos e/ou garagens de uso coletivo: as entradas e saídas, além do rebaixamento da guia (meio-fio) da calçada, deverão ser identificadas pela instalação, em locais de fácil visibilidade e audição aos pedestres, de dispositivo que possua sinalização com luzes intermitentes na cor amarela, bem como emissão de sinal sonoro.
II – Nas vias rurais: deverá estar em conformidade com as normas de acesso elaboradas pelo órgão executivo rodoviário ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via.
Parágrafo único. Nas vias urbanas, a sinalização mencionada no presente artigo deverá estar em conformidade com o Plano Diretor Urbano (PDU), o Código de Posturas ou outros dispositivos legais relacionados ao assunto.
Art.2º Para os postos de gasolina e abastecimento de combustíveis, oficinas e/ou garagens de uso coletivo instalados em esquinas de vias urbanas, a calçada será mantida inalterada até a uma distância mínima de 5 metros para cada lado, contados a partir do vértice do encontro das vias.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

RESOLUÇÃO Nº 53, DE 21 DE MAIO DE 1998
Estabelece critérios em caso de apreensão de veículos e recolhimento aos depósitos, conforme artigo 262 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art.1º O procedimentos e os prazos de custódia dos veículos apreendidos em razão de penalidade aplicada, obedecerão ao disposto nesta Resolução.
Art. 2º Caberá ao agente de trânsito responsável pela apreensão do veículo, emitir Termo de Apreensão de Veículo, que discriminará:
I - os objetos que se encontrem no veículo;
II - os equipamentos obrigatórios ausentes;

III - o estado geral da lataria e da pintura;
IV - os danos causados por acidente, se for o caso;
V - identificação do proprietário e do condutor, quando possível;
VI - dados que permitam a precisa identificação do veículo.
§ 1º O Termo de Apreensão de Veículo será preenchido em três vias, sendo a primeira destinada ao proprietário ou condutor do veículo apreendido; a segunda ao órgão ou entidade responsável pela custódia do veículo; e a terceira ao agente de trânsito responsável pela apreensão.
§ 2º Estando presente o proprietário ou o condutor no momento da apreensão, o Termo de Apreensão de Veículo será apresentado para sua assinatura, sendo-lhe entregue a primeira via; havendo recusa na assinatura, o agente fará constar tal circunstância no Termo, antes de sua entrega.
§ 3º O agente de trânsito recolherá o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), contra entrega de recibo ao proprietário ou condutor, ou informará, no Termo de Apreensão, o motivo pelo qual não foi recolhido.
Art. 3º O órgão ou entidade responsável pela apreensão do veículo fixará o prazo de custódia, tendo em vista as circunstâncias da infração e obedecidos os critérios abaixo:
I - de 01 (um) a 10 (dez) dias, para penalidade aplicada em razão de infração para a qual não seja prevista multa agravada;
II - de 11 (onze) a 20 (vinte) dias, para penalidade aplicada em razão de infração para a qual seja prevista multa agravada com fator multiplicador de três vezes;
III - de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias, para penalidade aplicada em razão de infração para a qual seja prevista multa agravada com fator multiplicador de cinco vezes.
Art. 4º Em caso de veículo transportando carga perigosa ou perecível e de transporte coletivo de passageiros, aplicar-se-á o disposto no § 5º do art. 270 do Código de Trânsito Brasileiro.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO Nº 82, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998.

Dispõe sobre a autorização, a título precário, para o transporte de passageiros em veículos de carga.

Art. 1º O transporte de passageiros em veículos de carga, remunerado ou não, poderá ser autorizado eventualmente e a título precário, desde que atenda aos requisitos estabelecidos nesta Resolução.
Art. 2º Este transporte só poderá ser autorizado entre localidades de origem e destino que estiverem situadas em um mesmo município, municípios limítrofes, municípios de um mesmo Estado, quando não houver linha regular de ônibus ou as linhas existentes não forem suficientes para suprir as necessidades daquelas comunidades.
§ 1º A autorização de transporte será concedida para uma ou mais viagens, desde que não ultrapasse a validade do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo-CRLV.
§ 2º Excetua-se do estabelecido neste artigo, a concessão de autorização de trânsito entre localidades de origem e destino fora dos limites de jurisdição do município, nos seguintes casos:
I - migrações internas, desde que o veículo seja de propriedade dos migrantes;
II - migrações internas decorrentes de assentamento agrícolas de responsabilidade do Governo;
III - viagens por motivos religiosos, quando não houver condições de atendimento por transporte de ônibus;
IV - transporte de pessoas vinculadas a obras e/ou empreendimentos agro-industriais, enquanto durar a execução dessas obras ou empreendimentos;
V - atendimento das necessidades de execução, manutenção ou conservação de serviços oficiais de utilidade pública.
§ 3º Nos casos dos incisos I, II e III do parágrafo anterior, a autorização será concedida para cada viagem, e, nos casos dos incisos IV e V, será concedida por período de tempo a ser estabelecido pela autoridade competente, não podendo ultrapassar o prazo de um ano.
Art. 3º São condições mínimas para concessão de autorização que os veículos estejam adaptados com:
I - bancos com encosto, fixados na estrutura da carroceria;
II – carroceria, com guardas altas em todo o seu perímetro, em material de boa qualidade e resistência estrutural ;
III - cobertura com estrutura em material de resistência adequada;
Parágrafo único. Os veículos referidos neste artigo só poderão ser utilizados após vistoria da autoridade competente para conceder a autorização de trânsito
Art. 4º Satisfeitos os requisitos enumerados no artigo anterior, a autoridade competente estabelecerá no documento de autorização as condições de higiene e segurança, definindo os seguintes elementos técnicos:
I - o número de passageiros (lotação) a ser transportado;
II - o local de origem e de destino do transporte;
III - o itinerário a ser percorrido;
IV – o prazo de validade da autorização.
Art. 5º O número máximo de pessoas admitidas no transporte será calculado na base de 35dm2 (trinta e cinco decímetros quadrados) do espaço útil da carroceira por pessoa, incluindo-se o encarregado da cobrança de passagem e atendimento aos passageiros.
Art. 6º Para o transporte de passageiros em veículos de carga não poderão ser utilizados os denominados "basculantes" e os "boiadeiros".
Art. 7º As autoridades com circunscrição sobre as vias a serem utilizadas no percurso pretendido são competentes para autorizar, permitir e fiscalizar esse transporte, por meio de seus órgãos próprios
Art. 8º Pela inobservância ao disposto nesta Resolução, fica o proprietário, ou o condutor do veículo, conforme o caso, sujeito às penalidades aplicáveis simultânea ou cumulativamente, e independentemente das demais infrações previstas na legislação de trânsito.
Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 10º Fica revogada a Resolução nº 683/87 – CONTRAN.

RESOLUÇÃO Nº 108 DE 21, DE DEZEMBRO 1999.
Dispõe sobre a responsabilidade pelo pagamento de multas.
Art.1º Fica estabelecido que o proprietário do veículo será sempre responsável pelo pagamento da penalidade de multa, independente da infração cometida, até mesmo quando o condutor for indicado como condutor-infrator nos termos da lei, não devendo ser registrado ou licenciado o veículo sem que o seu proprietário efetue o pagamento do débito de multas, excetuando-se as infrações resultantes de

excesso de peso que obedecem ao determinado no art. 257 e parágrafos do Código de Trânsito Brasileiro.
Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO Nº 149, DE 19 DE SETEMBRO DE 2003
Dispõe sobre uniformização do procedimento administrativo da lavratura do auto de infração, da expedição da Notificação da Autuação e da Notificação da Penalidade de multa e de advertência por infrações de responsabilidade do proprietário e do condutor do veiculo e da identificação do condutor infrator.

I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1°. Estabelecer procedimento para a expedição da Notificação da Autuação e da Notificação da Penalidade de advertência e de multa pelo cometimento de infrações de responsabilidade do proprietário e do condutor de veículo registrado em território nacional.
Art. 2°. Constatada infração pela autoridade de trânsito ou por seus agentes, ou ainda comprovada sua ocorrência por equipamento audiovisual, aparelho eletrônico ou por meio hábil regulamentado pelo CONTRAN, será lavrado o Auto de Infração de Trânsito que deverá conter os dados mínimos definidos pelo art. 280 do CTB e em regulamentação específica.
§ 1°. O Auto de Infração de que trata o *caput* deste artigo poderá ser lavrado pela autoridade de trânsito ou por seu agente:
I – por anotação em documento próprio;
II – por registro em talão eletrônico isolado ou acoplado a equipamento de detecção de infração regulamentado pelo CONTRAN, atendido o procedimento que será definido pelo órgão máximo executivo de trânsito da União;
III – por registro em sistema eletrônico de processamento de dados quando a infração for comprovada por equipamento de detecção provido de registrador de imagem, regulamentado pelo CONTRAN.
§ 2°. O órgão ou entidade de trânsito não necessita imprimir o Auto de Infração elaborado nas formas previstas nos incisos II e III do parágrafo anterior para que seja aplicada a penalidade, porém, quando impresso, deverá conter os dados mínimos definidos no art. 280 do CTB e em regulamentação específica.
§ 3º. A comprovação da infração referida no inciso III do § 1° deverá ter a sua análise referendada por agente da autoridade de trânsito que será responsável pela autuação e fará constar o seu número de identificação no auto de infração .
§ 4º. Sempre que possível o condutor será identificado no ato da autuação.
§ 5º. O Auto de Infração valerá como notificação da autuação quando colhida a assinatura do condutor e:
I – a infração for de responsabilidade do condutor;
II - a infração for de responsabilidade do proprietário e este estiver conduzindo o veículo.

II – DA NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO
Art. 3º. À exceção do disposto no § 5º do artigo anterior, após a verificação da regularidade do Auto de Infração, a autoridade de trânsito expedirá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do cometimento da infração, a Notificação da Autuação dirigida ao proprietário do veículo, na qual deverão constar, no mínimo, os dados definidos no art. 280 do CTB e em regulamentação específica.
§ 1º. Quando utilizada a remessa postal, a expedição se caracterizará pela entrega da Notificação da Autuação pelo órgão ou entidade de trânsito à empresa responsável por seu envio.
§ 2º. Da Notificação da Autuação constará a data do término do prazo para a apresentação da Defesa da Autuação pelo proprietário do veículo ou pelo condutor infrator devidamente identificado, que não será inferior a 15 (quinze) dias, contados a partir da data da notificação da autuação.
§ 3º. A notificação da autuação, nos termos do § 4º do artigo anterior, não exime o órgão ou entidade de trânsito da expedição de aviso informando ao proprietário do veículo os dados da autuação e do condutor identificado.
§ 4º. Nos casos dos veículos registrados em nome de missões diplomáticas, repartições consulares de carreira ou representações de organismos internacionais e de seus integrantes, a Notificação da Autuação deverá ser remetida ao Ministério das Relações Exteriores, para as providências cabíveis, passando a correr os prazos a partir do seu conhecimento pelo proprietário do veículo.
Art. 4º. Quando o veículo estiver registrado em nome de sociedade de arrendamento mercantil, o órgão ou entidade de trânsito deverá encaminhar a Notificação da Autuação diretamente ao arrendatário, que para os fins desta Resolução, equipara-se ao proprietário do veículo, cabendo-lhe a identificação do condutor infrator, quando não for o responsável pela infração.
Parágrafo único. A arrendadora deverá fornecer ao órgão ou entidade executivo de trânsito responsável pelo registro do veículo, todos os dados necessários à identificação do arrendatário, quando da celebração do respectivo contrato de arrendamento mercantil, sob pena de arcar com a responsabilidade pelo cometimento da infração, além da multa prevista no § 8º do art. 257 do CTB.

III – DO FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR INFRATOR
Art. 5º. Sendo a infração de responsabilidade do condutor, quando este não for identificado no ato do cometimento da infração, deverá fazer parte da Notificação da Autuação o Formulário de Identificação do Condutor Infrator contendo, no mínimo:
identificação do órgão ou entidade de trânsito responsável pela autuação;
campos para o preenchimento da identificação do condutor infrator: nome, números do registro do documento de habilitação, de identificação e do CPF;
campo para preenchimento da data da identificação do condutor infrator;
campo para a assinatura do proprietário do veículo;
campo para a assinatura do condutor infrator;
placa do veículo e número do Auto de Infração;
data do término do prazo para a identificação do condutor infrator;
esclarecimento das conseqüências da não identificação do condutor infrator;
instrução para que o Formulário de Identificação do Condutor Infrator seja acompanhado de cópia reprográfica legível do documento de habilitação, além de documento que comprove a assinatura do condutor infrator, quando esta não constar do referido documento;

esclarecimento de que a identificação do condutor infrator só surtirá efeito se estiver corretamente preenchida, assinada e acompanhada de cópia legível dos documentos relacionados no inciso IX;
endereço para onde o proprietário deve encaminhar o Formulário de Identificação do Condutor Infrator;
esclarecimento sobre a responsabilidade nas esferas cível, administrativa e penal, pela veracidade das informações e dos documentos fornecidos.
Art. 6º. O Formulário de Identificação do Condutor Infrator só produzirá os efeitos legais se estiver corretamente preenchido, assinado e acompanhado de cópia legível dos documentos relacionados no artigo anterior.
Parágrafo único. Na impossibilidade da coleta da assinatura do condutor infrator, por ocasião da identificação, o proprietário deverá anexar ao Formulário de Identificação do Condutor Infrator, cópia de documento onde conste cláusula de responsabilidade por quaisquer infrações cometidas na condução do veículo, bem como pela pontuação delas decorrentes.

IV – DA RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO

Art. 7º. Não havendo a identificação do condutor infrator até o término do prazo fixado na Notificação da Autuação, o proprietário do veículo será considerado responsável pela infração cometida.
Art. 8º. Ocorrendo a hipótese prevista no artigo anterior e sendo o proprietário do veículo pessoa jurídica, será imposta multa, nos termos do § 8º do art. 257 do CTB, expedindo-se a notificação desta ao proprietário do veículo.

V – DO JULGAMENTO DA AUTUAÇÃO E APLICAÇÃO DA PENALIDADE

Art. 9º. Interposta a Defesa da Autuação, nos termos do § 2º do Art. 3º desta Resolução, caberá à autoridade de trânsito apreciá-la.
§ 1º. Acolhida a Defesa da Autuação, o Auto de Infração será cancelado, seu registro será arquivado e a autoridade de trânsito comunicará o fato ao proprietário do veículo.
§ 2º. Em caso do não acolhimento da Defesa da Autuação ou de seu não exercício no prazo previsto, a autoridade de trânsito aplicará a penalidade, expedindo a Notificação da Penalidade, da qual deverão constar, no mínimo, os dados definidos no art. 280 do CTB, o previsto em regulamentação específica e a comunicação do não acolhimento da defesa, quando for o caso.
§ 3º. A Notificação de Penalidade de multa deverá conter um campo para a autenticação eletrônica a ser regulamentado pelo órgão máximo executivo da União.
§ 4º. A notificação de penalidade de multa imposta a condutor será encaminhada ao proprietário do veículo, responsável pelo seu pagamento, como estabelece o § 3º do art. 282 do CTB.
Art. 10. A autoridade de trânsito poderá socorrer-se de meios tecnológicos para julgar a consistência do auto e aplicar a penalidade cabível.
Art. 11. Não incidirá qualquer restrição, inclusive para fins de licenciamento e transferência, nos arquivos do órgão ou entidade executivo de trânsito responsável pelo registro do veículo, até que a penalidade seja aplicada.

VI – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS CONTRA A IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

Art. 12. Da imposição da penalidade caberá, ainda, recurso em 1ª e 2 ª Instâncias na forma dos art. 285 e seguintes do CTB.
Parágrafo único. Esgotados os recursos, as penalidades aplicadas nos termos deste Código serão cadastradas no RENACH.

VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13. Até que o órgão máximo executivo da União defina o procedimento do uso e o prazo para a adequação do talão eletrônico a que se refere o inciso II do § 1º do art. 2º desta Resolução, ficam convalidados os autos de infração já lavrados com esse equipamento e validados os que serão lavrados até o término do prazo fixado na regulamentação específica.
Art.14. Os órgãos e entidades executivos de trânsito e rodoviários terão o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Resolução, para adequarem seus procedimentos.
Art. 15. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Resoluções CONTRAN nºs 17/98, 59/98 e 72/98.

ACRECENTAR EM SEGUIDA AS RESOLUÇÕES 203; 205 E 277 QUE ENCONTRAM-SE EM PDF EM ARQUIVO ANEXO.
MONTAR EM SEGUIDA AS QUESTÕES

RESOLUÇÃO 203 DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

Disciplina o uso de capacete para condutor e passageiro de motocicleta, motoneta, ciclomotor, triciclo motorizados e quadriciclo motorizado, e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso da atribuição que lhe confere o art.12, da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito,

Considerando o disposto no inciso I dos artigos 54 e 55 e os incisos I e II do artigo 244 do Código de Transito Brasileiro,

Resolve:

Art. 1º É obrigatório, para circular na vias publicas, o uso de capacete pelo condutor e passageiro de motocicleta, motoneta, ciclomotor, triciclo motorizado e quadriciclo motorizado.

§ 1º O capacete tem de estar devidamente afixado à cabeça pelo conjunto formado pela cinta jugular e engate, por debaixo do maxilar inferior.

§ 2º O capacete tem de estar certificado por organismo acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, de acordo com regulamento de avaliação da conformidade por ele aprovado.

Art. 2º Para fiscalização do cumprimento desta Resolução, as autoridades de trânsito ou seus agentes devem observar a aposição, nas partes traseiras e laterais do capacete de dispositivo refletivo de segurança e do selo de identificação de certificação regulamentado pelo INMETRO, ou a existência de etiqueta interna, comprovando a certificação do produto nos termos do § 2º do artigo 1º e do Anexo desta Resolução.

Art. 3º O condutor e o passageiro de motocicleta, motoneta, ciclomotor, triciclo motorizado e quadriciclo motorizado, para circular na via pública, deverão utilizar capacete com viseira, ou na ausência desta, óculos de proteção

§ 1º Entende-se por óculos de proteção, aquele que permite ao usuário a utilização simultânea de óculos corretivos ou de sol.

§ 2º Fica proibido o uso de óculos de sol, óculos corretivos ou de segurança do trabalho (EPI) de forma singular, em substituição aos óculos de proteção de que trata este artigo.

§ 3º Quando o veículo estiver em circulação, a viseira ou óculos de proteção deverão estar posicionados de forma a dar proteção total aos olhos.

§ 4º No período noturno, é obrigatório o uso de viseira no padrão cristal.

§ 5º É proibida a aposição de película na viseira do capacete e nos óculos de proteção.

Art. 4º O não cumprimento das disposições contidas nesta Resolução implicará nas sanções previstas nos incisos I e II do Art. 244 do Código de Trânsito Brasileiro, conforme o caso.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação, revogando os artigos 1º; 2º; e 4º da Resolução nº 20, de 17 de fevereiro de 1998.

ALFREDO PERES DA SILVA
Presidente

JAQUELINE FILGUEIRAS CHAPADENSE PACHECO
Ministério das Cidades – Suplente

JOSE ANTONIO SILVÉRIO
Ministério da Ciência e Tecnologia – Suplente

FERNANDO MARQUE S DE FREITAS
Ministério da Defesa – Suplente

RODRIGO LAMEGO DE TEIXEIRA SOARES
Ministério da Educação – Titular

CARLOS ALBERTO FERREIRA DOS SANTOS
Ministério do Meio Ambiente – Suplente

VALTER CHAVES COSTA
Ministério da Saúde – Titular

EDSON DIAS GONÇALVES
Ministério dos Transportes – Titular

ANEXO

I - DISPOSITIVO RETRORREFLETIVO DE SEGURANÇA

O capacete deve contribuir para a sinalização do usuário diuturnamente, em todas as direções, através de elementos retrorrefletivos, aplicados na parte externa do casco.

O elemento retrorrefletivo deve ter uma superfície de pelo menos 18 cm² (dezoito centímetros quadrados) e assegurar a sinalização em cada lado do capacete: frente, atrás, direita e esquerda. Em cada superfície de 18 cm², deve ser possível traçar um círculo de 4,0 cm de diâmetro ou um retângulo de superfície de, no mínimo, 12,5 cm² com uma largura mínima de 2,0 cm.

Cada uma destas superfícies deve estar situada o mais próximo possível do ponto de tangência do casco com um plano vertical paralelo ao plano vertical longitudinal de simetria, à direita e à esquerda, e do plano de tangência do casco com um plano vertical perpendicular ao plano longitudinal de simetria, à frente e para trás.

A cor do material iluminado pela fonte padrão A da CIE deve estar dentro da zona de coloração definida pelo CIE para branco retrorrefletivo.

O CONTRAN definirá em resolução própria, as cores e as especificações técnicas dos retrorefletivos a serem utilizados no transporte remunerado.

Especificação do coeficiente mínimo de retrorefletividade em candelas por Lux por metro quadrado (orientação 0 e 90°):

Os coeficientes de retrorefletividade não deverão ser inferiores aos valores mínimos especificados. As medições serão feitas de acordo com o método ASTME-810. Todos os ângulos de entrada deverão ser medidos nos ângulos de observação de 0,2° e 0,5°. A orientação 90° é definida com a fonte de luz girando na mesma direção em que o dispositivo será afixado no capacete.

II – DEFINIÇÕES

DEFINIÇÃO DE UM CAPACETE MOTOCICLISTICO

Tem a finalidade de proteger a calota craniana, o qual deve ser calçado e fixado na cabeça do usuário, de forma que fique firme, com o tamanho adequado, encontrados nos tamanhos, desde o 50 até o 64.

DEFINIÇÃO DE UM CAPACETE CERTIFICADO

Capacete que possui aplicado as marcações (selo de certificação holográfico/etiqueta interna), com a marca do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade-SBAC, comercializado, após o controle do processo de fabricação e ensaios específicos, de maneira a garantir que os requisitos técnicos, definidos na norma técnica, foram atendidos. Os modelos de capacetes certificados estão descritos abaixo nos desenhos legendados de 01 a 07:

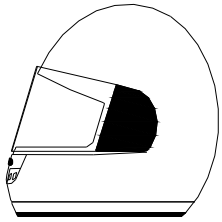


Figura 01 - Capacete Integral (fechado) com viseira

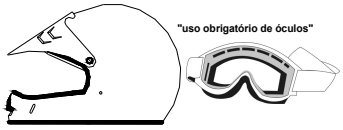


Figura 02 - Capacete integral sem viseira e com pala

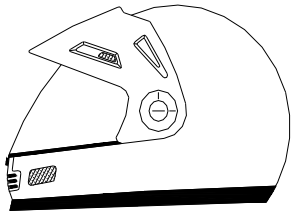


Figura 03 - Capacete integral com viseira e pala

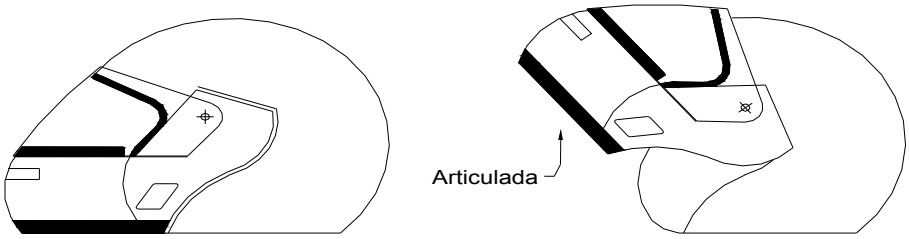


Figura 04 - Capacete modular

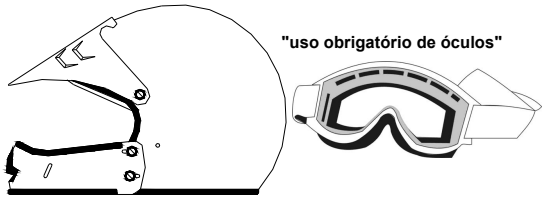


Figura 05 - Capacete misto com queixeira removível com pala e sem viseira

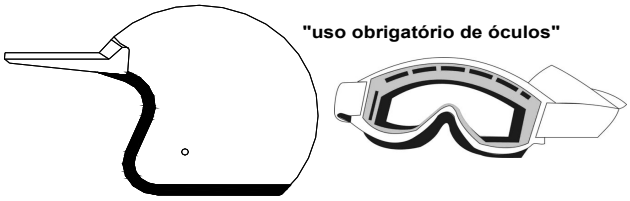


Figura 06 - Capacete aberto (jet) sem viseira (com ou sem pala)

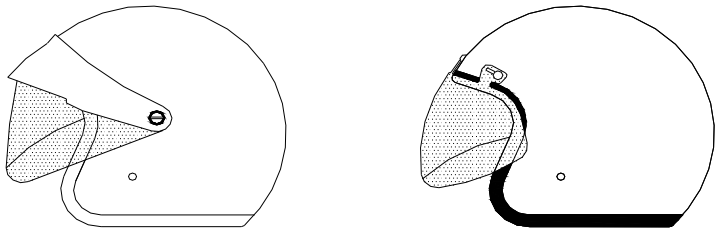


Figura 07 - Capacete aberto (jet) com viseira (com ou sem pala)

DEFINIÇÃO DE ÓCULOS DE PROTEÇÃO MOTOCICLISTICA

São óculos que permitem aos usuários a utilização simultânea de óculos corretivos ou de sol, cujo uso é obrigatório para os capacetes que não possuem viseiras, casos específicos das figuras 02, 05 e 06. E proibida a utilização de óculos de sol, ou de segurança do trabalho (EPI) de forma singular, nas vias públicas em substituição ao óculos de proteção motociclistica.

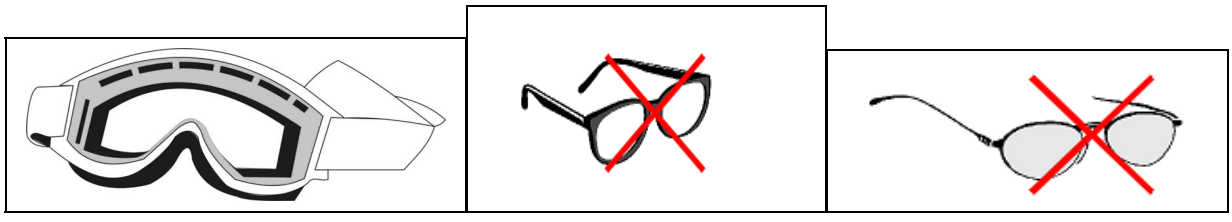


Figura 08

DEFINIÇÕES DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DE UM CAPACETE CERTIFICADO

CASCO EXTERNO: O casco pode ser construído em plásticos de engenharia, como o ABS e o Policarbonato (PC), através do processo de injeção, ou, pelo processo de multilaminação de fibras (vidro, aramídicas, carbono e polietileno), com resinas termofixas.

CASCO INTERNO: Confeccionado em materiais apropriados, onde o mais conhecido é poliestireno expansível (isopor), devido a sua resiliência, forrado com espumas dubladas com tecido, item que em conjunto com o casco externo, fornece a proteção à calota craniana, responsável pela absorção dos impactos.

VISEIRA: Destinada à proteção dos olhos e das mucosas, é construída em plásticos de engenharia, com transparência, fabricadas nos padrões, cristal, fume light, fume e metalizadas. Para o uso noturno, somente a viseira cristal é permitida, as demais, são para o uso exclusivo diurno, com a aplicação desta orientação na superfície da viseira, em alto ou baixo relevo, sendo:

Idioma português: USO EXCLUSIVO DIURNO (podendo estar acompanhada com a informação em outro idioma)
Idioma 7ngles: DAY TIME USE ONLY

NOTA: Quando o motociclista estiver transitando nas vias públicas, o capacete deverá estar com a viseira totalmente abaixada, e no caso dos capacetes modulares, além da viseira, a queixeira deverá estar totalmente abaixada e travada.

SISTEMA DE RETENÇÃO: Este sistema é composto de:
CINTA JUGULAR: Confeccionada em materiais sintéticos, fixadas ao casco de forma apropriada, cuja finalidade é a de fixar firmemente (sem qualquer folga aparente) o capacete à calota craniana, por debaixo do maxilar inferior do usuário, e;
ENGATES: tem a finalidade de fixar as extremidades da cinta jugular, após a regulagem efetuada pelo usuário, não deixando qualquer folga, e, podem ser no formato de Duplo “D”, que são duas argolas estampadas em aço ou através de engates rápidos, nas suas diversas configurações.

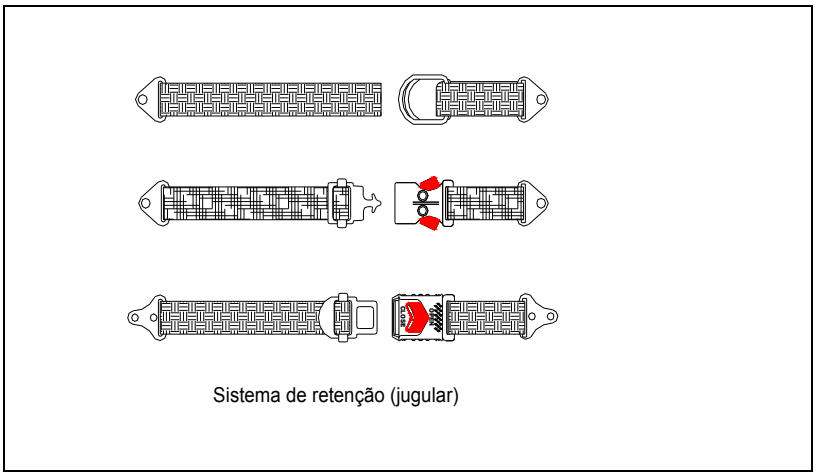


Figura 09

ACESSÓRIOS: são componentes que podem, ou, não fazer parte integrante de um capacete certificado, como palas, queixeiras removíveis, sobreviseiras e máscaras.

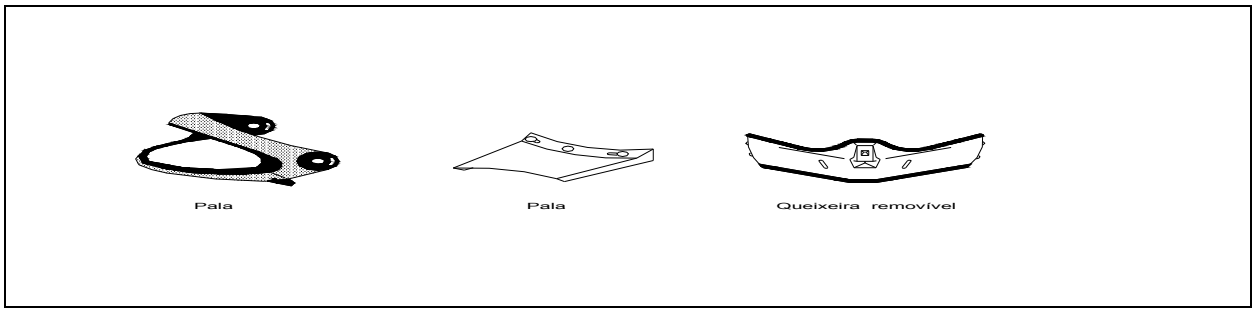


Figura 10

CAPACETES INDEVIDOS

Uso terminantemente proibido, nas vias públicas, por não cumprirem com os requisitos estabelecidos na norma técnica.

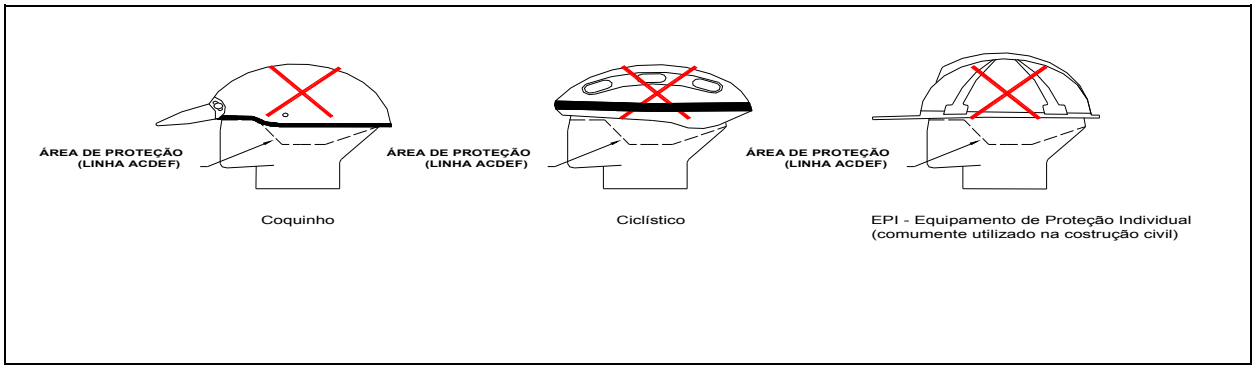


Figura 11

FISCALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS

A autoridade de trânsito e seus agentes, ao abordar um motociclista trafegando em via publica, deve verificar:

1) Se o condutor e o passageiro estejam utilizando capacete(s) motociclístico(s), certificados pelo INMETRO;
2) Se o capacete ostenta afixado no parte de traz do casco, o selo holográfico do INMETRO, conforme definição;
3) Na ausência do selo holográfico do INMETRO, examinar existência da logomarca do INMETRO, na etiqueta interna do capacete, especificada na norma NBR7471;
4) O estado geral do capacete, buscando avarias ou danos que identifiquem a sua inadequação para o uso.
5) A existência de dispositivo retrorrefletivo de segurança como especificado nesta Resolução.

A relação dos capacetes certificados pelo INMETRO, com a descrição do fabricante ou importador, do modelo, dos tamanhos, da data da certificação, estão disponibilizados no site do INMETRO: www.inmetro.gov.br.

MINISTÉRIO DAS CIDADES
CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 205 DE 20 DE OUTUBRO DE 2006.

Dispõe sobre os documentos de porte obrigatório e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN, usando da competência que lhe confere o inciso I do Art. 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito – SNT, e

CONSIDERANDO o que disciplinam os artigos 133, 141, 159 e 232 do CTB que tratam do Certificado de Registro e Licenciamento Anual - CRLV, da Autorização para Conduzir Ciclomotores, da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, da Permissão para Dirigir e do porte obrigatório de documentos;

CONSIDERANDO que o artigo 131 do CTB estabelece que a quitação dos débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais, entre outros, o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, é condição para o licenciamento anual do veículo;

CONSIDERANDO os veículos de transporte que transitam no país, com eventuais trocas de motoristas e em situações operacionais nas quais se altera o conjunto de veículos;

CONSIDERANDO que a utilização de cópias reprográficas do Certificado de Registro e Licenciamento Anual – CRLV dificulta a fiscalização,

Resolve:

Art. 1º. Os documentos de porte obrigatório do condutor do veículo são:
I – Autorização para Conduzir Ciclomotor - ACC, Permissão para Dirigir ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH, no original;
II – Certificado de Registro e Licenciamento Anual - CRLV, no original;

§ 1º. Os órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão expedir vias originais do Certificado de Registro e Licenciamento Anual – CRLV, desde que solicitadas pelo proprietário do veículo.
§ 2º. Da via mencionada no parágrafo anterior deverá constar o seu número de ordem, respeitada a cronologia de sua expedição.

Art. 2º. Sempre que for obrigatória a aprovação em curso especializado, o condutor deverá portar sua comprovação até que essa informação seja registrada no RENACH e incluída, em campo específico da CNH, nos termos do §4º do Art. 33 da Resolução do CONTRAN nº 168/2005.

Art. 3º. Cópia autenticada pela repartição de trânsito do Certificado de Registro e Licenciamento Anual – CRLV será admitida até 15 de abril de 2007.

Art. 4º. Os órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal têm prazo até 15 de fevereiro de 2007 para se adequarem ao disposto nesta Resolução.

Art. 5º. O não cumprimento das disposições desta Resolução implicará nas sanções previstas no art. 232 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução do CONTRAN nº 13/98, respeitados os prazos previstos nos artigos 3º e 4º.

Alfredo Peres da Silva
Presidente

Jose Antonio Silvério
Ministério da Ciência e Tecnologia – Suplente

Fernando Marque Freitas
Ministério da Defesa – Suplente

Rodrigo Lamego de Teixeira Soares
Ministério da Educação – Titular

Carlos Alberto Ferreira dos Santos
Ministério do Meio Ambiente – Suplente

Valter Chaves Costa
Ministério da Saúde – Titular

RESOLUÇÃO N.º 277 , DE 28 DE MAIO DE 2008

Dispõe sobre o transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 12, inciso I, da Lei 9503, de 23 de setembro de 1997 que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o Decreto 4711 de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, e

Considerando a necessidade de aperfeiçoar a regulamentação dos artigos 64 e 65, do Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando ser necessário estabelecer as condições mínimas de segurança para o transporte de passageiros com idade inferior a dez anos em veículos, resolve:

Art.1° Para transitar em veículos automotores, os menores de dez anos deverão ser transportados nos bancos traseiros usando individualmente cinto de segurança ou sistema de retenção equivalente, na forma prevista no Anexo desta Resolução.

§1º. Dispositivo de retenção para crianças é o conjunto de elementos que contém uma combinação de tiras com fechos de travamento, dispositivo de ajuste, partes de fixação e, em certos casos, dispositivos como: um berço portátil porta-bebê, uma cadeirinha auxiliar ou uma proteção anti-choque que devem ser fixados ao veículo, mediante a utilização dos cintos de segurança ou outro equipamento apropriado instalado pelo fabricante do veículo com tal finalidade.

§2º. Os dispositivos mencionados no parágrafo anterior são projetados para reduzir o risco ao usuário em casos de colisão ou de desaceleração repentina do veículo, limitando o deslocamento do corpo da criança com idade até sete anos e meio.

§ 3º As exigências relativas ao sistema de retenção, no transporte de crianças com até sete anos e meio de idade, não se aplicam aos veículos de transporte coletivo, aos de aluguel, aos de transporte autônomo de passageiro (táxi), aos veículos escolares e aos demais veículos com peso bruto total superior a 3,5t.

Art. 2º Na hipótese de a quantidade de crianças com idade inferior a dez anos exceder a capacidade de lotação do banco traseiro, será admitido o transporte daquela de maior estatura no banco dianteiro, utilizando o cinto de segurança do veículo ou dispositivo de retenção adequado ao seu peso e altura.

Parágrafo único. Excepcionalmente, nos veículos dotados exclusivamente de banco dianteiro, o transporte de crianças com até dez anos de idade poderá ser realizado neste banco, utilizando-se sempre o dispositivo de retenção adequado ao peso e altura da criança.

Art. 3°. Nos veículos equipados com dispositivo suplementar de retenção (*airbag),* para o passageiro do banco dianteiro, o transporte de crianças com até dez anos de idade neste banco, conforme disposto no Artigo 2º e seu parágrafo, poderá ser realizado desde que utilizado o dispositivo de retenção adequado ao seu peso e altura e observados os seguintes requisitos:

I – É vedado o transporte de crianças com até sete anos e meio de idade, em dispositivo de retenção posicionado em sentido contrário ao da marcha do veículo.

II – É permitido o transporte de crianças com até sete anos e meio de idade, em dispositivo de retenção posicionado no sentido de marcha do veículo, desde que não possua bandeja, ou acessório equivalente, incorporado ao dispositivo de retenção;

III - Salvo instruções específicas do fabricante do veículo, o banco do passageiro dotado de airbag deverá ser ajustado em sua última posição de recuo, quando ocorrer o transporte de crianças neste banco.

Art. 4º. Com a finalidade de ampliar a segurança dos ocupantes, adicionalmente às prescrições desta Resolução, o fabricante e/ou montador e/ou importador do veículo poderá estabelecer condições e/ou restrições específicas para o uso do dispositivo de retenção para crianças com até sete anos e meio de idade em seus veículos, sendo que tais prescrições deverão constar do manual do proprietário.

Parágrafo único. Na ocorrência da hipótese prevista no caput deste artigo, o fabricante ou importador deverá comunicar a restrição ao DENATRAN no requerimento de concessão da marca/modelo/versão ou na atualização do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT)

Art. 5º. Os manuais dos veículos automotores, em geral, deverão conter informações a respeito dos cuidados no transporte de crianças, da necessidade de dispositivos de retenção e da importância de seu uso na forma do artigo 338 do CTB.

Art 6º. O transporte de crianças em desatendimento ao disposto nesta Resolução sujeitará os infratores às sanções do artigo 168, do Código de Trânsito Brasileiro.

Art 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito nos seguintes prazos:

I – a partir da data da publicação desta Resolução as autoridades de trânsito e seus agentes deverão adotar medidas de caráter educativo para esclarecimento dos usuários dos veículos quanto à necessidade do atendimento das prescrições relativas ao transporte de crianças;

II - a partir de 360 (trezentos e sessenta) dias após a publicação desta Resolução, os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito deverão iniciar campanhas educativas para esclarecimento dos condutores dos veículos no tocante aos requisitos obrigatórios relativos ao transporte de crianças;

III - Em 730 dias, após a publicação desta Resolução, os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito fiscalizarão o uso obrigatório do sistema de retenção para o transporte de crianças ou equivalente.

Art. 8º Transcorrido um ano da data da vigência plena desta Resolução, os órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, bem como as entidades que acompanharem a execução da presente Resolução, deverão remeter ao órgão executivo de trânsito da União, informações e estatísticas sobre a aplicação desta Resolução, seus benefícios, bem como sugestões para aperfeiçoamento das medidas ora adotadas.

Art. 9º O não cumprimento do disposto nesta Resolução sujeitará os infratores às penalidades prevista no art. 168 do CTB.

Art.10º Fica revogada a Resolução n.º 15, de 06 de janeiro de 1998, do CONTRAN

Alfredo Peres da Silva
Presidente

José Antonio Silvério
Ministério da Ciência e Tecnologia

Rui César da Silveira Barbosa
Ministério da Defesa

Elcione Diniz Macedo
Ministério das Cidades

Edson Dias Gonçalves
Ministério dos Transportes

Valter Chaves Costa
Ministério da Saúde

Marcelo Paiva dos Santos

Ministério da Justiça

ANEXO

DISPOSITIVO DE RETENÇÃO PARA TRANSPORTE DE CRIANÇAS EM VEÍCULOS AUTOMOTORES PARTICULARES

OBJETIVO: estabelecer condições mínimas de segurança de forma a reduzir o risco ao usuário em casos de colisão ou de desaceleração repentina do veículo, limitando o deslocamento do corpo da criança.

1 – As Crianças com até um ano de idade deverão utilizar, obrigatoriamente, o dispositivo de retenção denominado “bebê conforto ou conversível” (figura 1)

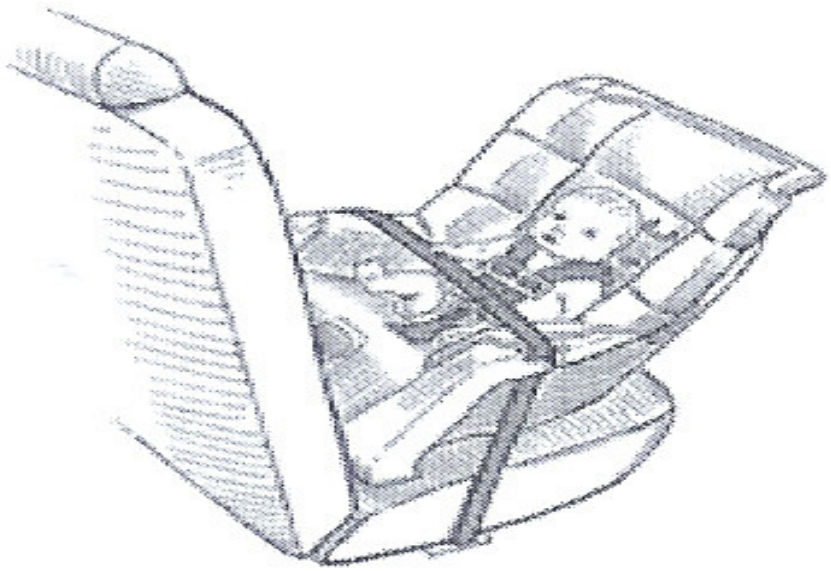


Figura 1

2 – As crianças com idade superior a um ano e inferior ou igual a quatro anos deverão utilizar, obrigatoriamente, o dispositivo de retenção denominado “cadeirinha” (figura 2)

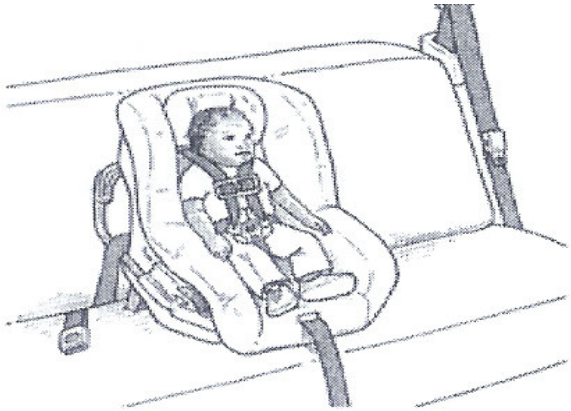


Figura 2

3 – As crianças com idade superior a quatro anos e inferior ou igual a sete anos e meio deverão utilizar o dispositivo de retenção denominado “assento de elevação”.

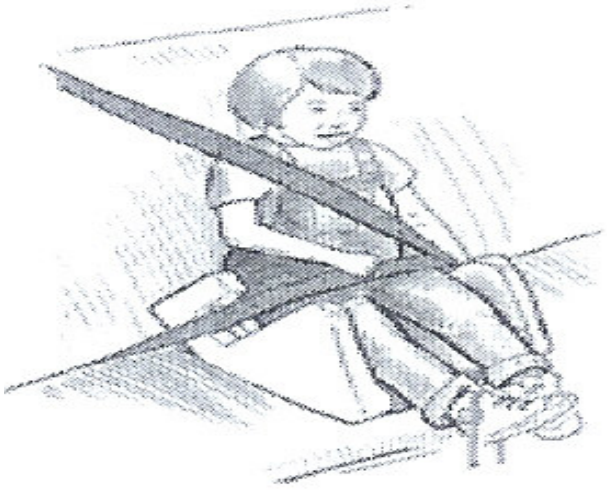


Figura 3

4 – As crianças com idade superior a sete anos e meio e inferior ou igual a dez anos deverão utilizar o cinto de segurança do veículo (figura 4)

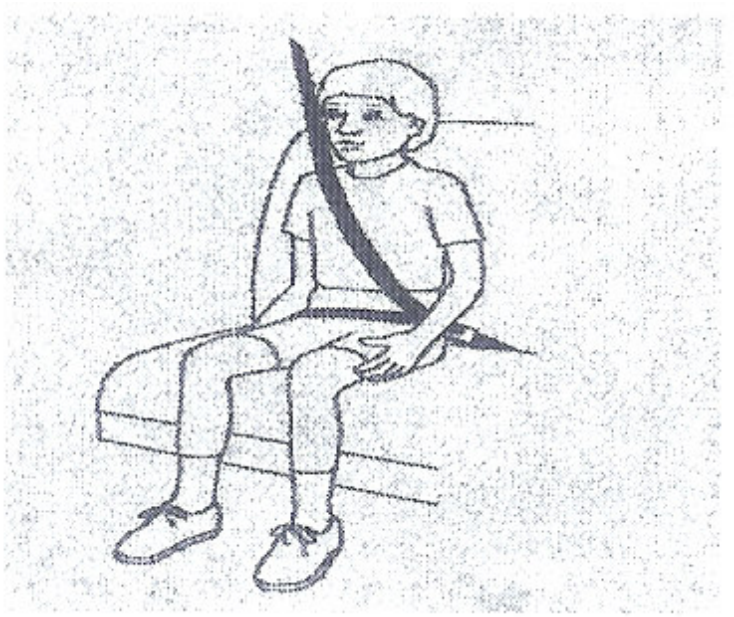


Figura 4

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - 08/2011

Cód. 06 – Agente de Operação e Fiscalização de Trânsito

Considere o texto abaixo para responder às questões de 01 a 05.

Revolução francesa no trânsito

É das iniciativas que mais me tocaram neste ano para uma cidade mais civilizada e inteligente - e começa oficialmente nesta semana.
Depois de dois anos de testes, Paris lançou nesta semana estações de compartilhamento de automóveis, inspirado no que já fazia com bicicletas.
Pega-se o carro numa estação e depois ele é entregue em outro ponto da cidade. Sem burocracia. Sem papel a ser preenchido.
O que é capaz de tirar milhares de carros das ruas. E ainda por cima reduzir a poluição: os carros são elétricos.
É daqueles sinais que mostram o seguinte: nas cidades civilizadas o transporte individual está condenado.
Por conta da ameaça ambiental, a vanguarda planetária estará concentrada em encontrar soluções inteligentes e ousadas para as cidades.
Afinal, em breve quase toda a população estará vivendo nas cidades.
Assim como a experiência do compartilhamento de bicicletas se espalhou pelo mundo, o projeto de carro vai seguir o mesmo caminho.
Um dos maiores prazeres de morar nos Estados Unidos é quase nunca ter de usar carro. E nunca ter de dirigir.

Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/gilbertodimenstein/1017765-revolucao-francesa-no-transito.shtml.
Acesso em: 12/12/2011.

1. Segundo o texto, é correto afirmar que:

   A) Paris não possui problemas com trânsito e poluição atmosférica.
   B) Paris, para melhorar o trânsito e a poluição, adotou o sistema de compartilhamento de automóveis.
   C) Paris é a prova concreta de que medidas alternativas para o trânsito, como o sistema de compartilhamento de automóveis, são ineficazes e inúteis.
   D) Em virtude do exemplo negativo que Paris aferiu ao adotar o compartilhamento de bicicletas, a cidade expandiu o projeto aos carros.

2. Considere o termo grifado: “Por conta da ameaça ambiental, a vanguarda planetária estará concentrada em encontrar soluções inteligentes e ousadas para as cidades”. O verbo grifado está conjugado no mesmo tempo e modo em:

   A) Se o agente de trânsito tivesse visto a infração, certamente autuaria o condutor do veículo.
   B) O agente de trânsito autuará veículos infratores durante o feriado.
   C) O agente de trânsito autuara o infrator que recorreu da multa de trânsito.
   D) O agente de trânsito não deve autuar arbitrariamente, mas respeitar a lei.

3. Considere o trecho grifado: “Por conta da ameaça ambiental, a vanguarda planetária estará concentrada em encontrar soluções inteligentes e ousadas para as cidades”. O uso da vírgula se justifica por tratar-se de:

   A) um adjunto adverbial deslocado.
   B) uma enumeração.
   C) um aposto.
   D) um vocativo.

www.pciconcursos.com.br

4. Na frase, considere o termo grifado: “Depois de dois anos de testes, Paris lançou nesta semana estações de compartilhamento de automóveis, inspirado no que já fazia com bicicletas”. A palavra é acentuada seguindo a mesma regra em:

A) saída.
B) Metáfora.
C) parabéns.
D) história.

5. No trecho, considere o termo grifado: “É das iniciativas que mais me tocaram neste ano para uma cidade mais civilizada e inteligente - e começa oficialmente nesta semana”. O termo pode ser substituído, sem alteração do sentido da frase, por:

A) pegaram.
B) encostaram.
C) sensibilizaram.
D) empurraram.

6. A expressão grifada está empregada, corretamente, em seu sentido literal, sem duplo sentido, em:

A) Os motoristas estavam sendo feridos de morte pela demora do agente.
B) O agente de trânsito estava morrendo de tédio naquela manhã chuvosa.
C) O documento estava sobre a carteira.
D) O agente de trânsito autuava o motorista infrator.

7. O acento indicativo de crase está corretamente empregado em:

A) Os agentes de trânsito referiam-se à demandas da população.
B) A homenagem aos agentes de trânsito será à partir das 17h:00min.
C) O agente de trânsito acompanhou a discussão à distância de alguns metros.
D) A repreensão da imprensa não dizia respeito à agentes de trânsito.

8. A concordância está corretamente empregada em:

A) Apesar de ser compreensível, a melhora da letra é necessário.
B) É necessário preencher o auto de infração corretamente.
C) Atentas, o agente de trânsito e a testemunha prestavam depoimento.
D) Revoltado, assim estava a população local.

9. A concordância está corretamente empregada em:

A) Há duas abalroações aguardando atendimento.
B) Haviam dois agentes de trânsito controlando o tráfego.
C) Faziam alguns dias que a notícia havia sido divulgada..
D) Nenhuma das testemunhas estavam presente.

10. Considere a frase: “O agente de trânsito estava atento, logo autuou o infrator”. O termo grifado dá ideia de:

A) explicação.
B) conclusão.
C) finalidade.
D) causa.

11. Assinale a alternativa que completa, corretamente, a lacuna abaixo.

Imagine que, em uma cidade, 300 quilômetros de vias públicas sejam monitorados pela secretaria de trânsito local. Se em determinado momento 12 desses 300 quilômetros monitorados estiverem congestionados, então é verdade afirmar que essa cidade tem, dos quilômetros monitorados, _____ de congestionamento.

A) 4%
B) 0,4%
C) 0,04%
D) 0,004%

12. Em um estacionamento existem 10 viaturas: duas com placas final 0, três com placas final 2, quatro com placas final 5 e uma com placas final 8, todas em perfeitas condições de uso. Suponha que um agente de fiscalização de trânsito tenha que sair para um serviço externo e, para isso, ele utilizará, aleatoriamente, uma dessas viaturas. A probabilidade desse agente utilizar uma viatura com placa final par é de:

A) 30%.
B) 20%.
C) 60%.
D) 80%.

13. As velocidades máximas permitidas em três vias públicas são 60, 70 e 50 quilômetros por hora. Com essa informação, conclui-se, corretamente, que a média aritmética simples da velocidade máxima permitida nessas três vias é de:

A) 90 quilômetros por hora.
B) 60 quilômetros por hora.
C) 70 quilômetros por hora.
D) 50 quilômetros por hora.

14. No Anexo I, dos Conceitos e Definições, do Código de Trânsito Brasileiro, podemos ler o seguinte:

CICLOMOTOR - veículo de duas ou três rodas, provido de um motor de combustão interna, cuja cilindrada não exceda a cinqüenta centímetros cúbicos (3,05 polegadas cúbicas) e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a cinqüenta quilômetros por hora.

Se ao invés de centímetros cúbicos a cilindrada fosse dada em metros cúbicos, o valor que corretamente corresponderia aos 50 cm^3 é:

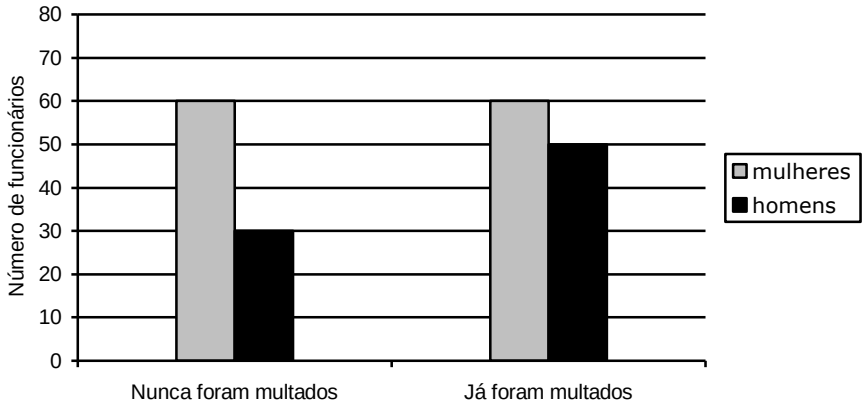
A) 0,0005 m^3.
B) 0,005 m^3.
C) 0,00005 m^3.
D) 0,05 m^3.

15. Juntando todas as notas de R$ 5,00 e de R$ 10,00, Ana tem 23 notas e um valor total de R$ 190,00. A diferença, em dinheiro, entre o valor que Ana tem em notas de R$ 10,00 e o valor que ela tem em notas de R$ 5,00, nessa ordem, é:

A) R$ 70,00.
B) R$ 80,00.
C) R$ 120,00.
D) R$ 110,00.

www.pciconcursos.com.br

16. Uma pesquisa feita em uma empresa teve como objetivo identificar o número de funcionários que já foram multados no trânsito e o número de funcionários que nunca foram multados no trânsito. As informações do gráfico indicam esses números.



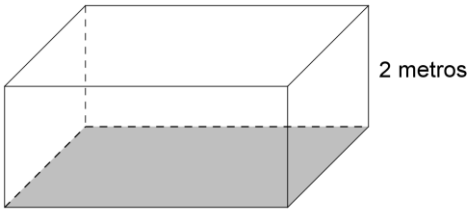
Com base nas informações do gráfico acima e sabendo que todos os funcionários responderam à pesquisa, avalie as proposições a seguir.

I - Há mais funcionários mulheres que homens nessa empresa.
II - Mais da metade dos funcionários dessa empresa já foram multados.
III - 30% dos funcionários homens dessa empresa nunca foram multados.

São verdadeiras:

A) apenas as proposições I e III.
B) apenas as proposições II e III.
C) apenas as proposições I e II.
D) as proposições I, II e III.

17. O volume total de um paralelepípedo retângulo com 2 metros de altura, representado na figura, é 196 metros cúbicos.

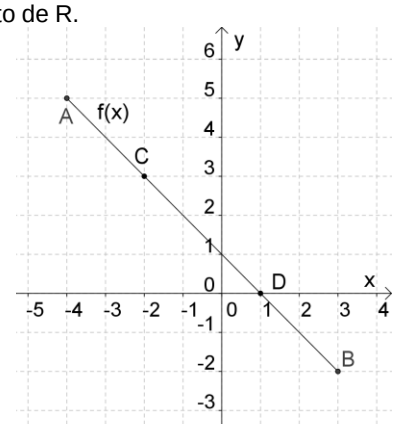


Sabendo que a largura desse paralelepípedo é metade do seu comprimento, conclui-se, de maneira correta, que a soma das medidas de todos os lados (perímetro) do retângulo sombreado é:

A) 20 metros.
B) 42 metros.
C) 18 metros.
D) 48 metros.

www.pciconcursos.com.br

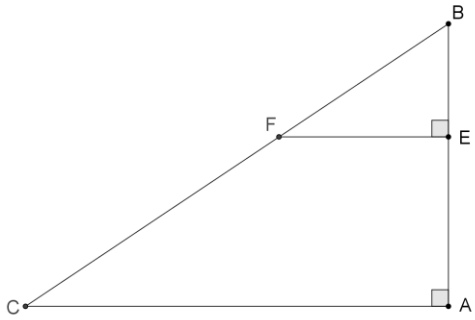
18. Observe a representação gráfica, abaixo, de uma função f: [-4,3] → R , em que R simboliza o conjunto dos números reais e [-4,3] é um subconjunto de R.



Com base nela, pode-se corretamente afirmar que:

A) o valor máximo de f é 3 e o valor mínimo de f é –4.
B) o valor máximo de f é –4 e o valor mínimo de f é 3.
C) o valor máximo de f é –2 e o valor mínimo de f é 5.
D) o valor máximo de f é 5 e o valor mínimo de f é –2.

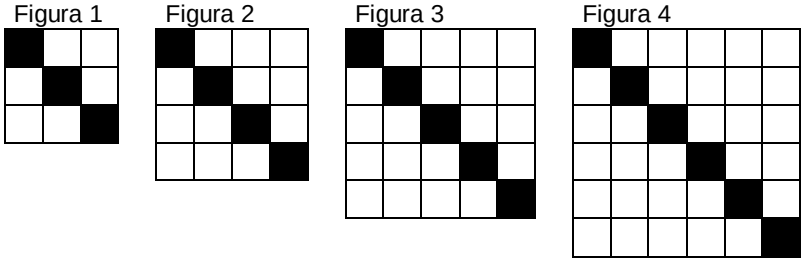
19. Os pontos A, B e C determinam um triângulo retângulo. No lado $\overline{AB}$ inseriu-se um ponto E e no lado $\overline{BC}$ inseriu-se um ponto F, de modo que o segmento $\overline{EF}$ estivesse paralelo ao lado $\overline{AC}$ e os pontos B, E e F determinassem outro triângulo retângulo, conforme a figura abaixo.



Se $\overline{BE}$, $\overline{EA}$ e $\overline{AC}$ medem, respectivamente, 4 unidades, 6 unidades e 12,5 unidades, então é verdade que a hipotenusa do triângulo de vértices B, E e F mede:

A) 6 unidades.
B) 7,5 unidades.
C) $\sqrt{39}$ unidades.
D) $\sqrt{41}$ unidades.

20. Observe os números de quadradinhos pintados e não pintados da sequência de figuras:



Mantida a lógica de formação das figuras, é correto afirmar que o número de quadradinhos não pintados da Figura 10, dessa sequência, será:

A) 98.
B) 120.
C) 132.
D) 156.

www.pciconcursos.com.br

21. Analise as afirmações sobre as disposições em geral do CTB e assinale a incorreta.
    A) Nas vias providas de acostamento, a conversão à esquerda e a operação de retorno deverão ser feitas nos locais apropriados e, onde estes não existirem, o condutor deverá, a qualquer momento, sinalizar e cruzar a pista rapidamente.
    B) Ao aproximar-se de qualquer tipo de cruzamento, o condutor do veículo deve demonstrar prudência especial, transitando em velocidade moderada, de forma que possa deter seu veículo com segurança para dar passagem a pedestre e a veículos que tenham o direito de preferência.
    C) Mesmo que a indicação luminosa do semáforo lhe seja favorável, nenhum condutor pode entrar em uma interseção se houver possibilidade de ser obrigado a imobilizar o veículo na área do cruzamento, obstruindo ou impedindo a passagem do trânsito transversal.
    D) Os ciclomotores devem ser conduzidos pela direita da pista de rolamento, preferencialmente no centro da faixa mais à direita ou no bordo direito da pista sempre que não houver acostamento ou faixa própria a eles destinada, proibida a sua circulação nas vias de trânsito rápido e sobre as calçadas das vias urbanas.

22. É incorreto afirmar que o uso de luzes em veículos obedecerá, dentre outras, à seguinte determinação:

    A) nas vias não iluminadas o condutor deve usar luz alta, exceto ao cruzar com outro veículo ou ao segui-lo .
    B) quando sob chuva forte, neblina ou cerração, o condutor manterá acesas pelo menos as luzes de posição do veículo.
    C) a troca de luz baixa e alta, de forma intermitente e por curto período de tempo só poderá ser utilizada para indicar que à frente há fiscalização.
    D) para fins de embarque ou desembarque de pessoas e carga ou descarga de mercadorias, o condutor deverá manter acesas à noite as luzes de posição do veículo.

23. Os pedestres também estão sujeitos à legislação de trânsito. Em relação a travessia de pedestres nas vias urbanas podemos afirmar que:

    1 - onde não houver faixa ou passagem, o cruzamento da via deverá ser feito em sentido perpendicular ao de seu eixo.
    2 - nas interseções e em suas proximidades, onde não existam faixas de travessia, os pedestres devem atravessar a via na continuação da calçada, observando que uma vez iniciada a travessia de uma pista, os pedestres não deverão aumentar o seu percurso, demorar-se ou parar sobre ela sem necessidade.
    3 - os pedestres que estiverem atravessando a via sobre as faixas delimitadas para esse fim terão prioridade de passagem, exceto nos locais com sinalização semafórica, onde deverão ser respeitadas as disposições deste Código.
    4 - nos locais em que houver sinalização semafórica de controle de passagem será dada preferência aos pedestres que não tenham concluído a travessia, mesmo em caso de mudança do semáforo liberando a passagem dos veículos.

    Estão corretas:

    A) as afirmações 1 e 2, apenas.
    B) as afirmações 2, 3 e 4, apenas.
    C) todas as afirmações.
    D) as afirmações 1, 2 e 3, apenas.

24. Analise as afirmações sobre transporte de passageiros conforme disposições do Art. 108, Parágrafo Único e Art. 109 do CTB.

    1 - Art. 108 – Onde não houver linha regular de ônibus, a autoridade com circunscrição sobre a via poderá autorizar, a título precário, o transporte de passageiros em veículo de carga ou misto, desde que obedecidas as condições de segurança estabelecidas neste Código e pelo CONTRAN.
    2 - Parágrafo Único – A autorização citada no caput não poderá exceder a doze meses, prazo a partir do qual a autoridade pública responsável deverá implantar o serviço regular de transporte coletivo de passageiros, em conformidade com a legislação pertinente e com os dispositivos deste Código.
    3 - Art. 109 – O transporte de carga em veículos destinados ao transporte de passageiros só pode ser realizado de acordo com as normas estabelecidas exclusivamente pela Prefeitura local.

    São corretas e constam do CTB as afirmações:

    A) 1 e 3, apenas.
    B) 1 e 2, apenas.
    C) 2 e 3, apenas.
    D) 1, 2 e 3.

25. Os sinais de trânsito classificam-se em verticais, horizontais, dispositivos de sinalização auxiliar, luminosos, sonoros e gestos do agente de trânsito e do condutor. Entretanto, a sinalização tem uma ordem de prevalência.

1 - as ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais.
2 - as indicações do semáforo sobre os demais sinais.
3 - as indicações dos sinais sobre as demais normas de trânsito.

Estão corretas as afirmações:

A) 1 e 2, apenas.
B) 2 e 3, apenas.
C) 1 e 3, apenas.
D) 1, 2 e 3

26. A sinalização de trânsito é a forma pela qual se regula, adverte, orienta, informa, controla a circulação de veículos e pedestres nas vias terrestres, conforme determinações das Resoluções CONTRAN nº 160, 180 e 236. A figura abaixo que representa um agente de trânsito com o braço levantado verticalmente com a palma da mão para frente representa ordem de:

A) reduzir a velocidade.
B) dobrar à esquerda.
C) parada para todos os veículos.
D) parada dos veículos que estão à esquerda.

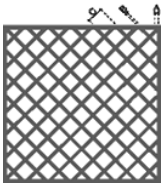
27. As marcas de canalização pintadas nas vias orientam os fluxos de tráfego, direcionando a circulação dos veículos e regulamentam as áreas de pavimento não utilizáveis. Podemos afirmar que:

- quando direcionam fluxos de mesmo sentido e na proteção de estacionamento devem ser na cor _____.
- quando direcionam fluxos de trânsito de sentido opostos devem ser na cor _____.

Completam corretamente os claros a sequência:

A) verde – laranja
B) azul – vermelha
C) branca – amarela
D) laranja – verde

28. A figura abaixo demonstra uma sinalização horizontal denominada:



A) Marcação de Área de Conflito.
B) Marca de Retenção.
C) Marca de Contenção.
D) Marca de Controle de Estacionamento.

29. A forma padrão dos sinais de advertência tem a forma _____, devendo uma das diagonais ficar na posição vertical. A sinalização de advertência estão associadas as cores _____ e _____.

A) circular – vermelha e preta
B) retangular – laranja e branca
C) triangular – vermelha e branca
D) quadrada – amarela e preta

30. A forma padrão do sinal de regulamentação é a _____, e as cores são _____, _____ e _____ sendo que constituem exceção, quanto a forma, os sinais R-1 – Parada Obrigatória e R-2 – De a Preferencia.

A) triangular – amarela, preta e branca
B) retangular – laranja, vermelha e branca
C) quadrada – laranja, preta e branca
D) circular – vermelha, preta e branca

31. Dos procedimentos que garantem uma ultrapassagem correta e segura, <u>não se inclui</u>:

A) ultrapassar sempre pela esquerda, verificando o trânsito em sentido contrário.
B) aumentar bastante a velocidade quando estiver ultrapassando sobre pontes.
C) fazer os sinais convencionais com o braço ou acionar o pisca-pisca, indicando a intenção da manobra.
D) fazer uso do espelho retrovisor para se certificar de que nenhum motorista que venha atrás esteja com intenção de ultrapassar.

32. A chuva reduz a visibilidade, deixa a pista molhada e escorregadia e pode criar poças de água se o piso da pista for irregular, não tiver inclinação favorável ao escoamento de água, ou se estiver com buracos. Nesta situação, constitui procedimento incorreto do condutor:
    A) redobrar sua atenção.
    B) aumentar a distância do veículo à sua frente e reduzir a velocidade até sentir conforto e segurança.
    C) acionar a luz alta do farol.
    D) evitar usar o freio de maneira brusca, para não travar as rodas e não deixar o veículo derrapar, pela perda de aderência.

33. Analise as orientações para dirigir com segurança em vias de alta velocidade.

    1 - Ao entrar na via, ganhe velocidade na pista de aceleração de modo que consiga sincronizar a sua velocidade com a do trânsito.
    2 - Não pare e não dê marcha ré na pista.
    3 - Mantenha boa distância do veículo da frente.
    4 - Observe e obedeça aos sinais.
    5 - Mantenha os olhos fixos na estrada e no fluxo de veículos.
    6 - Quando ultrapassar, espere até ver no seu espelho retrovisor o veículo que ultrapassou, para depois voltar à pista da direita.
    7 - Trafegando com fone de ouvido conectado ao rádio ou celular para combater o sono.

    Das orientações acima devem ser seguidas:

    A) apenas cinco.
    B) apenas quatro.
    C) apenas três.
    D) todas.

34. O CTB determina que a placa e targeta dos veículos de aprendizagem tenham as cores respectivas:

    A) cinza e preta.
    B) azul e branca.
    C) branca e vermelha.
    D) verde e branca.

35. As principais avenidas de acesso entre a Prefeitura Municipal de Santo André até a Escola Parque do Conhecimento - Sabina são as Avenidas _____.

    A) Prestes Maia e Portugal
    B) Lauro Gomes e Kennedy
    C) Industrial e dos Estados
    D) Ramiro Colleoni e Pereira Barreto

36. Uma das rotas rápidas que ligam o Terminal Rodoviário de Santo André ao município de São Caetano do Sul é a Avenida:

    A) Queiroz dos Santos e a dos Estados.
    B) Jorge Marcos de Oliveira e a Industrial.
    C) Industrial e a D. Pedro II.
    D) Prestes Maia e a D. Pedro II.

37. O Parque da Juventude de Santo André é equipado com playground, quadras para prática de esportes, campo de futebol, palco, área para caminhada, vestiários e sanitários, pista reformada de skate, equipamentos de alongamento e ginástica. O Parque foi totalmente restaurado em 2010. Localiza-se:

    A) no Bairro Jardim.
    B) no Jardim Ipanema.
    C) na Praça Valdemar Soares.
    D) na Vila Curuçá.

38. O _____localiza-se na Vila Assunção e possui pista de caminhada, ciclovia, praças de convivência, playground, lagos, palco em forma de concha, campo de futebol, 4 quadras poliespostivas, praças com equipamento de alongamento e ginástica, bicicletário, 10.500 árvores, sendo 170 transplantadas de outros locais, 40.000m² de gramado, 8.000m² de canteiros de herbáceas e marquise de aproximadamente 300m².

    Completa corretamente o claro:

    A) Parque Central de Santo André.
    B) Parque Celso Daniel.
    C) Parque das Nações.
    D) Parque Regional de Santo André.

39. O Centro de Dança de Santo André foi fundando em 2000, no município de Santo André, com a intenção de trazer uma nova abordagem de dança para a cidade, oferecendo oficinas e workshops de dança contemporânea aos alunos e profissionais da área. Os seus cursos possibilitam uma reflexão em um processo de construção e estímulo à crítica, à compreensão e à criatividade - qualidades intrínsecas a todo processo de ensino/aprendizagem da escola. A maior parte do trajeto com veículo entre a Prefeitura Municipal e o Centro de Dança de Santo André é feito pela Avenida:

    A) Ramiro Colleoni e Pereira Barreto.
    B) Portugal e Pereira Barreto.
    C) Itamarati e Industrial.
    D) José Antonio de Almeida Amazonas e Itamarati.

40. A Estação Utinga é uma estação ferroviária, pertencente à linha 10 da CPTM, localizada no município de Santo André inaugurada no dia 1 de agosto de 1933. Ela tem integração com o bilhete único da SPTrans. Sua localização é na:

    A) Avenida dos Estados.
    B) Avenida Utinga.
    C) Avenida da Paz.
    D) Avenida Varsóvia.

CADERNO DE PROVA

AGENTE AUTORIDADE DE TRÂNSITO

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO:

1- **CONFIRA SEU NOME E CARGO NO CARTÃO RESPOSTA.**
2- **ASSINE O CARTÃO RESPOSTA.**
3- **LEIA A PROVA COM ATENÇÃO.**
4- **ASSINALE APENAS UMA ALTERNATIVA EM CADA QUESTÃO**
5- **PASSE AS RESPOSTAS PARA O CARTÃO RESPOSTA.**
6- **PREENCHA TODO O QUADRINHO DA ALTERNATIVA NO CARTÃO.**

BOA PROVA.

Click
Soluções
Uma escolha inteligente

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2011

CONCÓRDIA, 18 DE SETEMBRO DE 2011.

www.pciconcursos.com.br

LÍNGUA PORTUGUESA

1) Leia a frase a seguir e assinale a alternativa correta:

"**o cantar do pássaro é um som que acalma as pessoas."**

a) Cantar, nesta frase, é considerado um verbo;
b) As palavras cantar, pássaro, som e pessoas, nesta oração estão todas classificadas como substantivos.
c) Pássaro é respectivamente o sujeito da oração;
d) É, está colocado como um pronome relativo.

2) Antítese, eufemismo e paradoxo, são considerados figuras de:

a) Figuras de palavras;
b) Figuras de pensamento;
c) Figuras de sintaxe;
d) Figuras de palavras e pensamentos.

3) Na frase, "O HOMEM PASSOU DESTA PARA UMA MELHOR (MORREU)." Estamos utilizando uma figura de linguagem chamada de:

a) Antítese;
b) Eufemismo;
c) Anacoluto;
d) Hipérbole.

4) Assinale a alternativa em que todos os nomes de textos estão relacionados a textos literários:

a) Conto – novela – romance;
b) Conto – novela – manual de instrução;
c) Romance – bula – noticia de jornal;
d) Conto – romance – poema – receita.

5) Em relação a orações coordenadas é correto afirmar:

a) Sempre possui uma conjunção ligando uma a outra;
b) Nunca possui conjunções, apenas vírgula separando uma das outras;
c) Não possui sentido próprio, logo necessita de outra oração para ter sentido.
d) São orações independentes, tem sentido próprio.

6) Classifique a oração a seguir:

"Pedro não trabalhava, nem estudava."

a) É uma oração coordenada assindética;
b) É uma oração coordenada sindética alternativa;
c) É uma oração coordenada sindética aditiva;
d) É uma oração coordenada sindética adversativa.

7) MACHADO DE ASSIS, é um escritor de qual escola literária:

a) Barroco;
b) Arcadismo;
c) Modernismo;
d) Romantismo.

8) Assinale a alternativa correta em relação a característica da escola literária BARROCO:

a) Tinha o homem como centro do universo;
b) Surgiu devido a revolução industrial;
c) Era uma escola aberta a toda sociedade, respeitava as coisas simples e do campo;
d) Tinha Deus como o centro do universo e era carregada de exageros e riquezas.

9) Entre os pronomes oblíquos ME, TE, SE, qual ou quais deles pode iniciar uma frase:

a) Me – te;
b) Te – se;
c) Me – te – se;
d) Nenhum deles.

10) A palavra "LÉXICO", respectivamente tem quantos fonemas:

a) 6;
b) 5;
c) 7;
d) 3.

CONHECIMENTOS GERAIS / ATUALIADADES

11) No Art. 75. da Lei Orgânica Municipal de Concórdia, são considerados estáveis os servidores públicos municipais nomeados em virtude de concurso público após:

a) um ano de efetivo exercício.
b) dois anos de efetivo exercício.
c) três anos de efetivo exercício.
d) quatro anos de efetivo exercício.

12) A Lei Orgânica Municipal prevê a perda do cargo ao funcionário Público Municipal estável quando:

a) Chegar atrasado ao local de trabalho sem justificativa.
b) Não cumprir de imediato as ordens superiores.
c) Se recusar a fazer horas extras.

www.pciconcursos.com.br

d) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo, em que lhe seja assegurada ampla defesa.

13) Morreu dia 02 de julho de 2011 o ex-presidente da república do Brasil:
a) Leonel Brizola
b) José de Alencar
c) Itamar Franco
d) Ulisses Guimarães.

14) Foi Prefeito de Concórdia por mais de um mandato:
a) Neodi Saretta.
b) Moacir Sopelsa.
c) Neudi Primo Massolini.
d) Odacir Zonta.

15) Sobre os aspectos geográficos do município de Concórdia é correto afirmar, EXCETO:
a) Município de Concórdia situa-se na região Oeste Catarinense.
b) O Rio dos Queimados é o dreno geral da Cidade de Concórdia.
c) O município normalmente apresenta estação seca, e não grandes excedentes hídricos.
d) A vegetação caracteriza-se por duas formações vegetais: a floresta subtropical com araucárias e a floresta subtropical.

16) É o (a) atual Ministro(a) da Casa Civil:
a) Antônio Palocci.
b) Gleisi Helena Hoffmann.
c) Guido Mantega.
d) Ideli Salvatti.

17) Qual dos esportes abaixo não é um esporte olímpico?
a) Futsal.
b) Basquete.
c) Handebol.
d) Natação.

18) Pré-sal tem haver com:
a) reservas de sal no nordeste brasileiro.
b) salinas no Rio grande do Norte.
c) mar morto.
d) reservas de petróleo no oceano atlântico em território do Brasil.

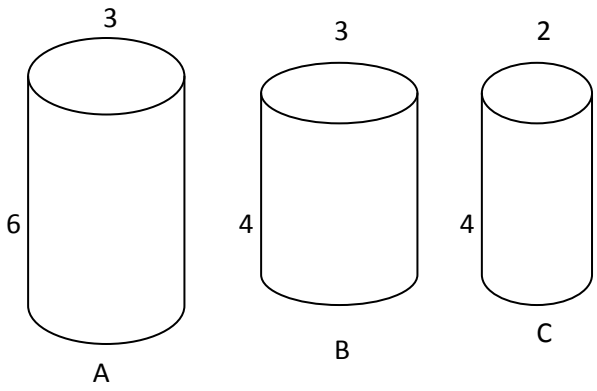
19) Exercem atualmente o mandato de Senadores da República pelo Estado de Santa Catarina:
a) Ideli Salvatti, Paulo Bauer e Esperidião Amin;
b) Casildo Maldaner, Luiz Henrique da Silveira e Paulo Bauer;
c) Ideli Salvatti e Casildo Maldaner
d) Jorge Bornhausen, Paulo Bauer e Luiz Henrique da Silveira.

20) Cidade catarinense histórica, palco da Proclamação da República Juliana;
a) Florianópolis.
b) Lages.
c) Laguna.
d) Irani.

RACIOCÍNIO LÓGICO / MATEMÁTICA

21) Calcule o valor numérico do polinômio:
$P(x) = x^2 + 6x - 7$ para $x=5$
a) 10
b) 12,5
c) 19
d) 48

22) Observe os cilindros abaixo e identifique aqueles que são figuras semelhantes:

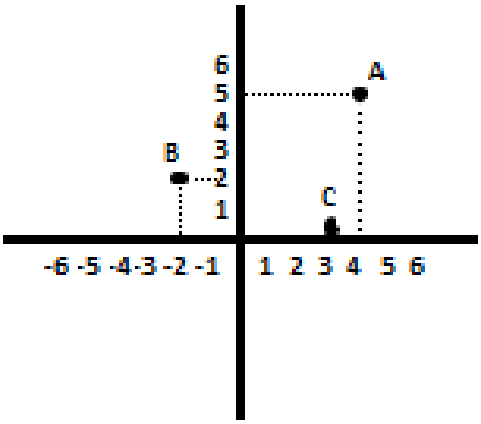


a) A e B
b) A e C
c) B e C
d) B e A

23) Os ângulos são classificados de acordo com suas medidas. Veja os ponteiros do relógio e classifique o ângulo:

a) Reto
b) Agudo
c) Obtuso
d) Nulo

24) No plano cartesiano, determine os pares ordenados de cada ponto:



a) A (5,5), B (2,-2), C (0,3)
b) A (4,5), B (-2,2), C (3,0)
c) A (5,0), B (0,0), C (1,0)
d) A (7,1), B (4,2), C (3,3)

25) Roberto é vendedor. Seu salário é dividido em duas partes: uma parte fixa, no valor de R$800,00 e outra variável, correspondente a R$0,25 por cada peça vendida. Represente por S o salário mensal e x o total das vendas no mês e determine a lei de formação do salário de Roberto.

a) S = x + 0,25
b) S = 800 + 0,25*x
c) S = 0,25 + 800*x
d) S = 800 + x

ESPECÍFICAS /
AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO

26) Parar o veículo sobre a faixa de pedestre na mudança de sinal luminoso. É considerada uma infração de que tipo?

a) Gravíssima.
b) Grave.
c) Média.
d) Leve.

27) O motorista só poderá fazer uso de buzina, desde que em toque breve, em qual situação?

a) Para chamar atenção.
b) Comemorações.
c) Para agradecer.
d) Fora das áreas urbanas, quando for conveniente advertir a um condutor que se tem o propósito de ultrapassá-lo.

28) A placa de trânsito abaixo indica:

a) Alfândega.
b) Pista Molhada.
c) Uso Obrigatório de Corrente.
d) Borracharia.

29) Qual é a pena para quem conduzir o veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem?

a) Detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.
b) Detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.
c) Detenção, de seis meses a um ano, ou multa.
d) Detenção, de seis meses a dois anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

30) O sinal de apito do Agente de Trânsito "três silvos longos", quer dizer:

a) Diminua a marcha.
b) Colocar o sinto de segurança.
c) Trânsito impedido em todas as direções.
d) Motoristas a postos.

31) Podemos definir cruzamento como:

a) Interseção de um número indefinidos de vias.
b) Interseção de vias arterial com via local.
c) Interseção de duas vias em nível.
d) União de suas vias perpendiculares.

32) Qual a representação do sinal do Agente de Trânsito abaixo?

www.pciconcursos.com.br

a) Que o motorista acaba de levar uma multa.
b) Ordem para seguir em frente para todos os veículos que venham de direções que cortem ortogonalmente a direção indicada pelos braços estendidos, qualquer que seja o sentido de seu deslocamento.
c) Ordem de parada para todos os veículos que venham de direções que cortem ortogonalmente a direção indicada pelos braços estendidos, qualquer que seja o sentido de seu deslocamento.
d) Ordem de parada obrigatória para todos os veículos. Quando executada em interseções, os veículos que já se encontrem nela não são obrigados a parar.

33) Não retirar o veículo do local do acidente (sem vítimas), prejudicando a segurança e o fluxo do trânsito. É considerada uma infração do tipo:
a) Gravíssima.
b) Grave.
c) Média.
d) Leve.

34) Nos locais em que não há sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será nos casos de vias locais urbanas de:
a) 30 Km/h.
b) 40 Km/h.
c) 50 Km/h.
d) 60 Km/h

35) A placa de trânsito de advertência abaixo representa:

a) Inicio de pista dupla.
b) Estreitamento de pista.
c) Fim de pista dupla.
d) Passagem de nível com barreira.

36) Com relação ao uso do cinto de segurança o Código de Trânsito Brasileiro prevê que é obrigatório:
a) Somente para crianças menores de 12 anos de idade.
b) Somente para o motorista.
c) Somente para os ocupantes dos bancos da frente.
d) Para todos os ocupantes do veiculo.

37) Qual sinalização de trânsito listada abaixo tem prioridade sobre as demais?
a) A de educação.
b) A de advertência.
c) A de circulação.
d) A indicativa.

38) Qual a multa para quem conduzir o carro sobre calçadas, passarelas, ciclo vias, gramados ou jardins públicos?
a) 150ufirs.
b) 180ufirs.
c) 540ufirs.
d) 900ufirs.

39. São equipamentos obrigatórios para veículos automotores:
I- Lanternas delimitadoras e lanternas laterais nos veículos de carga, quando suas dimensões assim o exigirem.
II- Cinto de segurança para a árvore de transmissão em veículos de transporte coletivo e carga.
III- Lanterna de marcha à ré, de cor vermelha ou branca.
Estão corretos os itens:
a) I e II
b) I e III
c) II e III
d) I, II e III

40) Jogar uma embalagem vazia de salgadinho pela janela do veiculo, ocasiona:
a) Uma advertência.
b) Uma infração média.
c) Uma infração leve.
d) O Código de Trânsito Brasileiro não prevê nada a respeito, ou seja, para o motorista não vai ocorrer nada, além de poluir a via pública.

41) "*Transitar pela faixa da direita reservada a outro tipo de veículo, exceto para acesso a imóveis ou conversões à direita*". É considerada uma infração de que tipo?
a) Leve.
b) Média.
c) Grave.
d) Gravíssima.

www.pciconcursos.com.br

42) De acordo com sua utilização, as vias se classificam em?
a) Urbanas e rurais.
b) Principais e arteriais.
c) Rodovias e estradas.
d) Avenidas e ruas.

43) Para conduzir um veiculo, são considerados documentos de porte obrigatório, exceto:
a) IPVA.
b) RG.
d) Certificado de Licenciamento e Registro Anual do veiculo.
d) Comprovante de Seguro Obrigatório pago.

44) Órgão que estabelece, anualmente, os temas e os cronogramas das campanhas de âmbito nacional que deverão ser promovidas por todos os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, em especial nos períodos referentes às férias escolares, feriados prolongados e à Semana Nacional de Trânsito. Trata-se de:
a) O DENATRAN.
b) O CONATRAN.
c) O CONTRAN.
d) O DETRAN.

45) São equipamentos obrigatórios nos veículos, exceto:
a) Chaves de fenda e alicates.
b) Macaco compatível com o peso do veiculo.
c) Extintor de incêndio dentro do prazo de validade.
d) Chave de roda.

46) A placa abaixo é considerada uma placa:

a) Auxiliar.
b) Indicativa.
c) De circulação.
d) Educativa.

47) A Alfândega é representada por qual das placas abaixo?
a)

b)

c)

d)

48) A placa de trânsito de advertência abaixo representa:

a) Pista irregular.
b) Declive acentuado.
c) Saliência ou lombada.
d) Depressão.

49) A placa "Proibido Estacionar" significa que:
a) O condutor não poderá nem para e nem estacionar naquele local.
b) O condutor poderá estacionar o veículo apenas para embarque e desembarque de passageiros, carregar e descarregar materiais diversos.
c) O condutor poderá parar o veículo por apenas para 30 minutos naquele local.
d) O condutor poderá parar o veículo apenas para embarque e desembarque de passageiros.

50) Transitar em marcha ré, salvo em manobras de pequenas distâncias. É considerada uma infração:
a) Gravíssima.
b) Grave.
c) Média.
d) Leve.

LÍNGUA PORTUGUESA

Ele está curado (trecho)

Pela primeira vez, médicos usam a palavra cura ao se referir à recuperação de um doente de aids. Como esse caso singular pode revigorar as pesquisas

Cristiane Segatto e Marcela Buscato com Elton Hubner, de Berim

O microbiologista francês Louis Pasteur _____ costumar 1 dizer que a sorte sorri para as mentes preparadas. O incrível caso do americano Timothy Ray Brown, de 44 anos, parece confirmar a tese. Tim, como é chamado pelos amigos, viveu vários anos com o vírus HIV. Tratava-se com o coquetel de drogas e trabalhava como garçom num café de Berlim. Era mais um de tantos soropositivos que, graças ao avanço do tratamento, levavam uma vida praticamente normal. Em 2006, no entanto, ele descobriu que também tinha leucemia, um tipo de câncer que ataca o sistema de defesa. Tim procurou o médico Gero Hütter, um jovem oncologista que entende de leucemia, mas nunca havia atendido um doente de aids. Foi aí que a sorte começou a conspirar a favor dos dois. Tim precisaria passar por um transplante de medula. Hütter decidiu escolher um doador especial, com uma mutação que o torna naturalmente resistente ao vírus HIV. O resultado surpreendeu o mundo.

Desde 1996, os cientistas sabem que cerca de 1% dos europeus têm essa mutação antiaids. Ela não ocorre na população negra nem asiática. A mutação faz com que as células de defesa do organismo não tenham uma molécula chamada de CCR5. Ela é usada pelo HIV para invadir as células humanas. O que poderia acontecer se as células de defesa de Tim fossem totalmente aniquiladas pela quimioterapia e, em seguida, ele recebesse um novo sistema imune capaz de resistir ao vírus?

Hütter tinha uma bela hipótese em mente e decidiu testá-la. A sorte lhe sorriu. Tim deverá entrar para a história como a primeira pessoa no mundo a se livrar do vírus da aids – um fato inédito desde que a doença foi descrita, em 1981. Ele é um caso único entre os 60 milhões de pessoas que já foram infectadas desde o início da epidemia. A vitória de Tim sobre o vírus foi anunciada em um artigo publicado na revista Blood, uma publicação da Associação Americana de Hematologia.

A equipe de Hütter, da Universidade de Medicina de Berlim, garante ter reunido evidências suficientes para afirmar que o vírus HIV foi erradicado do organismo graças ao transplante de medula óssea. “Eu chamo isso de cura”, disse Hütter a ÉPOCA.

http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI196843-15257,00-ELE+ESTA+CURADO+TRECHO.html (acesso em 17/12/2010)

01. O assunto principal do texto é:

A) A sorte do americano Timothy Ray Brown.
B) A tese de que a sorte sorri para as mentes preparadas.
C) O encontro entre Timothy Ray Brown e o médico Gero Hütter.
D) A possível descoberta de uma forma de curar a AIDS.

02. No primeiro parágrafo, a expressão “a tese” (l.2) retoma, no texto:

A) A afirmação de Louis Pasteur de que a sorte sorri para as mentes preparadas.
B) O caso do americano Timothy Ray Brown.
C) As descobertas de Louis Pasteur.
D) As pesquisas de Pasteur sobre a AIDS.

03. Assinale a opção em que se faz uma afirmação **não-autorizada** pelo contexto do texto acima.

A) A saúde de Timothy Brown piorou em 2006.
B) No primeiro momento, Timothy Brown não procurou o médico Gero Hütter para tratar da sua AIDS, e sim de um outro problema de saúde.
C) O transplante de medula a que Timothy Brown foi submetido tinha APENAS a intenção de curá-lo de uma leucemia.
D) O médico Gero Hütter considera Timothy Brown curado de sua AIDS.

04. A forma conjugada do verbo “costumar” (l.1) que melhor preenche o espaço vazio 1 do texto, mantendo sua coesão e coerência é:

A) Costumou
B) Costumava
C) Costumam
D) Costumara

05. De acordo com o contexto do texto, podemos inferir que seu autor:

A) Considera a cura de Timothy Brown uma mistura de sorte e competência.
B) Considera que o caso de Timothy Brown é uma farsa, portanto é um caso no qual não se pode acreditar.
C) Acredita que Timothy Brown levava uma vida normal até adoecer de leucemia.
D) Coloca a responsabilidade pela pretensa cura de Timothy Brown como mais na sorte do médico que na do paciente.

06. Assinale a única alternativa que faz uma afirmação correta sobre a pontuação empregada na frase “Tim procurou o médico Gero Hütter, um jovem oncologista que entende de leucemia, mas nunca havia atendido um doente de AIDS.” (l.6-7)

A) A vírgula depois de “Gero Hütter” poderia ser retirada, mantendo-se a virgula que sucede o termo “leucemia”.
B) O trecho “um jovem oncologista que entende de leucemia” está entre vírgulas porque é um aposto.
C) Apenas a vírgula que sucede “Gero Hütter” é obrigatória, e a que sucede “leucemia” tem seu emprego facultativo.
D) Ambas as vírgulas são facultativas, mas caso seja colocada na primeira, a segunda torna-se obrigatória, e vice versa.

07. Assinale a única alternativa em que se faz uma paráfrase adequada da frase “Foi aí que a sorte começou a conspirar a favor dos dois” (l.7):

A) Os dois ficaram a favor da sorte a partir daí.
B) A partir daí, houve uma conspiração contra os dois, por causa de sua sorte.
C) Os dois tiveram sorte porque, a partir daí, houve uma conspiração.
D) A sorte ficou ao lado dos dois a partir daí.

08. A expressão “no entanto” (l.5) poderia ser substituída, no texto, sem prejuízo ao seu sentido, por:

A) Portanto
B) Por isso
C) Contudo
D) Consequentemente

09. Assinale a única afirmação que podemos considerar correta a partir do que se lê no texto.

A) Graças ao avanço da medicina, as pessoas que possuem o vírus da AIDS e se tratam conseguem levar uma vida quase normal.
B) A leucemia é um tipo de câncer que se manifesta no sangue e, por esta razão, é incurável.
C) Timothy Ray Brown só se submeteu a um transplante de medula por causa da leucemia que descobriu em 2006.
D) Uma parte dos europeus possuem uma característica natural que os impede de adoecer de AIDS.

10. Destaque a frase em que o pronome relativo está empregado corretamente:

A) É um cidadão em cuja honestidade se pode confiar.
B) Feliz o pai cujos filhos são ajuizados.
C) Comprou uma casa maravilhosa, cuja casa lhe custou uma fortuna.
D) Preciso de um pincel delicado, sem o cujo não poderei terminar meu quadro.

MATEMÁTICA

11. Determine a soma de 23 parcelas iguais a 17 e, em seguida, marque a alternativa correta.

A) 391
B) 412
C) 451
D) 512

12. Marque a alternativa que representa a razão $\frac{\frac{1}{2}+\frac{5}{3}}{\frac{1}{2}+2}$ na forma irredutível.

A) $\frac{9}{15}$
B) $\frac{11}{15}$
C) $\frac{13}{15}$
D) $\frac{16}{15}$

13. Considere as seguintes igualdades:

I. $12 \times 0 = 0 \div 12$
II. $0 \div 15 = 0$
III. $7 \div 0 = 7$

Podemos afirmar corretamente que:

A) Todas as afirmativas estão corretas.
B) Todas as afirmativas estão incorretas.
C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

RASCUNHO

14. Reduza o seguinte problema a uma só potência:

$$2^6 \times 4 \times 2^2 \times 2$$

A) 2^8
B) 2^9
C) 2^{10}
D) 2^{11}

15. Calcule o valor da expressão $180 \div \{10 + 2 \times [20 - 45 \div (13 - 2 \times 5)]\}$ e, em seguida, marque a alternativa correta.

A) 6
B) 7
C) 8
D) 9

16. Calcule o valor da expressão $18 - 2 \times 3^2 + 3^4$ e, em seguida, marque a alternativa correta.

A) 25
B) 81
C) 95
D) 103

17. Determine qual o maior número que divide 30, 48 e 130 e, em seguida, marque a alternativa correta.

A) 1
B) 3
C) 4
D) 7

18. Determine qual o menor número que dividido por 9, 16 e 27 deixa sempre resto 2.

A) 434
B) 512
C) 652
D) 702

19. Calcule quantas horas uma empresa de fabricação de canetas levará para fabricar 2.000 canetas, sabendo que a mesma fabrica 1500 em 6h.

A) 7h
B) 8h
C) 9h
D) 10h

20. Marque a alternativa que representa 1,32% na forma de razões percentuais.

A) $\frac{132}{100}$

B) $\frac{1,32}{100}$

C) $\frac{13,2}{100}$

D) $\frac{100}{132}$

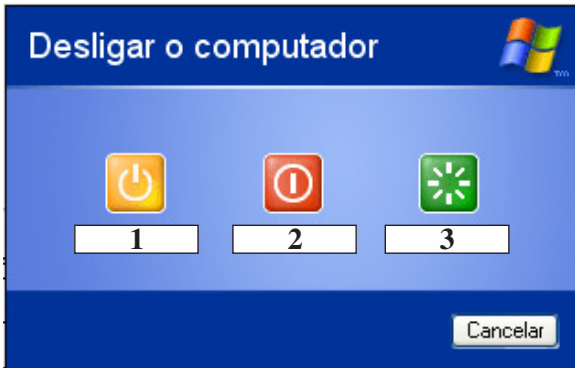
RASCUNHO

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

21. Marque a alternativa que contém o procedimento para colocar o Sistema Operacional Windows XP no modo *Em espera*.

A) Menu *Iniciar* – Opção Modo *Em Espera*.
B) Menu *Iniciar* – Opção *Desligar o computador* – Opção Modo *Em Espera*.
C) Menu Desligar o Computador – Opção Modo *Em Espera*.
D) Menu *Iniciar* – Opção *Fazer logoff* – Opção Modo *Em Espera*.

22. Observe a figura abaixo extraída do Sistema operacional Windows WP:



De acordo com a figura acima, marque a alternativa que contém a função do ícone marcado com o número 3.

A) Colocar no Modo Em espera.
B) Desligar o computador.
C) Reiniciar o computador.
D) Hibernar o computador.

23. Observe a figura abaixo que foi extraído da barra de ferramentas do Microsoft Word 2007 e, em seguida, marque a alternativa que representa a funcionalidade do ícone:

A) Inserir uma caixa de texto.
B) Inserir um WordArt.
C) Colocar a letra inicial de um parágrafo em formato grande.
D) Inserir um Clip-art.

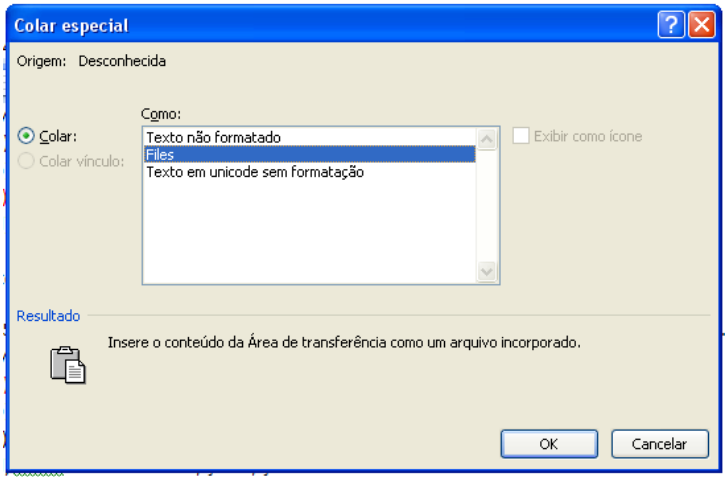
24. Analise a seguinte figura extraída do Microsoft Word 2007 e, em seguida, marque a alternativa que representa a funcionalidade do ícone:

A) Inserir uma imagem.
B) Inserir um SmartArt.
C) Inserir uma Folha de Rosto.
D) Inserir uma tabela.

25. Podemos automatizar o Internet Explorer 8 para iniciar num endereço eletrônico padrão toda vez que esse aplicativo for executado. Marque a alternativa que contém o procedimento que permite essa função.

A) Menu *Ferramentas* – Opção *Opções da Internet* – *Guia Geral*.
B) Menu *Ferramentas* – Opção *Opções da Internet* – *Guia Site padrão*.
C) Menu *Ferramentas* – Opção *Opções da Internet* – *Guia Segurança*.
D) Menu *Ferramentas* – Opção *Opções da Internet* – *Guia Conteúdo*.

26. Observe a figura abaixo que foi extraída do Microsoft Word 2007:



De acordo com a figura acima, marque a alternativa que contém a combinação de teclas para abrir a caixa de diálogo Colar Especial.

A) CTRL e V.
B) ALT, CTRL e V.
C) ALT e C.
D) CTRL e E.

27. Marque a alternativa que contém a combinação de teclas para sublinhar um texto selecionado no Microsoft Excel 2007.

A) CTRL e U.
B) ALT e L.
C) CTRL e S.
D) ALT e O.

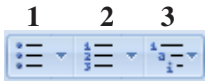
28. Marque a alternativa que contém a combinação de teclas para inserir um hiperlink no Microsoft Word e Excel 2007.

A) CTRL e H.
B) CTRL e K.
C) ALT e Y.
D) SHIFT e T.

29. No Microsoft Outlook 2007, é possível marcar mensagens lidas como não lidas. Com base nisso, marque a alternativa que indica como fazer tal procedimento.

A) Menu Arquivo – Marcar como não lida.
B) Menu Exibir – Marcar como não lida.
C) Menu Ações – Marcar como não lida.
D) Menu Editar – Marcar como não lida.

30. Observe a seguinte figura que foi extraída do Microsoft Word 2007:



De acordo com figura acima, marque a alternativa que contém a funcionalidade do ícone 2.

A) Iniciar uma lista com marcadores.
B) Iniciar uma lista de vários níveis.
C) Iniciar uma lista numerada.
D) Iniciar marcas de parágrafos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Quanto ao licenciamento dos veículos, marque a alternativa CORRETA:

A) Para transitar na via pública, somente os veículos automotores deverão ser licenciados anualmente pelo órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, onde estiver registrado o veículo.
B) No caso de transferência de residência ou domicílio, é válido, durante o exercício, o licenciamento de origem.
C) O Certificado de Licenciamento Anual será expedido ao condutor do veículo licenciado, vinculado ao Certificado de Registro, no modelo e especificações estabelecidos pelo CONTRAN.
D) Ao licenciar o veículo, o proprietário não precisa comprovar sua aprovação nas inspeções de segurança veicular e de controle de emissões de gases poluentes e de ruído.

32. As motocicletas e motonetas destinadas ao transporte remunerado de mercadorias - moto-frete - somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto, EXCETO:

A) Nome completo, endereço, identidade e CPF do proprietário do veículo, bem como dos eventuais condutores.
B) Registro como veículo da categoria de aluguel.
C) Instalação de protetor de motor mata-cachorro, fixado no chassi do veículo, destinado a proteger o motor e a perna do condutor em caso de tombamento, nos termos de regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.
D) Instalação de aparador de linha antena corta-pipas, nos termos de regulamentação do CONTRAN.

33. As penalidades existentes às infrações de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro que devem ser aplicadas pela autoridade de trânsito compreendem, EXCETO:

A) Advertência por escrito.
B) Reclusão do condutor.
C) Suspensão do direito de dirigir.
D) Apreensão do veículo.

34. Qual infração e penalidade para um condutor que ultrapassar pela contramão em aclive sem visibilidade suficiente e marca viária longitudinal continua?

A) Grave e multa
B) Gravíssima e cassação da CNH
C) Grave ou multa
D) Gravíssima e multa

35. O Código de Trânsito Brasileiro define categorias de A a E para diferentes possibilidades de habilitação de motoristas. Sobre estas categorias podemos afirmar, corretamente, que:

A) Categoria A - condutor de veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral.
B) Categoria B - condutor de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total exceda a três mil e quinhentos quilogramas e cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista.
C) Categoria C - condutor de veículo não motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total não exceda a três mil e quinhentos quilogramas.
D) Categoria D - condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação não exceda a oito lugares, incluindo o do motorista.

36. Analise as alternativas abaixo e, em seguida, assinale a INCORRETA:

A) O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.
B) Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.
C) A Polícia Rodoviária Federal e as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, são alguns dos órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional de Trânsito.
D) As Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal, não compõem o Sistema Nacional de Trânsito.

37. Com relação ao meio ambiente, assinale a alternativa que apresenta a infração de trânsito de natureza média, sujeita às penalidades de multa e apreensão do veículo e à medida administrativa de remoção do veículo.

A) Transitar com excesso de peso, danificando a via e contribuindo para os buracos nas estradas.
B) Transitar produzindo fumaça, gases ou partículas em níveis superiores aos fixados pelo CONTRAN.
C) Usar aparelho que produza sons e ruído que perturbem o sossego público.
D) Transitar derramando sobre a via combustível ou lubrificante que esteja utilizando.

38. Assinale a alternativa que completa, corretamente, a lacuna abaixo:

Os seguintes requisitos são obrigatórios ao condutor de veículo destinado à condução de _____: ter idade superior a vinte e um anos; ser habilitado na categoria D; não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses; ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

A) Carga superior a três mil e quinhentos quilogramas.
B) Escolares.
C) Carga inferior a três mil e quinhentos quilogramas.
D) Ônibus de linha.

39. Das situações previstas para a realização de retorno nas vias urbanas, o agente de trânsito deve observar o que consta no Artigo 39 do Código de Trânsito Brasileiro, a fim de fiscalizar essa operação, sendo ela permitida:

A) Quando o condutor escolhe o local com bom senso e, principalmente, identificando a oportunidade adequada.
B) Em qualquer lugar que o condutor julgar oportuno no momento da operação.
C) Se não for horário de pico, observando-se as características da via e o fluxo de veículos.
D) Analisando-se as condições meteorológicas e se a movimentação de pedestres e ciclistas permite.

40. Em uma situação de fiscalização de rotina, os agentes de trânsito se deparam com um veículo imobilizado na via por causa de uma pane. Além do auxílio, decidem também realizar a autuação do veículo. Qual das opções a seguir traz um motivo plausível para essa autuação?

A) O veículo está com um pneu furado.
B) O veículo não utiliza o pisca-alerta.
C) O condutor apresenta sinais de nervosismo.
D) O condutor não tem uma caixa de primeiros socorros.

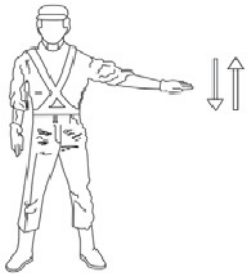
41. O Artigo 70 do Código de Trânsito Brasileiro prevê uma exceção à prioridade de passagem às pessoas que atravessem a via sobre as faixas delimitadas. Assinale a opção que contém a situação que representa esta exceção.

A) Em locais de trânsito rápido.
B) Nas proximidades de passarelas.
C) Em locais onde é proibido o trânsito de pessoas.
D) Nos locais com sinalização semafórica.

42. Considerando-se a ordem de prevalência da sinalização, assinale a alternativa correta:

A) As ordens do agente de trânsito prevalecem sobre as normas de circulação e outros sinais.
B) Os sinais prevalecem sobre as indicações semafóricas.
C) As indicações dos sinais prevalecem sobre as ordens do agente de trânsito.
D) As indicações do semáforo prevalecem sobre as ordens do agente de trânsito.

43. A figura abaixo apresenta um gesto de sinalização de um agente da autoridade de trânsito com o braço estendido horizontalmente e a palma da mão para baixo, fazendo movimentos verticais. Esse gesto representa uma ordem de:



A) Prioridade de passagem para o fluxo de veículos à direita.
B) Giro obrigatório para todos os veículos na interseção.
C) Diminuição de velocidade dos veículos.
D) Parada para os veículos indicados com a mão.

44. O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:

A) Ter idade superior a 21 anos, ter mais de 3 anos de habilitação e não ter cometido nenhuma infração nos últimos 6 meses.
B) Ser aprovado em curso especializado, ser habilitado a dirigir veículo automotor e ter mais de 3 anos de habilitação.
C) Ter idade superior a 21 anos, ser habilitado na categoria D e não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima nos últimos 12 meses.
D) Ter idade superior a 18 anos, ser habilitado a dirigir veículo automotor e não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima nos últimos 6 meses.

45. No registro de acidentes de trânsito, a natureza ou tipo de acidente pode ser caracterizado como:

A) Colisão, atropelamento, capotagem e choque.
B) Excesso de velocidade, capotagem, choque e ultrapassagem.
C) Tombamento, ultrapassagem, abalroamento e com vítima fatal.
D) Colisão, abalroamento, excesso de velocidade e com vítima fatal.

46. Um equipamento medidor de velocidade do tipo estático deve estar na seguinte forma:

A) Instalado em veículo em movimento num determinado trecho da via.
B) Instalado em veículo parado ou em suporte apropriado.
C) Em local definitivo e com variação do período de medição.
D) Direcionado manualmente para o veículo-alvo.

47. É medida administrativa aplicada a um grupo de amigos que resolveu promover na via uma demonstração de perícia em manobras de veículos, sem permissão da autoridade competente:

A) Advertência.
B) Multa (cinco vezes).
C) Suspensão do direito de dirigir.
D) Recolhimento do documento de habilitação e remoção do veículo.

48. Observe o gesto do condutor apresentado e assinale o seu significado:

A) Diminuir a marcha ou parar.
B) Dobrar à esquerda.
C) Dobrar à direita.
D) Ordem de seguir.

49. Um veículo estacionado numa esquina deve estar, em relação ao bordo do alinhamento da via transversal, a uma distância, em metros, igual ou superior a:

A) 5,0
B) 4,0
C) 3,5
D) 2,5

50. Infrações que requerem como penalidade - multa (três vezes), EXCETO:

A) Dirigir veículo sem possuir Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir.
B) Dirigir veículo com Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir de categoria diferente da do veículo que esteja conduzindo.
C) Transitar com o veículo em calçadas, passeios, passarelas, ciclovias, ciclofaixas, ilhas, refúgios, ajardinamentos, canteiros centrais e divisores de pista de rolamento, acostamentos, marcas de canalização, gramados e jardins públicos.
D) Promover, na via, competição esportiva, eventos organizados, exibição e demonstração de perícia em manobra de veículo, ou deles participar, como condutor, sem permissão da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via.

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno com o enunciado das 40 (quarenta) questões objetivas divididas nas seguintes sessões:

Língua Portuguesa		**Noções de Informática**		**Conhecimentos Específicos**	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 10	2	11 a 20	2	21 a 40	3

b) Uma (1) Folha de Respostas, destinada às respostas das questões objetivas formuladas nas provas, a ser entregue ao fiscal no final.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem na confirmação de inscrição. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da Folha de Respostas, preferivelmente à caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.

04- Tenha muito cuidado com a Folha de Respostas para não a **DOBRAR**, **AMASSAR** ou **MANCHAR**. A folha somente poderá ser substituída caso esteja danificada em suas margens superior ou inferior – **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

05- Na prova, as questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.

06- Na folha de respostas, as mesmas estão identificadas pelo mesmo número e as alternativas estão identificadas acima da questão de cada bloco de respostas.

07- Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA.** A marcação de nenhuma ou de mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA**.

08- Na **Folha de Respostas**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo **TODO O ESPAÇO** compreendido pelo retângulo pertinente à alternativa, usando **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, procurando deixar menos “espaços em branco” possível dentro do retângulo, sem invadir os limites dos retângulos ao lado.

09- **SERÁ ELIMINADO** do Concurso o candidato que:

a) Se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas, relógios e/ou aparelhos de calcular, bem como rádios gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;

b) Se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões e/ou a Folha de Respostas.**

10- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar sua **Folha de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

11- Quando terminar, entregue ao fiscal o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

12- **O TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 (TRÊS) HORAS.**

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia, atentamente, o seguinte fragmento de conferência do importante intelectual italiano Umberto Eco, proferida na Universidade de Colúmbia (EUA), para comemorar o qüinquagésimo aniversário da Liberação da Europa.

"(...) Em 1942, quando tinha dez anos, recebi o Primeiro Prêmio Provincial do Ludi Juvenile (uma competição voluntário-compulsória para jovens fascistas italianos, isto é, para todos os jovens italianos). Eu discorrera com destreza retórica sobre o tema "Deveríamos morrer pela glória de Mussolini e pelo destino imortal da Itália?" Minha resposta foi afirmativa. Eu era uma criança esperta**.**

Até que, em 1943, descobri o sentido da palavra Liberdade. Permitam-me contar essa história no final da minha fala. Liberdade não significava Liberação**.**

Passei dois anos da minha infância entre soldados da SS, fascistas e comunistas atirando uns nos outros, e aprendi como me esquivar das balas (...)

Em abril de 1945, a Resistência ocupou Milão. Dois dias mais tarde, chegaram ao vilarejo onde eu vivia por então. Foi um momento de alegria. A praça central estava tomada de gente cantando e agitando bandeiras, clamando por Mimo, o líder guerrilheiro da região. Mimo apareceu no balcão da Prefeitura, apoiado em sua bengala, pálido, e com uma das mãos tentava acalmar a multidão**.**

Eu estava ansioso por ouvir seu discurso, já que toda a minha infância tinha sido marcada pelos discursos históricos de Mussolini - cujas passagens mais memoráveis tínhamos que decorar na escola Silêncio**.** Mimo falava numa voz rouca, quase inaudível. Ele disse: "Cidadãos, amigos. Depois de tantos sacrifícios dolorosos... aqui estamos. Glória aos que tombaram pela liberdade".

E foi só. Ele entrou no edifício. A multidão gritava, os guerrilheiros levantavam suas armas e disparavam rajadas festivas. Nós garotos corríamos para juntar as cápsulas, itens preciosos numa coleção, mas eu também havia aprendido que liberdade de palavra significa libertação de retórica (...)

(Tradução de Samuel Titan Jr. Transcrito do suplemento mais**!** *Folha de São Paulo)*

♦ Língua Portuguesa ♦

Questão 1

O principal objetivo comunicativo desse trecho é:

A) narrar episódios da infância do autor.
B) relatar a participação da Resistência na luta contra os fascistas pela liberação da Itália.
C) relatar a descoberta pelo autor do valor da liberdade de expressão.
D) transcrever o discurso do líder guerrilheiro Mimo.
E) representar a importância da retórica na cultura italiana.

Questão 2

A *"competição voluntário-compulsória"* (linha 2), a que o autor se refere, pode ser melhor definida como:

A) uma competição na qual todos participavam por vontade própria.
B) uma participação na qual todos participavam por obrigação.
C) uma competição na qual a participação era automática.
D) uma competição em que se valorizava a força de vontade dos participantes.
E) uma competição na qual a participação obrigatória se apresentava na forma livre de opção.

Questão 3

O seguinte episódio da narrativa motiva a afirmação, feito no texto, de que *"liberdade de palavra significa libertação da retórica"*.

A) o discurso do líder guerrilheiro Mimo era aguardado, com ansiedade, pela multidão na praça.
B) as crianças nas escolas eram obrigadas a memorizar os trechos mais brilhantes dos discursos de Mussolini.
C) a multidão acolheu, com grande entusiasmo, a palavra do libertador.
D) o autor, quando criança, escreveu que se dispunha a sacrificar a vida pela glória da Itália.
E) Mimo, tendo conquistado o direito de dirigir-se à multidão, falou pouco, em homenagem aos que morreram pela liberdade.

Questão 4

Discorrer **com destreza** é o mesmo que discorrer:

A) com certeza.
B) com entusiasmo.
C) com patriotismo.
D) com habilidade.
E) com clareza.

Questão 5

Ao fim do primeiro parágrafo do texto, ocorrem os seguintes dois períodos: *"Minha resposta foi afirmativa. Eu era uma criança esperta (...)"*. A relação do segundo período com o primeiro é de:

A) conseqüência.
B) causa.
C) explicação.
D) finalidade.
E) modo.

Questão 6

O quarto parágrafo do texto apresenta os seguintes dois períodos: *"(...) Em abril de 1945, a Resistência ocupou Milão. Dois dias mais tarde,* ***chegaram*** *vilarejo"*. A forma destacada do verbo:

A) é um caso de concordância ideológica.
B) constitui um erro de concordância.
C) constitui um erro de regência.
D) a razão da aprendizagem
E) a finalidade da aprendizagem.

Questão 7

No terceiro parágrafo do texto, ocorre a sentença "(...) Aprendi **como me esquivar das balas** (...)". Neste contexto, a oração destacada designa:

A) o modo da aprendizagem.
B) a qualidade da aprendizagem.
C) o conteúdo da aprendizagem.
D) a razão da aprendizagem.
E) a finalidade da aprendizagem.

Questão 8

A expressão verbal **tinha sido marcada**, usada no primeiro período do quinto parágrafo do texto, designa**:**

A) o tempo passado em relação ao momento em que o autor profere a palestra.
B) o tempo passado em relação ao momento em que Mimo vai discursar.
C) o tempo passado em relação ao momento de liberação da Itália.
D) o tempo passado em relação às lembranças de infância do autor .
E) o tempo passado em relação ao momento da chegada dos guerrilheiros ao vilarejo.

Questão 9

"... (*uma competição voluntário-compulsória para jovens fascistas italianos)"*. Qual palavra está mal grafada?

A) obceno.
B) rescisão.
C) ressuscitar.
D) assessório.
E) dissensão.

Questão 10

"Eu estava ansioso por ouvir seu discurso..." Qual palavra está incorreta quanto ao emprego de "s" ou "c" ?

A) hortência
B) pretensioso
C) ganso
D) pêssego
E) consenso

♦ Noções de Informática ♦

Questão 11

São exemplos de topologias conhecidas de rede:

A) Estrela, Anel e Barramento.
B) Sistema, Switch e estrela.
C) Estrela, Barramento e Hub.
D) Estrela, Roteador, Anel.
E) Anel, Hub e Switch.

Questão 12

O dispositivo necessário para interligar duas redes LAN distintas é o:

A) Modem.
B) Switch.
C) Wireless.
D) Hub.
E) Roteador.

Questão 13

Sabendo-se que um usuário do outlook Express enviou por e-mail o link para uma página da internet que visitava com o internet explorer, Pergunta-se: que ação ele executou para realizar esse evento?

A) No Internet Explore no menu Arquivo, posicionar o cursor do mouse sobre enviar e selecionar link por e-mail.
B) No Outlook Express no menu Arquivo, posicionar o cursor do mouse sobre enviar página por e-mail.
C) No Internet Explore menu Arquivo, posicionar o cursor do mouse sobre enviar e selecionar página por e-mail.
D) No Internet Explore menu Arquivo, posicionar o cursor do mouse sobre enviar Atalho para área de trabalho.
E) No Outlook Express no menu Arquivo, trabalhar off-line.

Questão 14

A opção **Visualizar impressão** no Internet Explore encontra-se dentro qual submenu da Barra de menus.

A) Arquivo.
B) Exibir.
C) Janela.
D) Ferramentas.
E) Ajuda.

Questão 15

No Word a barra de _____ exibe o nome do documento e do programa.

A) Menu.
B) Status.
C) Rolagem vertical.
D) Rolagem horizontal.
E) Título.

Questão 16

No Word a combinação de teclas Ctrl + K permite:

A) Desenhar uma caixa de texto.
B) Inserir fórmulas.
C) Salvar um documento.
D) Criar um hiperlink.
E) Copiar um estilo.

Questão 17

Qual o nome de usuário mais importante no Linux?

A) Adminstrator.
B) Root.
C) RadHat.
D) Unix.
E) Ps.

Questão 18

Dentre as opções abaixo escolha a que não representa uma parte do microprocessador:

A) ULA – Unidade Lógica Aritmética.
B) Registradores.
C) UPF – Unidade de Ponto Flutuante.
D) Memória Cachê.
E) Memória Ram.

Questão 19

A tecnologia Bluetooth consiste na comunicação entre diversos tipos de dispositivos digitais tais como PCs, Celulares, Pdas, etc. Qual meio utilizado por esta conexão?

A) cabo.
B) infravermelho.
C) freqüência de rádio.
D) placa de rede.
E) fibra ótica.

Questão 20

São exemplos de memória em massa ou memória secundária:

1> DVD
2> Memória SDRAM
3> Disco rígido
4> Disquete
5> BIOS
6> Cachê

A) 1, 3 e 4 estão corretas
B) 2, 4 e 6 estão corretas
C) 3, 4, 5 estão corretas
D) Todas estão erradas
E) Todas estão corretas

♦ Conhecimentos Específicos ♦

Questão 21

O Presidente do Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN) deve ter experiência reconhecida em matéria de trânsito, e é nomeado pelo:

A) Secretário de Segurança Pública.
B) Presidente do DETRAN.
C) Secretário de Defesa Civil.
D) Governador do Estado.
E) Secretário Estadual de Transportes.

Questão 22

Via aberta à circulação, classificada como rural, é:

A) Avenida.
B) Rodovia.
C) Rua.
D) Caminho.
E) Viela.

Questão 23

Salvo exceções regulamentadas pelo CONTRAN, crianças abaixo de determinada idade devem necessariamente ser transportadas no banco traseiro dos veículos. A regra enunciada vigora para menores com idade inferior a:

A) 12 anos.
B) 11 anos.
C) 10 anos.
D) 9 anos.
E) 8 anos.

Questão 24

Campanhas nacionais educativas do CONTRAN, relacionadas a prestação de primeiros socorros quando de acidentes de trânsito, devem conter orientações formuladas pelo (a):

A) Secretaria de Defesa Civil.
B) Secretaria Estadual de Saúde.
C) Conselho Federal de Medicina.
D) Conselho Regional de Medicina.
E) Ministério da Saúde.

Questão 25

Os veículos em circulação deverão ser obrigatoriamente avaliados quanto a emissão de gazes poluentes e ruídos. Essa avaliação é de responsabilidade do:

A) CONTRAN.
B) CONAMA
C) CONTRADIFE.
D) CETRAN.
E) DETRAN.

Questão 26

Para conduzir automóvel cujo peso bruto total não exceda 3500 Kg e cuja lotação não exceda 8 lugares, o motorista deve estar habilitado na categoria:

A) A
B) B
C) C
D) D
E) E

Questão 27

O peso do próprio veículo, acrescido dos pesos da carroceria e equipamentos, do combustível, das ferramentas e acessórios, da roda sobressalente, do extintor de incêndio e do fluído de arrefecimento, expresso em Kg, caracteriza o (a):

A) Peso bruto total.
B) Peso máximo
C) Peso bruto total combinado.
D) Tara.
E) Peso da tração sobre os eixos.

Questão 28

Candidatos à condução de veículos das categorias A e B devem demonstrar na dinamometria uma força manual mínima de:

A) 10 Kg
B) 20 Kg
C) 30 Kg
D) 40 Kg
E) 50 Kg

Questão 29

Candidato portador de deficiência auditiva bilateral igual de 40 decibéis poderá ser considerado apto, com ressalvas, para conduzir veículos do tipo:

A) Táxi
B) Ônibus coletivo
C) Ônibus escolar
D) Motocicleta
E) Caminhão

Questão 30

Habilitação para conduzir veículo automotor só será concedida após a realização de exame pelo órgão competente, sendo obrigatório que o candidato preencha todos os critérios relacionados, EXCETO:

A) Seja penalmente imputável
B) Saiba ler
C) Saiba escrever
D) Possua carteira de identidade
E) Tenha nacionalidade brasileira

Questão 31

Não havendo sinalização local específica, o estacionamento de veículos motorizados de duas rodas deverá ser feito:

A) Perpendicular a guia da calçada e junto a ela
B) Perpendicular a guia da calçada e afastado cerca de meio metro dela
C) Paralelo a guia da calçada e junto a ela
D) Paralelo a guia da calçada e afastado cerca de meio metro dela
E) Sobre a calçada e junto a guia

Questão 32

Não havendo sinalização regulamentadora e respeitadas as condições operacionais de trânsito e da via, a velocidade mínima não poderá ser inferior a uma percentagem da velocidade máxima estabelecida. Este percentual está definido em:

A) 90%
B) 80%
C) 70%
D) 60%
E) 50%

Questão 33

Placa de sinalização vertical que contem os dizeres “Motorista não feche o cruzamento”, caracteriza sinalização:

A) Educativa
B) De advertência
C) De regulamentação
D) De identificação
E) De orientação

Questão 34

Exemplo de dispositivo auxiliar de sinalização de trânsito para uso temporário, quando de obras ou situações de emergência, é:

A) Tachões refletivos
B) Prismas
C) Segregadores
D) Cones
E) Defensas metálicas

Questão 35

A ultrapassagem é rotineiramente permitida nas (nos):

A) Pontes
B) Viadutos
C) Passagens de nível
D) Cruzamentos
E) Avenidas

Questão 36

No caso de colisão de veículos em avenida cuja pista está seca e onde a velocidade máxima permitida é de 60 Km/h, a sinalização de advertência deve estar afastada do local do acidente por distância estimada por passos longos em número de:

A) 40
B) 50
C) 60
D) 80
E) 100

Questão 37

O desgaste dos pneus ficará caracterizado quando seus sulcos mostrarem profundidade menor que:

A) 1,4 mm
B) 1,6 mm
C) 1,8 mm
D) 2,0 mm
E) 2,2 mm

Questão 38

Catadióptrico define dispositivo:

A) De reflexão e refração de luz
B) Sonoro de alarme de marcha-ré
C) De travamento automático de portas
D) Para contenção de “air-bag”
E) Destinado a diminuir a marcha do veículo

Questão 39

É exemplo de infração gravíssima:

A) Dirigir com carteira de habilitação vencida há mais de 30 dias.
B) Dirigir não usando o cinto de segurança.
C) Ter veículo imobilizado na via por falta de combustível.
D) Desobedecer a ordens da autoridade de trânsito.
E) Deixar de dar passagem pela esquerda quando solicitado.

Questão 40

É considerada medida administrativa:

A) Multa.
B) Apreensão do veículo.
C) Cassação da carteira de habilitação.
D) Freqüência obrigatória em cursos de reciclagem.
E) Realização de teste de dosagem de alcoolemia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - 08/2011

Cód. 06 – Agente de Operação e Fiscalização de Trânsito

Considere o texto abaixo para responder às questões de 01 a 05.

Revolução francesa no trânsito

É das iniciativas que mais me tocaram neste ano para uma cidade mais civilizada e inteligente - e começa oficialmente nesta semana.
Depois de dois anos de testes, Paris lançou nesta semana estações de compartilhamento de automóveis, inspirado no que já fazia com bicicletas.
Pega-se o carro numa estação e depois ele é entregue em outro ponto da cidade. Sem burocracia. Sem papel a ser preenchido.
O que é capaz de tirar milhares de carros das ruas. E ainda por cima reduzir a poluição: os carros são elétricos.
É daqueles sinais que mostram o seguinte: nas cidades civilizadas o transporte individual está condenado.
Por conta da ameaça ambiental, a vanguarda planetária estará concentrada em encontrar soluções inteligentes e ousadas para as cidades.
Afinal, em breve quase toda a população estará vivendo nas cidades.
Assim como a experiência do compartilhamento de bicicletas se espalhou pelo mundo, o projeto de carro vai seguir o mesmo caminho.
Um dos maiores prazeres de morar nos Estados Unidos é quase nunca ter de usar carro. E nunca ter de dirigir.

Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/gilbertodimenstein/1017765-revolucao-francesa-no-transito.shtml.
Acesso em: 12/12/2011.

1. Segundo o texto, é correto afirmar que:

   A) Paris não possui problemas com trânsito e poluição atmosférica.
   B) Paris, para melhorar o trânsito e a poluição, adotou o sistema de compartilhamento de automóveis.
   C) Paris é a prova concreta de que medidas alternativas para o trânsito, como o sistema de compartilhamento de automóveis, são ineficazes e inúteis.
   D) Em virtude do exemplo negativo que Paris aferiu ao adotar o compartilhamento de bicicletas, a cidade expandiu o projeto aos carros.

2. Considere o termo grifado: “Por conta da ameaça ambiental, a vanguarda planetária estará concentrada em encontrar soluções inteligentes e ousadas para as cidades”. O verbo grifado está conjugado no mesmo tempo e modo em:

   A) Se o agente de trânsito tivesse visto a infração, certamente autuaria o condutor do veículo.
   B) O agente de trânsito autuará veículos infratores durante o feriado.
   C) O agente de trânsito autuara o infrator que recorreu da multa de trânsito.
   D) O agente de trânsito não deve autuar arbitrariamente, mas respeitar a lei.

3. Considere o trecho grifado: “Por conta da ameaça ambiental, a vanguarda planetária estará concentrada em encontrar soluções inteligentes e ousadas para as cidades”. O uso da vírgula se justifica por tratar-se de:

   A) um adjunto adverbial deslocado.
   B) uma enumeração.
   C) um aposto.
   D) um vocativo.

www.pciconcursos.com.br

4. Na frase, considere o termo grifado: “Depois de dois anos de testes, Paris lançou nesta semana estações de compartilhamento de automóveis, inspirado no que já fazia com bicicletas”. A palavra é acentuada seguindo a mesma regra em:

A) saída.
B) Metáfora.
C) parabéns.
D) história.

5. No trecho, considere o termo grifado: “É das iniciativas que mais me tocaram neste ano para uma cidade mais civilizada e inteligente - e começa oficialmente nesta semana”. O termo pode ser substituído, sem alteração do sentido da frase, por:

A) pegaram.
B) encostaram.
C) sensibilizaram.
D) empurraram.

6. A expressão grifada está empregada, corretamente, em seu sentido literal, sem duplo sentido, em:

A) Os motoristas estavam sendo feridos de morte pela demora do agente.
B) O agente de trânsito estava morrendo de tédio naquela manhã chuvosa.
C) O documento estava sobre a carteira.
D) O agente de trânsito autuava o motorista infrator.

7. O acento indicativo de crase está corretamente empregado em:

A) Os agentes de trânsito referiam-se à demandas da população.
B) A homenagem aos agentes de trânsito será à partir das 17h:00min.
C) O agente de trânsito acompanhou a discussão à distância de alguns metros.
D) A repreensão da imprensa não dizia respeito à agentes de trânsito.

8. A concordância está corretamente empregada em:

A) Apesar de ser compreensível, a melhora da letra é necessário.
B) É necessário preencher o auto de infração corretamente.
C) Atentas, o agente de trânsito e a testemunha prestavam depoimento.
D) Revoltado, assim estava a população local.

9. A concordância está corretamente empregada em:

A) Há duas abalroações aguardando atendimento.
B) Haviam dois agentes de trânsito controlando o tráfego.
C) Faziam alguns dias que a notícia havia sido divulgada..
D) Nenhuma das testemunhas estavam presente.

10. Considere a frase: “O agente de trânsito estava atento, logo autuou o infrator”. O termo grifado dá ideia de:

A) explicação.
B) conclusão.
C) finalidade.
D) causa.

11. Assinale a alternativa que completa, corretamente, a lacuna abaixo.

Imagine que, em uma cidade, 300 quilômetros de vias públicas sejam monitorados pela secretaria de trânsito local. Se em determinado momento 12 desses 300 quilômetros monitorados estiverem congestionados, então é verdade afirmar que essa cidade tem, dos quilômetros monitorados, _____ de congestionamento.

A) 4%
B) 0,4%
C) 0,04%
D) 0,004%

www.pciconcursos.com.br

12. Em um estacionamento existem 10 viaturas: duas com placas final 0, três com placas final 2, quatro com placas final 5 e uma com placas final 8, todas em perfeitas condições de uso. Suponha que um agente de fiscalização de trânsito tenha que sair para um serviço externo e, para isso, ele utilizará, aleatoriamente, uma dessas viaturas. A probabilidade desse agente utilizar uma viatura com placa final par é de:

    A) 30%.
    B) 20%.
    C) 60%.
    D) 80%.

13. As velocidades máximas permitidas em três vias públicas são 60, 70 e 50 quilômetros por hora. Com essa informação, conclui-se, corretamente, que a média aritmética simples da velocidade máxima permitida nessas três vias é de:

    A) 90 quilômetros por hora.
    B) 60 quilômetros por hora.
    C) 70 quilômetros por hora.
    D) 50 quilômetros por hora.

14. No Anexo I, dos Conceitos e Definições, do Código de Trânsito Brasileiro, podemos ler o seguinte:

    CICLOMOTOR - veículo de duas ou três rodas, provido de um motor de combustão interna, cuja cilindrada não exceda a cinqüenta centímetros cúbicos (3,05 polegadas cúbicas) e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a cinqüenta quilômetros por hora.

    Se ao invés de centímetros cúbicos a cilindrada fosse dada em metros cúbicos, o valor que corretamente corresponderia aos 50 cm^3 é:

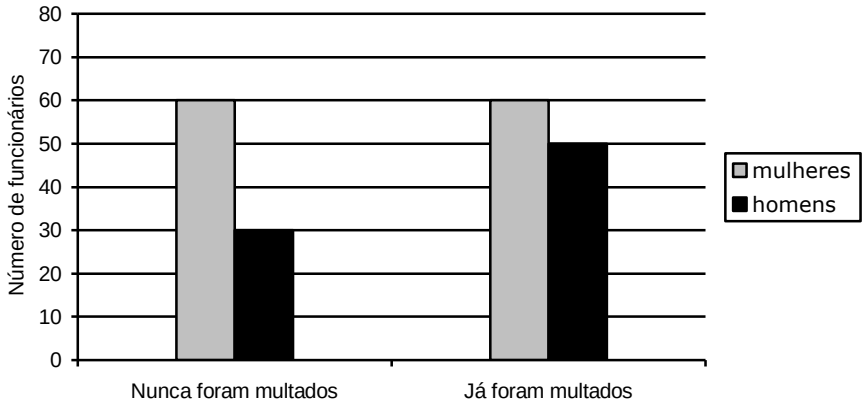
    A) 0,0005 m^3.
    B) 0,005 m^3.
    C) 0,00005 m^3.
    D) 0,05 m^3.

15. Juntando todas as notas de R$ 5,00 e de R$ 10,00, Ana tem 23 notas e um valor total de R$ 190,00. A diferença, em dinheiro, entre o valor que Ana tem em notas de R$ 10,00 e o valor que ela tem em notas de R$ 5,00, nessa ordem, é:

    A) R$ 70,00.
    B) R$ 80,00.
    C) R$ 120,00.
    D) R$ 110,00.

www.pciconcursos.com.br

16. Uma pesquisa feita em uma empresa teve como objetivo identificar o número de funcionários que já foram multados no trânsito e o número de funcionários que nunca foram multados no trânsito. As informações do gráfico indicam esses números.



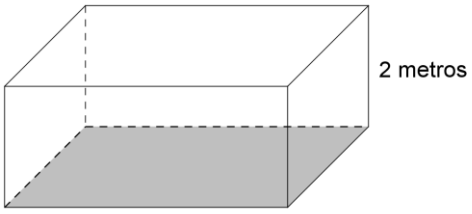
Com base nas informações do gráfico acima e sabendo que todos os funcionários responderam à pesquisa, avalie as proposições a seguir.

I - Há mais funcionários mulheres que homens nessa empresa.
II - Mais da metade dos funcionários dessa empresa já foram multados.
III - 30% dos funcionários homens dessa empresa nunca foram multados.

São verdadeiras:

A) apenas as proposições I e III.
B) apenas as proposições II e III.
C) apenas as proposições I e II.
D) as proposições I, II e III.

17. O volume total de um paralelepípedo retângulo com 2 metros de altura, representado na figura, é 196 metros cúbicos.

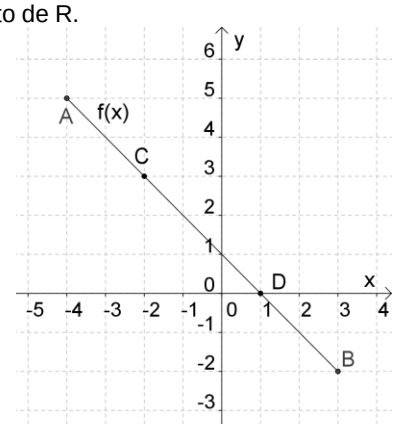


Sabendo que a largura desse paralelepípedo é metade do seu comprimento, conclui-se, de maneira correta, que a soma das medidas de todos os lados (perímetro) do retângulo sombreado é:

A) 20 metros.
B) 42 metros.
C) 18 metros.
D) 48 metros.

www.pciconcursos.com.br

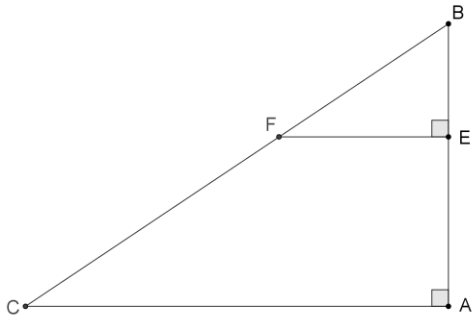
18. Observe a representação gráfica, abaixo, de uma função f: [-4,3] → R , em que R simboliza o conjunto dos números reais e [-4,3] é um subconjunto de R.



Com base nela, pode-se corretamente afirmar que:

A) o valor máximo de f é 3 e o valor mínimo de f é –4.
B) o valor máximo de f é –4 e o valor mínimo de f é 3.
C) o valor máximo de f é –2 e o valor mínimo de f é 5.
D) o valor máximo de f é 5 e o valor mínimo de f é –2.

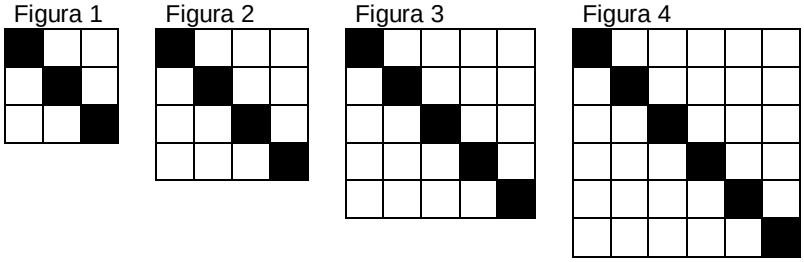
19. Os pontos A, B e C determinam um triângulo retângulo. No lado $\overline{AB}$ inseriu-se um ponto E e no lado $\overline{BC}$ inseriu-se um ponto F, de modo que o segmento $\overline{EF}$ estivesse paralelo ao lado $\overline{AC}$ e os pontos B, E e F determinassem outro triângulo retângulo, conforme a figura abaixo.



Se $\overline{BE}$, $\overline{EA}$ e $\overline{AC}$ medem, respectivamente, 4 unidades, 6 unidades e 12,5 unidades, então é verdade que a hipotenusa do triângulo de vértices B, E e F mede:

A) 6 unidades.
B) 7,5 unidades.
C) $\sqrt{39}$ unidades.
D) $\sqrt{41}$ unidades.

20. Observe os números de quadradinhos pintados e não pintados da sequência de figuras:



Mantida a lógica de formação das figuras, é correto afirmar que o número de quadradinhos não pintados da Figura 10, dessa sequência, será:

A) 98.
B) 120.
C) 132.
D) 156.

www.pciconcursos.com.br

21. Analise as afirmações sobre as disposições em geral do CTB e assinale a incorreta.

A) Nas vias providas de acostamento, a conversão à esquerda e a operação de retorno deverão ser feitas nos locais apropriados e, onde estes não existirem, o condutor deverá, a qualquer momento, sinalizar e cruzar a pista rapidamente.
B) Ao aproximar-se de qualquer tipo de cruzamento, o condutor do veículo deve demonstrar prudência especial, transitando em velocidade moderada, de forma que possa deter seu veículo com segurança para dar passagem a pedestre e a veículos que tenham o direito de preferência.
C) Mesmo que a indicação luminosa do semáforo lhe seja favorável, nenhum condutor pode entrar em uma interseção se houver possibilidade de ser obrigado a imobilizar o veículo na área do cruzamento, obstruindo ou impedindo a passagem do trânsito transversal.
D) Os ciclomotores devem ser conduzidos pela direita da pista de rolamento, preferencialmente no centro da faixa mais à direita ou no bordo direito da pista sempre que não houver acostamento ou faixa própria a eles destinada, proibida a sua circulação nas vias de trânsito rápido e sobre as calçadas das vias urbanas.

22. É incorreto afirmar que o uso de luzes em veículos obedecerá, dentre outras, à seguinte determinação:

A) nas vias não iluminadas o condutor deve usar luz alta, exceto ao cruzar com outro veículo ou ao segui-lo .
B) quando sob chuva forte, neblina ou cerração, o condutor manterá acesas pelo menos as luzes de posição do veículo.
C) a troca de luz baixa e alta, de forma intermitente e por curto período de tempo só poderá ser utilizada para indicar que à frente há fiscalização.
D) para fins de embarque ou desembarque de pessoas e carga ou descarga de mercadorias, o condutor deverá manter acesas à noite as luzes de posição do veículo.

23. Os pedestres também estão sujeitos à legislação de trânsito. Em relação a travessia de pedestres nas vias urbanas podemos afirmar que:

1 - onde não houver faixa ou passagem, o cruzamento da via deverá ser feito em sentido perpendicular ao de seu eixo.
2 - nas interseções e em suas proximidades, onde não existam faixas de travessia, os pedestres devem atravessar a via na continuação da calçada, observando que uma vez iniciada a travessia de uma pista, os pedestres não deverão aumentar o seu percurso, demorar-se ou parar sobre ela sem necessidade.
3 - os pedestres que estiverem atravessando a via sobre as faixas delimitadas para esse fim terão prioridade de passagem, exceto nos locais com sinalização semafórica, onde deverão ser respeitadas as disposições deste Código.
4 - nos locais em que houver sinalização semafórica de controle de passagem será dada preferência aos pedestres que não tenham concluído a travessia, mesmo em caso de mudança do semáforo liberando a passagem dos veículos.

Estão corretas:

A) as afirmações 1 e 2, apenas.
B) as afirmações 2, 3 e 4, apenas.
C) todas as afirmações.
D) as afirmações 1, 2 e 3, apenas.

24. Analise as afirmações sobre transporte de passageiros conforme disposições do Art. 108, Parágrafo Único e Art. 109 do CTB.

1 - Art. 108 – Onde não houver linha regular de ônibus, a autoridade com circunscrição sobre a via poderá autorizar, a título precário, o transporte de passageiros em veículo de carga ou misto, desde que obedecidas as condições de segurança estabelecidas neste Código e pelo CONTRAN.
2 - Parágrafo Único – A autorização citada no caput não poderá exceder a doze meses, prazo a partir do qual a autoridade pública responsável deverá implantar o serviço regular de transporte coletivo de passageiros, em conformidade com a legislação pertinente e com os dispositivos deste Código.
3 - Art. 109 – O transporte de carga em veículos destinados ao transporte de passageiros só pode ser realizado de acordo com as normas estabelecidas exclusivamente pela Prefeitura local.

São corretas e constam do CTB as afirmações:

A) 1 e 3, apenas.
B) 1 e 2, apenas.
C) 2 e 3, apenas.
D) 1, 2 e 3.

www.pciconcursos.com.br

25. Os sinais de trânsito classificam-se em verticais, horizontais, dispositivos de sinalização auxiliar, luminosos, sonoros e gestos do agente de trânsito e do condutor. Entretanto, a sinalização tem uma ordem de prevalência.

1 - as ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais.
2 - as indicações do semáforo sobre os demais sinais.
3 - as indicações dos sinais sobre as demais normas de trânsito.

Estão corretas as afirmações:

A) 1 e 2, apenas.
B) 2 e 3, apenas.
C) 1 e 3, apenas.
D) 1, 2 e 3

26. A sinalização de trânsito é a forma pela qual se regula, adverte, orienta, informa, controla a circulação de veículos e pedestres nas vias terrestres, conforme determinações das Resoluções CONTRAN nº 160, 180 e 236. A figura abaixo que representa um agente de trânsito com o braço levantado verticalmente com a palma da mão para frente representa ordem de:

A) reduzir a velocidade.
B) dobrar à esquerda.
C) parada para todos os veículos.
D) parada dos veículos que estão à esquerda.

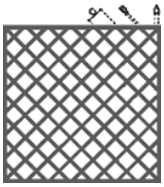
27. As marcas de canalização pintadas nas vias orientam os fluxos de tráfego, direcionando a circulação dos veículos e regulamentam as áreas de pavimento não utilizáveis. Podemos afirmar que:

- quando direcionam fluxos de mesmo sentido e na proteção de estacionamento devem ser na cor _____.
- quando direcionam fluxos de trânsito de sentido opostos devem ser na cor _____.

Completam corretamente os claros a sequência:

A) verde – laranja
B) azul – vermelha
C) branca – amarela
D) laranja – verde

28. A figura abaixo demonstra uma sinalização horizontal denominada:



A) Marcação de Área de Conflito.
B) Marca de Retenção.
C) Marca de Contenção.
D) Marca de Controle de Estacionamento.

29. A forma padrão dos sinais de advertência tem a forma _____, devendo uma das diagonais ficar na posição vertical. A sinalização de advertência estão associadas as cores _____ e _____.

A) circular – vermelha e preta
B) retangular – laranja e branca
C) triangular – vermelha e branca
D) quadrada – amarela e preta

30. A forma padrão do sinal de regulamentação é a _____, e as cores são _____, _____ e _____ sendo que constituem exceção, quanto a forma, os sinais R-1 – Parada Obrigatória e R-2 – De a Preferencia.

A) triangular – amarela, preta e branca
B) retangular – laranja, vermelha e branca
C) quadrada – laranja, preta e branca
D) circular – vermelha, preta e branca

31. Dos procedimentos que garantem uma ultrapassagem correta e segura, não se inclui:

A) ultrapassar sempre pela esquerda, verificando o trânsito em sentido contrário.
B) aumentar bastante a velocidade quando estiver ultrapassando sobre pontes.
C) fazer os sinais convencionais com o braço ou acionar o pisca-pisca, indicando a intenção da manobra.
D) fazer uso do espelho retrovisor para se certificar de que nenhum motorista que venha atrás esteja com intenção de ultrapassar.

www.pciconcursos.com.br

32. A chuva reduz a visibilidade, deixa a pista molhada e escorregadia e pode criar poças de água se o piso da pista for irregular, não tiver inclinação favorável ao escoamento de água, ou se estiver com buracos. Nesta situação, constitui procedimento incorreto do condutor:

A) redobrar sua atenção.
B) aumentar a distância do veículo à sua frente e reduzir a velocidade até sentir conforto e segurança.
C) acionar a luz alta do farol.
D) evitar usar o freio de maneira brusca, para não travar as rodas e não deixar o veículo derrapar, pela perda de aderência.

33. Analise as orientações para dirigir com segurança em vias de alta velocidade.

1 - Ao entrar na via, ganhe velocidade na pista de aceleração de modo que consiga sincronizar a sua velocidade com a do trânsito.
2 - Não pare e não dê marcha ré na pista.
3 - Mantenha boa distância do veículo da frente.
4 - Observe e obedeça aos sinais.
5 - Mantenha os olhos fixos na estrada e no fluxo de veículos.
6 - Quando ultrapassar, espere até ver no seu espelho retrovisor o veículo que ultrapassou, para depois voltar à pista da direita.
7 - Trafegando com fone de ouvido conectado ao rádio ou celular para combater o sono.

Das orientações acima devem ser seguidas:

A) apenas cinco.
B) apenas quatro.
C) apenas três.
D) todas.

34. O CTB determina que a placa e targeta dos veículos de aprendizagem tenham as cores respectivas:

A) cinza e preta.
B) azul e branca.
C) branca e vermelha.
D) verde e branca.

35. As principais avenidas de acesso entre a Prefeitura Municipal de Santo André até a Escola Parque do Conhecimento - Sabina são as Avenidas _____.

A) Prestes Maia e Portugal
B) Lauro Gomes e Kennedy
C) Industrial e dos Estados
D) Ramiro Colleoni e Pereira Barreto

36. Uma das rotas rápidas que ligam o Terminal Rodoviário de Santo André ao município de São Caetano do Sul é a Avenida:

A) Queiroz dos Santos e a dos Estados.
B) Jorge Marcos de Oliveira e a Industrial.
C) Industrial e a D. Pedro II.
D) Prestes Maia e a D. Pedro II.

37. O Parque da Juventude de Santo André é equipado com playground, quadras para prática de esportes, campo de futebol, palco, área para caminhada, vestiários e sanitários, pista reformada de skate, equipamentos de alongamento e ginástica. O Parque foi totalmente restaurado em 2010. Localiza-se:

A) no Bairro Jardim.
B) no Jardim Ipanema.
C) na Praça Valdemar Soares.
D) na Vila Curuçá.

www.pciconcursos.com.br

38. O _____localiza-se na Vila Assunção e possui pista de caminhada, ciclovia, praças de convivência, playground, lagos, palco em forma de concha, campo de futebol, 4 quadras poliespostivas, praças com equipamento de alongamento e ginástica, bicicletário, 10.500 árvores, sendo 170 transplantadas de outros locais, 40.000m² de gramado, 8.000m² de canteiros de herbáceas e marquise de aproximadamente 300m².

    Completa corretamente o claro:

    A) Parque Central de Santo André.
    B) Parque Celso Daniel.
    C) Parque das Nações.
    D) Parque Regional de Santo André.

39. O Centro de Dança de Santo André foi fundando em 2000, no município de Santo André, com a intenção de trazer uma nova abordagem de dança para a cidade, oferecendo oficinas e workshops de dança contemporânea aos alunos e profissionais da área. Os seus cursos possibilitam uma reflexão em um processo de construção e estímulo à crítica, à compreensão e à criatividade - qualidades intrínsecas a todo processo de ensino/aprendizagem da escola. A maior parte do trajeto com veículo entre a Prefeitura Municipal e o Centro de Dança de Santo André é feito pela Avenida:

    A) Ramiro Colleoni e Pereira Barreto.
    B) Portugal e Pereira Barreto.
    C) Itamarati e Industrial.
    D) José Antonio de Almeida Amazonas e Itamarati.

40. A Estação Utinga é uma estação ferroviária, pertencente à linha 10 da CPTM, localizada no município de Santo André inaugurada no dia 1 de agosto de 1933. Ela tem integração com o bilhete único da SPTrans. Sua localização é na:

    A) Avenida dos Estados.
    B) Avenida Utinga.
    C) Avenida da Paz.
    D) Avenida Varsóvia.

www.pciconcursos.com.br

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
ESTADO DO PARANÁ

REF. EDITAL Nº 203/2011 – CONCURSO PÚBLICO

AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo do fiscal um Caderno de Questões com 40 (quarenta) questões numeradas sequencialmente que compõem a prova objetiva.
- Composição da Prova:

QUANTIDADE DE QUESTÕES	MATÉRIA
01 a 10	Língua Portuguesa
11 a 15	Informática
16 a 20	Conhecimentos Gerais
21 a 40	Conhecimentos Específicos

- Você receberá, também, a Folha de Respostas personalizada para transcrever as respostas das questões da prova objetiva.

ATENÇÃO

1. É proibido folhear o Caderno de Questões antes da autorização do fiscal.
2. Após autorização, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão e se a numeração está correta. Confira também se sua prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso haja qualquer divergência, comunique o fato ao fiscal imediatamente.
3. Confira seu nome completo, o número de seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Caso encontre alguma divergência, comunique o fato ao fiscal para as devidas providências.
4. Você deverá transcrever as respostas das questões objetivas para a Folha de Respostas definitiva, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato.
5. Para realização da prova o candidato deverá utilizar caneta com tinta de cor azul ou preta.
6. Leia atentamente cada questão da prova e assinale, na Folha de Respostas, a opção que a responda corretamente. Exemplo correto da marcação da Folha de Respostas: ■
7. A Folha de Respostas não poderá ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados às respostas.
8. Na correção da Folha de Respostas, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas, que contiverem mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura, ainda que legível. Assim que o candidato finalizar sua prova, deverá, obrigatoriamente, devolver a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal da sala.
9. Você dispõe de 4h (quatro horas) para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Faça-a com tranquilidade, mas controle seu tempo.
10. Você somente poderá deixar definitivamente a sala de prova após 60 (sessenta) minutos de seu início. Caso queira levar o caderno de questões, só poderá levá-lo após 4h (quatro horas) decorridas do início da prova. As provas estarão disponibilizadas no site da FAFIPA (www.fafipa.org/concurso/), a partir da divulgação do Gabarito Preliminar. O candidato poderá anotar o gabarito no verso da capa da prova e levar consigo.
11. Os 03 (três) últimos candidatos da sala só poderão sair juntos e após a conferência de todos os documentos da sala e assinatura do termo de fechamento.
12. Durante a prova, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios, agendas eletrônicas, *pagers*, telefones celulares, BIP, *Walkman*, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico. A utilização desses objetos causará eliminação imediata do candidato.
13. Os objetos de uso pessoal, incluindo telefones celulares, deverão ser desligados e mantidos dessa forma até o término da prova e entrega da Folha de Respostas ao fiscal.
14. Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.

EDM201

www.pciconcursos.com.br

----------(destaque aqui)----------

FOLHA PARA ANOTAÇÃO DAS RESPOSTAS DO CANDIDATO

QUESTÃO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESP.																				
QUESTÃO	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESP.																				

www.pciconcursos.com.br

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 01 a 05 referem-se à tirinha a seguir.

QUESTÃO 01

O humor da tirinha consiste no fato de Hagar

(A) comer com as mãos.
(B) ser um caso perdido.
(C) ser criticado por Helga.
(D) ser um homem rude.
(E) ser um homem ignorante.

QUESTÃO 02

No primeiro quadrinho, a grafia da expressão <u>por que</u> está

(A) incorreta, pois se trata do emprego no final de frase.
(B) correta, pois se trata do emprego em uma pergunta.
(C) incorreta, pois se trata do emprego em período simples.
(D) correta, pois se trata do emprego isolado da expressão.
(E) incorreta, pois se trata do emprego como substantivo.

QUESTÃO 03

A expressão "um caso perdido" funciona como

(A) complemento nominal.
(B) predicativo do sujeito.
(C) adjunto adnominal.
(D) objeto indireto.
(E) objeto direto.

QUESTÃO 04

Em "Eu disse a ele que é rude comer com as mãos", a expressão <u>a ele</u> é

(A) agente da passiva.
(B) sujeito.
(C) objeto indireto.
(D) objeto direto.
(E) complemento nominal.

QUESTÃO 05

O tempo composto da forma verbal <u>disse</u> é

(A) terá dito.
(B) tinha dito.
(C) teria dito.
(D) tem dito.
(E) tivesse dito.

As questões de 06 a 10 referem-se à tirinha a seguir.

HÄGAR o HORRÍVEL
by DIK BROWNE
As viagens de negócios para a Inglaterra estão acabando comigo...
Tenho certeza que chegar em casa será bom!
http://arquivoinsolito.blogspot.com
Que dia eu tive!
Primeiro eu perdi a carroça para me levar ao meu navio...
Então tive que ir andando!
Então eu perdi o caminho que levaria meu barco para terra!
Depois eu finalmente perdi o tesouro no castelo porque alguém me bateu!
Eu diria que te bateram muito...
Pois você perdeu o jantar também!

QUESTÃO 06

No último quadrinho, o elemento <u>pois</u> estabelece relação lógico-semântica de

(A) alternância.
(B) adição.
(C) conclusão.
(D) explicação.
(E) adversidade.

QUESTÃO 07

"Tenho certeza que chegar em casa será bom!" Assinale a alternativa correta sobre o que se afirma do fragmento acima.

(A) <u>Chegar em casa</u> funciona como objeto direto.
(B) O substantivo <u>certeza</u> é complemento nominal.
(C) Falta uma preposição após a expressão <u>certeza</u>.
(D) A expressão <u>em casa</u> é objeto indireto de <u>chegar</u>.
(E) O elemento <u>que</u> é pronome relativo e retoma <u>certeza</u>.

QUESTÃO 08

Assinale a alternativa INCORRETA quanto à informação entre parênteses para as expressões em destaque.

(A) "Pois você perdeu o jantar <u>também</u>!" (inclusão)
(B) "<u>Primeiro</u> eu perdi a carroça..." (enumeração)
(C) "Eu diria que te bateram <u>muito</u>..." (intensificador)
(D) "<u>Que</u> dia eu tive!" (pronome exclamativo)
(E) "<u>Depois</u> eu finalmente perdi o tesouro..." (tempo)

QUESTÃO 09

Leia os fragmentos abaixo e, em seguida, assinale a(s) colocação(ões) pronominal(is) correta(s).

I. "Primeiro eu perdi a carroça para levar-me ao meu navio..."

II. "...perdi o tesouro no castelo porque alguém bateu-me..."

III. "Eu diria que bateram-te muito..."

Está(ão) correta(s)

(A) apenas I.
(B) apenas II.
(C) apenas III.
(D) apenas I e II.
(E) apenas II e III.

QUESTÃO 10

"Depois eu finalmente perdi o tesouro no castelo porque alguém me bateu!"

As expressões o tesouro e alguém são, respectivamente,

(A) sujeito e objeto indireto.
(B) objeto indireto e sujeito.
(C) sujeito e adjunto adnominal.
(D) adjunto adverbial e sujeito.
(E) objeto direto e sujeito.

INFORMÁTICA

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa correta. No Processador de texto BrOffice.org Writer, instalação padrão, português Brasil, para copiar um texto selecionado e colar este texto em outro documento deve-se seguir os seguintes passos

(A) Selecionar o texto – Menu Editar – Salvar Como – Abrir o novo documento – Ctrl+V
(B) Selecionar o texto – Menu Inserir – Copiar – Abrir o novo documento – Ctrl+V
(C) Selecionar o texto – Menu Arquivo – Copiar – Abrir o novo documento – Ctrl+ V
(D) Selecionar o texto – Menu Editar – Copiar –Abrir o novo documento – Menu Editar – Colar
(E) Selecionar o texto – Menu Editar – Ctrl+Z –Abrir o novo documento – Menu Editar – Colar

QUESTÃO 12

No que diz respeito ao termo URL, assinale a alternativa correta.

(A) Trata-se de uma linguagem baseada em hipertexto para definição de uma estrutura lógica dos documentos, interpretados pelo WebBrowse.
(B) URL é uma sigla que, em português, significa Localizador Universal dos Recursos Humanos.
(C) Um URL (UniformResourceLocator) é o endereço de um recurso (um arquivo, uma impressora etc.), disponível em uma rede, seja a Internet, ou uma rede corporativa, uma intranet.
(D) URL é um protocolo de comunicação entre cliente e servidor.
(E) URL é uma sigla usada para redes que abrangem uma longa área, podendo interligar computadores localizados em países diferentes.

QUESTÃO 13

Preencha a lacuna abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

O Excel é uma _____ que fornece _____ para efetuar _____ através de _____ e funções e para a análise desses dados.

(A) célula eletrônica / seleções / números / formatações
(B) tabela eletrônica / ferramentas / cálculos / fórmulas
(C) ferramenta eletrônica / seleções / números / formatações
(D) célula eletrônica / gráficos / cálculos / fórmulas
(E) planilha eletrônica / ferramentas / cálculos / fórmulas

QUESTÃO 14

Em relação a conceitos deHardware e Software assinale a alternativa correta.

(A) O Pen drive é o tipo de memória secundária mais utilizada devido ao fato de ser impossível infectá-lo com vírus.
(B) HD (disco rígido), CDs e DVDs são exemplos de memória secundária.
(C) Memória ROM existe para auxiliar nas necessidades de demanda de velocidade do processador.
(D) Conectores SATA são utilizados exclusivamente para conectar à placa mãe ao HD (disco rígido) sendo necessário o uso de cabos tipo IDE para conectar outros dispositivos a placa mãe.
(E) Sistema Operacional não é o software mais importante do computador, pois os novos pacotes do Office e BrOffice não necessitam de sistema operacional para serem executados.

QUESTÃO 15

Em relação ao Sistema Operacional Windows XP Professional, considerando instalação padrão em português, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. O Windows XP é uma família de sistemas operacionais de 32 e 64 bits produzidos pela Microsoft, para uso em computadores pessoais, incluindo computadores residenciais e de escritórios, notebooks e media centers.

II. As pastas Meus Documentos foram criadas para que cada usuário armazene seus próprios arquivos, facilitando o gerenciamento e o backup. Dentro desta pasta existem as pastas para imagens, músicas e vírus.

III. O Windows XP é um sistema de código aberto, desenvolvido por programadores voluntários espalhados por toda internet e distribuído sob a licença pública GPL.

IV. O Windows XP embute uma porção de acessórios muito úteis como: editor de textos, programas para desenho como Corel Draw e PhotoShop, programas de entretenimento (jogos, música e vídeos), acesso à internet e gerenciamento de arquivos.

(A) Apenas I.
(B) Apenas I e II.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

www.pciconcursos.com.br
FUNDAÇÃO DE APOIO À FAFIPA

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 16

Preencha as lacunas e, em seguida, assinale a alternativa correta.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é um ministério do _____ do Brasil. A competência deste ministério é formular e implementar as políticas para desenvolvimento _____, integrando os aspectos de mercado, tecnológicos, organizacionais e ambientais, para o atendimento dos _____ do país e do exterior, promovendo a segurança alimentar, a geração de renda e emprego, a redução das desigualdades e a inclusão social.

(A) poder executivo / do agronegócio / consumidores
(B) poder legislativo / da indústria / empresários
(C) poder judiciário / da agroindústria / empresários
(D) poder executivo / da indústria / empresários
(E) poder legislativo / da agroindústria / consumidores

QUESTÃO 17

Analise as assertivas e, em seguida, assinale a alternativa correta.

O Ministério do Trabalho e Emprego é um ministério do governo do Brasil. Sua competência abrange os seguintes assuntos:

I. política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador.

II. política e diretrizes para a modernização das relações do trabalho.

III. fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário, bem como aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas; política salarial.

IV. formação e desenvolvimento profissional; segurança e saúde no trabalho.

(A) Apenas I e II.
(B) Apenas I, II e III.
(C) Apenas I e III.
(D) Apenas I, II e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 18

Sobre o Plano Real, analise as assertivas e, em seguida, assinale a alternativa correta.

I. Foi um programa brasileiro com o objetivo de estabilização econômica.

II. Foi o mais amplo plano econômico já realizado no Brasil e tinha como objetivo principal o controle da hiperinflação que assolava o país no ano de 1994.

III. Utilizou-se de diversos instrumentos econômicos e políticos para a redução da inflação que chegou a 46,58% ao mês em junho de 1994, época do lançamento da nova moeda.

IV. A idealização do projeto, a elaboração das medidas do governo e a execução das reformas econômica e monetária contaram com a contribuição de vários economistas, reunidos pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

(A) Apenas I e II.
(B) Apenas I, II e III.
(C) Apenas I e III.
(D) Apenas I, II e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 19

Em oito meses do Governo Dilma, houve a mudança de vários ministros. O último Ministério que houve mudanças foi o Ministério da Agricultura, Pecuário e Abastecimento. No total houve mudanças em

(A) 4 (quatro) ministérios.
(B) 6 (seis) ministérios.
(C) 5 (cinco) ministérios.
(D) 7 (sete) ministérios
(E) 3 (três) ministérios.

QUESTÃO 20

O Brasil tem o mais avançado programa espacial da América Latina, com recursos significativos para veículos de lançamento, e fabricação de satélites. Qual o nome do primeiro astronauta brasileiro e sul-americano a ir ao Espaço sideral?

(A) Lázaro José Cesar.
(B) Marcos Cesar Pontes.
(C) Marcelo Pontes.
(D) João Cesar dos Santos.
(E) Moacir Cesar da Silva.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

I. O CONTRAN é o órgão máximo normativo, consultivo e coordenador do Sistema Nacional de Trânsito.

II. As disposições do CTB são aplicáveis às praias abertas à circulação pública.

III. As normas estabelecidas no CTB são aplicáveis a qualquer veículo, proprietário ou condutor, desde que seja brasileiro.

IV. O Ministério da Educação e do Desporto possui um representante na composição do CONTRAN.

V. Compete aos CETRAN estabelecer as diretrizes do regimento das JARI.

(A) Apenas II, III e V estão incorretas.
(B) Apenas I, II, IV e V estão corretas.
(C) Apenas IV está incorreta.
(D) Apenas III está incorreta.
(E) Apenas III e V estão incorretas.

QUESTÃO 22

Dentre outras atribuições, compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios, EXCETO

(A) implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário.
(B) realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública.
(C) implantar as medidas para a redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego.
(D) articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado.
(E) registrar e licenciar ciclomotores, na forma da legislação.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa INCORRETA quanto às normas gerais de circulação e conduta.

(A) A circulação de veículos nas vias abertas à circulação far-se-á pelo lado direito da via, admitindo-se exceções devidamente sinalizadas.
(B) Durante a manobra de mudança de direção, o condutor deverá ceder passagem aos pedestres e ciclistas, respeitadas as demais normas.
(C) O pedestre, ao ouvir o alarme sonoro de veículos de socorro, deverá aguardar na calçada.
(D) O condutor poderá utilizar o pisca-alerta quando sob chuva forte ou neblina.
(E) Os ciclos motorizados deverão utilizar luz baixa mesmo durante o dia.

QUESTÃO 24

Sobre a velocidade máxima permitida em vias não sinalizadas, relacione as colunas e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

Via
1. Arterial.
2. Coletora.
3. Trânsito Rápido.
4. Local.

Velocidade em Km/h
( ) 80.
( ) 60.
( ) 40.
( ) 30.

(A) 1 – 2 – 3 – 4.
(B) 3 – 2 – 1 – 4.
(C) 3 – 1 – 2 – 4.
(D) 2 – 1 – 4 – 3.
(E) 4 – 3 – 2 – 1.

QUESTÃO 25

Nas áreas urbanas, quando não houver passeios ou quando não for possível a utilização destes, a circulação de pedestres na pista de rolamento será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, _____, _____ ao deslocamento dos veículos, exceto em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

(A) em fila única / em sentido contrário
(B) lado a lado / no mesmo sentido
(C) em fila única / no mesmo sentido
(D) lado a lado / em sentido contrário
(E) em fila única / em qualquer sentido

QUESTÃO 26

Assinale a alternativa que NÃO indica uma forma de classificação quanto à tração.

(A) Automotor.
(B) Elétrico.
(C) De propulsão humana.
(D) Ciclomotor.
(E) Reboque.

QUESTÃO 27

O veículo será obrigatoriamente identificado por caracteres gravados no chassi ou no monobloco, reproduzidos em outras partes, conforme dispuser o

(A) RENAVAM.
(B) CONTRAN.
(C) CETRAN.
(D) DENATRAN.
(E) DETRAN.

QUESTÃO 28

NÃO será obrigatória a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo quando

(A) houver quitação dos débitos relativos a tributos.
(B) for transferida a propriedade.
(C) for alterada qualquer característica do veículo.
(D) houver mudança de categoria.
(E) o proprietário mudar o Município de domicílio ou residência.

QUESTÃO 29

Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta. No caso de reprovação no exame escrito sobre legislação de trânsito ou de direção veicular, o candidato só poderá repetir o exame depois de decorridos _____ dias da divulgação do resultado.

(A) 10
(B) 20
(C) 30
(D) 05
(E) 15

QUESTÃO 30

Deixar o condutor de prestar socorro à vítima de acidente de trânsito quando solicitado pela autoridade e seus agentes, é uma infração de trânsito de natureza

(A) Gravíssima (vezes 3).
(B) Gravíssima.
(C) Grave.
(D) Média.
(E) Leve.

QUESTÃO 31

Com base na análise da sinalização abaixo, julgue as assertivas a seguir e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. É um tipo de placa de advertência.

II. É um tipo de placa de regulamentação.

III. É um tipo de placa de Indicação.

IV. Significa: "Passagem sinalizada de escolares".

V. Significa: "Passagem sinalizada de pedestres".

VI. Significa: "Área escolar".

(A) Apenas II e IV.
(B) Apenas I e VI.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas III e VI.
(E) Apenas II e V.

QUESTÃO 32

Estacionar em locais e horários de estacionamento e parada proibidos pela sinalização é uma infração de natureza grave e tem como medida administrativa

(A) apreensão do veículo.
(B) remoção do veículo.
(C) recolhimento da CNH.
(D) advertência por escrito.
(E) retenção do veículo.

QUESTÃO 33

Segundo a Resolução nº 302 do CONTRAN, área de estacionamento de curta duração é a parte da via sinalizada para estacionamento não pago, com uso obrigatório de pisca - alerta ativado, em período de tempo determinado e regulamentado de até

(A) 10 minutos.
(B) 05 minutos.
(C) 20 minutos.
(D) 25 minutos.
(E) 30 minutos.

QUESTÃO 34

A Resolução 146 do CONTRAN, que trata sobre a fiscalização eletrônica de velocidade, dispõe que os equipamentos deverão ser aferidos pelo INMETRO a cada.

(A) 12 meses.
(B) 06 meses.
(C) 24 meses.
(D) 36 meses.
(E) 18 meses.

QUESTÃO 35

Os veículos automotores e ônibus elétricos deverão estar dotados, dentre outros, dos seguintes equipamentos obrigatórios, EXCETO

(A) lavador de pára-brisa.
(B) lanterna de freio de cor vermelha.
(C) protetores das rodas traseiras dos caminhões.
(D) encosto de cabeça, em todos os assentos dos automóveis, inclusive nos centrais.
(E) extintor de incêndio.

QUESTÃO 36

Ao perceber que à frente tem um declive acentuado o condutor defensivo deve

(A) desengrenar e frear o veículo para uma descida segura.
(B) danter a velocidade constante e engrenar o veículo em uma marcha de maior aceleração.
(C) desligar o motor para economizar combustível e evitar uma maior poluição atmosférica.
(D) testar os freios e manter o câmbio engatado em uma marcha reduzida durante a descida.
(E) testar os freios e manter o câmbio em posição neutra.

QUESTÃO 37

Em um acidente de trânsito na rodovia com pista molhada pela chuva, em um trecho de linha reta, a sinalização deve ser iniciada a uma distância de

(A) 200 passos longos.
(B) 100 passos longos.
(C) 120 passos longos.
(D) 200 passos normais.
(E) 80 passos normais.

QUESTÃO 38

Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta. O extintor do tipo _____ é recomendado para apagar o fogo em combustíveis, sistemas elétricos, componentes de tapeçaria, painéis, bancos e na carroçaria de um veículo.

(A) AB
(B) BC
(C) AC
(D) ABD
(E) ABC

QUESTÃO 39

Os pneus de um veículo devem possuir sulcos com profundidade de no mínimo:

(A) 1,2 milímetros.
(B) 1,6 milímetros.
(C) 2,0 centímetros.
(D) 0,8 centímetros.
(E) 3,0 milímetros.

QUESTÃO 40

O TACÔMETRO, que em regra é localizado no painel de um veículo, tem a função de:

(A) indicar a distribuição de óleo no motor.
(B) mostrar a carga da bateria.
(C) indicar a rotação do motor.
(D) registrar a distância percorrida.
(E) indicar o consumo médio de combustível.

CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
EDITAL 12

Agente de Fiscalização de Trânsito / 2ª classe — AFTR

INSTRUÇÕES GERAIS

- Você recebeu do fiscal:
  - Um ***caderno de questões*** contendo 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha;
  - Um ***cartão de respostas*** personalizado para a Prova Objetiva;
- **É responsabilidade do candidato certificar-se de que o nome do cargo/especialidade e código informado nesta capa de prova corresponde ao cargo/especialidade e código informado em seu *cartão de respostas*.**
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no ***caderno de questões*** se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Você dispõe de 3 (três) horas para fazer a Prova Objetiva. Faça-as com tranqüilidade, mas ***controle o seu tempo***. Este ***tempo*** inclui a marcação do ***cartão de respostas*** .
- **Não** será permitido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no ***cartão de respostas***.
- Após o início da prova, será efetuada a coleta da impressão digital de cada candidato (Edital 02/2008 – Item 8.9 alínea a).
- Somente após decorrida uma hora do início das provas, o candidato poderá entregar o seu ***caderno de questões*** e o seu ***cartão de respostas*** e retirar-se da sala de prova (Edital 02/2008 – Item 8.9 alínea c).
- Somente será permitido levar o seu ***caderno de questões*** faltando 60 (sessenta) minutos para o término do horário estabelecido para o fim da prova, desde que permaneça em sala até este momento (Edital 02/2008 – Item 8.9 alínea d).
- Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal o ***cartão de respostas*** da Prova Objetiva devidamente ***assinado***.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do ***responsável pelo local.***

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no ***cartão de respostas***. Solicite ao fiscal para efetuar as correções na Ata de Aplicação de Prova.
- Leia atentamente cada questão e assinale no ***cartão de respostas*** a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O ***cartão de respostas*** **NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no ***cartão de respostas*** é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:

CRONOGRAMA PREVISTO		
ATIVIDADE	**DATA**	**LOCAL**
Divulgação do gabarito - Prova Objetiva (PO)	14/04/2008	www.nce.ufrj.br/concursos
Interposição de recursos contra o gabarito (RG) da PO	15 e 16/04/2008	www.nce.ufrj.br/concursos Fax: (21) 2598-3300
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra os RG da PO e o resultado final das PO	28/04/2008	www.nce.ufrj.br/concursos
Demais atividades consultar Manual do Candidato ou pelo endereço eletrônico www.nce.ufrj.br/concursos		

Organização: NÚCLEO DE COMPUTAÇÃO ELETRÔNICA – Universidade Federal do Rio de Janeiro

www.pciconcursos.com.br

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO – TRABALHO INFANTIL

Pela primeira vez, o Brasil teve conhecimento de um dado dos mais preocupantes sobre o trabalho infantil no Brasil: 273 mil crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos sofreram acidentes ou doenças causadas pelo trabalho em 2006. A informação foi divulgada ontem pelo IBGE, ao traçar uma radiografia das características do trabalho infantil no Brasil. Ao todo, há 5,1 milhões de brasileiros entre 5 e 17 anos trabalhando. Na faixa etária de 5 a 13 anos, na qual o trabalho de qualquer espécie é ilegal, pois nessa idade sequer a criança pode ser aprendiz, há 1,4 milhão no mercado de trabalho.

O número de acidentes com crianças impressiona quando comparado com o dos adultos: foram 404 mil acidentados num universo de mais de 20 milhões de profissionais com carteira assinada em 2006.

(....) Pelos dados do IBGE, a maior incidência de acidentes é no trabalho agrícola, entre os meninos e na faixa etária de 14 a 17 anos. O Maranhão é o estado que mais registrou acidentes: foram 40 mil feridos, com 12,2% da população infantil trabalhadora acidentada em 2006.

- A tendência que mostra uma pequena redução no trabalho infantil não nos satisfaz de modo algum – afirmou Ana Lígia Gomes, secretária Nacional de Assistência Social, em referência ao recuo, de 5,4 milhões para 5,1 milhões, no número de crianças trabalhando entre 2005 e 2006.

1. O título dado ao texto – *trabalho infantil* -, segundo o conteúdo central do texto, poderia ser adequadamente substituído por:

(A) Acidentes no trabalho infantil;
(B) Trabalho infantil em crise;
(C) Estatística favorável no trabalho infantil;
(D) Trabalho infantil é reduzido por doenças;
(E) Brasil condena trabalho infantil.

2. Na frase "sofreram acidentes ou doenças causadas pelo trabalho", explica-se a concordância do adjetivo *causadas* porque:

(A) o adjetivo só se refere ao segundo substantivo;
(B) o adjetivo concorda somente com o substantivo mais próximo;
(C) o adjetivo concorda com o substantivo mais distante;
(D) o adjetivo concorda com o plural dos dois substantivos;
(E) o adjetivo só se refere ao primeiro substantivo.

3. "Pela primeira vez, o Brasil teve conhecimento de um dado dos mais preocupantes sobre o trabalho infantil no Brasil"; se reescrevêssemos esse segmento do texto com a preocupação de evitar-se a repetição do vocábulo *Brasil*, a forma **inadequada** da frase seria:

(A) Pela primeira vez, o Brasil teve conhecimento de um dado dos mais preocupantes sobre o trabalho infantil no país;
(B) Pela primeira vez, os brasileiros tiveram conhecimento de um dado dos mais preocupantes sobre o trabalho infantil no Brasil;
(C) Pela primeira vez, o Brasil teve conhecimento de um dado dos mais preocupantes sobre o trabalho infantil entre nós;
(D) Pela primeira vez, o Brasil teve conhecimento, no nosso país, de um dos dados mais preocupantes sobre o trabalho infantil;
(E) Pela primeira vez, o país teve conhecimento, sobre o trabalho infantil no Brasil, de um dos dados mais preocupantes.

4. "A informação foi divulgada ontem pelo IBGE"; a forma da mesma frase, na voz ativa, é:

(A) Divulgou-se ontem a informação pelo IBGE;
(B) O IBGE divulgou ontem a informação;
(C) A informação divulgada ontem pelo IBGE;
(D) O IBGE divulgara ontem a informação;
(E) A informação, o IBGE a divulgava ontem.

5. "ao traçar uma radiografia das características do trabalho infantil no Brasil"; ao dizer que se faz "uma radiografia" do trabalho infantil no Brasil, o autor do texto quer dizer que esse trabalho tem as seguintes características:

(A) precisão e superficialidade;
(B) superficialidade e correção;
(C) correção e atualidade;
(D) atualidade e profundidade;
(E) profundidade e precisão.

Organização: Núcleo de Computação Eletrônica
www.pciconcursos.com.br

6. "Ao todo, há 5,1 milhões de brasileiros entre 5 e 17 anos trabalhando. Na faixa etária de 5 a 13 anos, na qual o trabalho de qualquer espécie é ilegal, pois nessa idade sequer a criança pode ser aprendiz, há 1,4 milhão no mercado de trabalho"; deduz-se dessas informações trazidas pelo texto que:

(A) no Brasil, a grande maioria do trabalho infantil é ilegal;
(B) a fiscalização sobre a ilegalidade no trabalho infantil ficou eficiente;
(C) o trabalho infantil é legal quando a criança tem a condição de aprendiz;
(D) a categoria de aprendiz só abrange adolescentes após os 17 anos;
(E) as crianças não têm capacidade de aprender entre 5 e 13 anos.

7. "há 1,4 milhão no mercado de trabalho"; o emprego da forma *milhão*, nesse segmento do texto, é considerado:

(A) incorreto, pois se trata de uma quantidade superior a 1 milhão;
(B) incorreto, pois o algarismo após a vírgula mostra a necessidade da forma *milhões*;
(C) incorreto, já que a forma *milhões* é a única forma possível, pois se trata de uma quantidade representativa de grande número;
(D) correto, visto que se trata de apenas uma unidade de milhão;
(E) correto, dado que a forma *milhão* concorda com o algarismo 4.

8. Segundo o texto, o número de acidentes com crianças impressiona porque:

(A) é proporcionalmente muito maior que o dos trabalhadores adultos;
(B) é bem menor do que o dos trabalhadores com carteira assinada;
(C) só são registrados os acidentes com trabalhadores adultos;
(D) as crianças, por não terem carteira assinada, não têm indenização;
(E) elas são muitas vezes responsáveis pelo sustento familiar.

9. *Acidentes* e *incidentes* são parônimos, ou seja, palavras de forma semelhante com significados diferentes. A frase em que houve **erro**, pela má opção de uma forma é:

(A) A injustiça com a criança trabalhadora é *flagrante*;
(B) O número de acidentes com crianças no trabalho é *imoral*;
(C) A permissão para que crianças trabalhassem foi *caçada*;
(D) A *descrição* dos males trazidos pelo trabalho infantil é imenso;
(E) Os adultos pretendem *infringir* a lei que controla o trabalho infantil.

10. "Pelos dados do IBGE..."; a forma **inadequada** desse mesmo segmento do texto é:

(A) De acordo com os dados do IBGE;
(B) Segundo os dados do IBGE;
(C) Conforme os dados do IBGE;
(D) Apesar dos dados do IBGE;
(E) Em conformidade com os dados do IBGE.

11. A mensagem básica do texto é a de que:

(A) o trabalho infantil no Brasil deve ser combatido em qualquer circunstância;
(B) a fiscalização do trabalho infantil no Brasil é falha e corrupta e, por isso, deve ser substituída;
(C) as pesquisas mostram as deficiências do trabalho infantil no Brasil, daí a necessidade de seu aprimoramento;
(D) o trabalho infantil deve espelhar-se nas regras do trabalho adulto, pois, assim, todos terão carteira assinada;
(E) é alarmante o número de acidentes no trabalho infantil, daí a urgente necessidade de tratar do problema.

12. "Pelos dados do IBGE, a maior incidência de acidentes é no trabalho agrícola, entre os meninos e na faixa de 14 a 17 anos"; segundo esse segmento do texto, portanto:

(A) só os meninos se acidentam no trabalho agrícola;
(B) as meninas são minoria no trabalho agrícola;
(C) no trabalho agrícola parece haver mais insegurança;
(D) fora do trabalho agrícola, os meninos não se acidentam;
(E) os acidentes ocorrem somente com meninos entre 14 e 17 anos.

Organização: Núcleo de Computação Eletrônica
www.pciconcursos.com.br

13. A frase do texto em que ocorre um exemplo de comparativo ou superlativo de um adjetivo é:

(A) "o Brasil teve conhecimento de um dado dos mais preocupantes";
(B) "foram 404 mil acidentados num universo de mais de 20 milhões";
(C) "a maior incidência de acidentes é no trabalho agrícola";
(D) "o Maranhão é o estado que mais registrou acidentes";
(E) "O número de acidentes com crianças impressiona".

14. Junto ao texto da reportagem do jornal *O Globo*, há uma série de títulos e manchetes alusivos à reportagem;o título que apresenta uma relação mais direta com o conteúdo global da reportagem é:

(A) 37% das crianças se feriram duas vezes;
(B) atividade agrícola oferece mais riscos;
(C) crianças são mais vulneráveis a doenças e acidentes;
(D) há 5,1 milhões no trabalho infantil;
(E) menores preferem estudar a trabalhar.

15. "Pelos dados do IBGE, a maior incidência de acidentes é no trabalho agrícola"; a forma de reescrever-se essa frase do texto que altera o seu sentido original é:

(A) a maior incidência de acidentes, pelos dados do IBGE, é no trabalho agrícola;
(B) é no trabalho agrícola, pelos dados do IBGE, a maior incidência de acidentes;
(C) Pelos dados do IBGE, é no trabalho agrícola a maior incidência de acidentes;
(D) o IBGE, pelos dados que possui, mostra que a maior incidência de acidentes é no trabalho agrícola;
(E) pelos dados do trabalho agrícola no IBGE, vê-se que aí ocorre a maior incidência de acidentes.

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

16. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição, dentre outras, as seguintes ações:

I - Implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário.
II - Executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste Código, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;
III - Aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código de Trânsito Brasileiro, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;
IV - Fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar.

Estão corretas as afirmativas:

(A) I e II, apenas;
(B) I, II e III, apenas;
(C) I, III e IV, apenas;
(D) II, III e IV, apenas;
(E) I, II, III e IV.

17. Em relação à sinalização destinada a condutores e pedestres e demais sinalizações e equipamentos que podem prejudicar a atenção do condutor **não** é correto afirmar que:

(A) sempre que necessário, será colocada ao longo da via, sinalização prevista no Código de Trânsito Brasileiro e em legislação complementar, destinada a condutores e pedestres, vedada a utilização de qualquer outra;
(B) a sinalização será colocada em posição e condições que a tornem perfeitamente visível e legível durante o dia e a noite, em distância compatível com a segurança do trânsito, conforme normas e especificações do CONTRAN;
(C) nas vias públicas e nos imóveis é proibido colocar luzes, publicidade, inscrições, vegetação e mobiliário que possam gerar confusão, interferir na visibilidade da sinalização e comprometer a segurança do trânsito;
(D) o órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via não pode retirar qualquer elemento que prejudique a visibilidade da sinalização viária e a segurança do trânsito; nessas circunstâncias, o órgão deve pedir ao responsável pela colocação de tal elemento a imediata retirada do mesmo;
(E) é proibido afixar sobre a sinalização de trânsito e respectivos suportes, ou junto a ambos, qualquer tipo de publicidade, inscrições, legendas e símbolos que não se relacionem com a mensagem da sinalização.

Organização: Núcleo de Computação Eletrônica
www.pciconcursos.com.br

18. Se o condutor permite que seu veículo fique imobilizado na via por falta de combustível, a natureza da infração, a penalidade e a medida administrativa correspondentes são:

(A) infração – média, penalidade – multa, medida administrativa – remoção do veículo;
(B) infração – grave, penalidade – multa e apreensão do veículo, medida administrativa – recolhimento do documento de habilitação;
(C) infração – média, penalidade – multa, medida administrativa – nenhuma;
(D) infração – leve, penalidade – advertência, medida administrativa – remoção do veículo;
(E) infração – gravíssima, penalidade – apreensão do veículo, medida administrativa – recolhimento do documento de habilitação.

19. Em relação às infrações e penalidades por ultrapassagens **não** é correto afirmar que:

(A) ultrapassar pela direita veículo de transporte coletivo ou de escolares, parado para embarque ou desembarque de passageiros, salvo quando houver refúgio de segurança para o pedestre constitui infração gravíssima cuja penalidade é a multa;
(B) ultrapassar outro veículo pelo acostamento ou em interseções e passagens de nível constitui infração média cuja penalidade é a advertência;
(C) ultrapassar pela contramão outro veículo nas curvas, aclives e declives, sem visibilidade suficiente constitui infração gravíssima cuja penalidade é a multa;
(D) executar operação de retorno em locais proibidos pela sinalização constitui infração gravíssima cuja penalidade é a multa;
(E) executar operação de conversão à direita ou à esquerda em locais proibidos pela sinalização constitui infração grave cuja penalidade é a multa.

20. O ato de bloquear a via com veículo constitui infração _____ cuja penalidade é _____ e a devida medida administrativa é a _____. As lacunas são corretamente preenchidas respectivamente por:

(A) grave – multa – retenção do documento de habilitação;
(B) gravíssima – multa – advertência;
(C) gravíssima – multa e apreensão do veículo – remoção do veículo;
(D) leve – multa – advertência;
(E) média – multa – remoção do veículo.

21. As infrações de natureza gravíssima são punidas com multa de valor correspondente à seguinte quantidade de UFIR:

(A) 80;
(B) 100;
(C) 120;
(D) 180;
(E) 200.

22. Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, desde que resulte dano potencial à incolumidade pública ou privada, implica nas seguintes penas:

I - Detenção, de seis meses a dois anos.
II - Multa.
III - Suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Está(ão) correta(s) a(s) pena(s):

(A) II, somente;
(B) I e II, somente;
(C) I e III, somente;
(D) II e III, somente;
(E) I, II e III.

23. O item a seguir que não define corretamente o respectivo conceito é:

(A) estrada - via rural pavimentada;
(B) conversão - movimento em ângulo, à esquerda ou à direita, de mudança da direção original do veículo;
(C) ilha - obstáculo físico, colocado na pista de rolamento, destinado à ordenação dos fluxos de trânsito em uma interseção;
(D) parada - imobilização do veículo com a finalidade e pelo tempo estritamente necessário para efetuar embarque ou desembarque de passageiros;
(E) transposição de faixas - passagem de um veículo de uma faixa demarcada para outra.

Organização: Núcleo de Computação Eletrônica
www.pciconcursos.com.br

24. O sinal de regulamentação

significa:

(A) proibido virar à direita;
(B) proibido mudar de faixa ou pista de trânsito da esquerda para a direita;
(C) sentido proibido;
(D) proibido retornar à direita;
(E) proibido para no acostamento.

25. O sinal de advertência

significa:

(A) curva sinuosa à esquerda;
(B) curva em "S" à esquerda;
(C) curva acentuada em "S" à esquerda;
(D) pista sinuosa à esquerda;
(E) pista sinuosa á frente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Os princípios a serem seguidos para o relacionamento e a convivência social no transito são, **exceto:**

(A) a dignidade da pessoa humana, da qual derivam os valores e atitudes para o convívio social;
(B) a igualdade dos direitos, da qual decorre a necessidade de considerar as diferenças entre as pessoas, o que fundamenta a solidariedade;
(C) o principio da mobilização, que fundamenta o envolvimento da sociedade para avaliar os problemas do trânsito e suas conseqüências;
(D) a co-responsabilidade pela vida social, que estimula a formação de atitudes em relação à segurança do trânsito e ao direito de mobilidade dos cidadãos;
(E) a valorização da liberdade individual, que garante ao usuário o direito de estabelecer procedimentos isolados para garantir o seu direito de mobilidade.

27. Seguindo os princípios da direção defensiva, ao realizar uma viagem você deve adotar os seguintes procedimentos **com exceção de um.** Assinale-o:

(A) mantenha a posição correta do banco para aumentar a sua segurança e evitar o seu desgaste físico;
(B) realize a ultrapassagem somente no momento em que surgirem as condições de realizá-la com segurança;
(C) use o acostamento em situações de emergência e para ultrapassar os veículos mais lentos que obstruem a pista de rolamento;
(D) dirija com atenção e mantenha uma distância segura em relação ao carro da frente;
(E) observe alternadamente as informações do painel, os espelhos retrovisores e a movimentação dos veículos do seu entorno.

28. Algumas condições naturais afetam as condições de trânsito e criam problemas para quem dirige. Sobre essas condições e o procedimento a ser adotado é correto afirmar:

(A) chuva intensa/pista escorregadia – reduzir a velocidade e redobrar a atenção;
(B) neblina densa/menor visibilidade – manter o farol alto e "colar"no veículo da frente;
(C) ventos fortes/perda da estabilidade – cerrar os vidros e aumentar a velocidade;
(D) penumbra na passagem do final da tarde para o início da noite/visibilidade – manter o pisca/alerta ligado;
(E) a luz do Sol "bate na cara"/ofuscamento – manter a velocidade constante.

29. O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedece, entre outras, às seguintes normas, **exceto:**

(A) a circulação é feita pelo lado esquerdo da via, admitindo-se as exceções devidamente sinalizadas;
(B) o condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos;
(C) quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado, terá preferência de passagem, no caso de rotatória, aquele que estiver circulando por ela;
(D) quando uma pista de rolamento comportar várias faixas de circulação no mesmo sentido, são as da direita destinadas ao deslocamento dos veículos mais lentos e de maior porte, quando não houver faixa especial a eles destinada, e as da esquerda, destinadas à ultrapassagem e ao deslocamento dos veículos de maior velocidade;
(E) os veículos precedidos de batedores terão prioridade de passagem, respeitadas as demais normas de circulação.

Organização: Núcleo de Computação Eletrônica
www.pciconcursos.com.br

30. Todo condutor deve, antes de efetuar uma ultrapassagem, certificar-se de que:

I - nenhum condutor que venha atrás haja começado uma manobra para ultrapassá-lo.
II - Quem o precede na mesma faixa de trânsito não haja indicado o propósito de ultrapassar um terceiro.
III - A faixa de trânsito que vai tomar esteja livre numa extensão suficiente para que sua manobra não ponha em perigo ou obstrua o trânsito que venha em sentido contrário.

Está correto o que se afirma em:

(A) I, apenas;
(B) I e II, apenas;
(C) I e III, apenas;
(D) II e III, apenas;
(E) I, II e III.

31. Um condutor está circulando pela faixa da esquerda e percebe que outro que o segue tem o propósito de ultrapassá-lo. O condutor deve:

(A) manter-se na faixa em que está e acelerar;
(B) deslocar-se para a faixa da direita, sem acelerar a marcha;
(C) deslocar-se para a faixa da direita, acelerando a marcha;
(D) manter-se na faixa em que está e reduzir imediatamente a marcha;
(E) manter-se na faixa da esquerda, sinalizar para que o outro o ultrapasse pela direita e acelerar a marcha.

32. Em relação às normas gerais de circulação e conduta, avalie as afirmativas a seguir:

I - Nas interseções e suas proximidades, o condutor deve efetuar ultrapassagem com cuidado.
II - Nas vias providas de acostamento, a conversão à esquerda e a operação de retorno deverão ser feitas nos locais apropriados e, onde estes não existirem, o condutor deverá aguardar no acostamento, à direita, para cruzar a pista com segurança.
III - O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade.
IV - Antes de entrar à direita ou à esquerda, em outra via, o condutor deverá, ao sair da via pelo lado direito, aproximar-se o máximo possível do bordo direito da pista e executar sua manobra no menor espaço possível.

Estão corretas as afirmativas:

(A) II e III, apenas;
(B) I, II e III, apenas;
(C) I, III e IV, apenas;
(D) II, III e IV, apenas;
(E) I, II, III e IV.

33. As velocidades máximas permitidas indicadas a seguir estão corretas para vias onde não há sinalização regulamentadora, **exceto uma**. Assinale-a.

(A) oitenta quilômetros por hora, nas vias urbanas de trânsito rápido;
(B) sessenta quilômetros por hora, nas vias urbanas arteriais;
(C) cem quilômetros por hora para automóveis nas estradas;
(D) oitenta quilômetros por hora para caminhões nas rodovias;
(E) noventa quilômetros por hora, para ônibus e microônibus nas rodovias.

34. O sinal de regulamentação

significa:

(A) bifurcação adiante;
(B) proibido retornar;
(C) via interrompida adiante;
(D) dê a preferência;
(E) atenção, reparos na pista adiante.

35. O sinal de regulamentação

indica:

(A) peso máximo permitido por eixo;
(B) altura máxima permitida;
(C) largura máxima permitida;
(D) peso máximo total permitido;
(E) comprimento total permitido.

Organização: Núcleo de Computação Eletrônica
www.pciconcursos.com.br

36. Primeiros Socorros são as primeiras providências tomadas no local do acidente. É o atendimento inicial e temporário, até a chegada de um socorro profissional. Essas providências são:

I – Fazer uma rápida avaliação da vítima.
II - Aliviar as condições que ameacem a vida ou que possam agravar o quadro da vítima, com a utilização de
técnicas simples.
III - Acionar corretamente um serviço de emergência local.

Está correto o que se afirma em:

(A) III, apenas;
(B) I e II, apenas;
(C) I e III, apenas;
(D) II e III, apenas;
(E) I, II e III.

37. Todo cidadão ou entidade civil tem o direito de solicitar, por escrito, aos órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito:

(A) sinalização;
(B) fiscalização;
(C) mudança dos nomes das vias públicas;
(D) implantação de equipamentos de segurança;
(E) alterações na legislação.

38. São ações simples de manutenção e uso de veículos que ajudam a proteger o meio ambiente:

I – Fazer revisão periódica.
II – Manter o acelerador levemente pressionado quando o veículo estiver parado.
III - Lavar o veículo a cada dois dias, com muita água, para que ele esteja sempre limpo.
IV – Buzinar rapidamente, quando o semáforo abrir, para alertar imediatamente os veículos que estão à frente para que se movimentem.
V – Recolher e acondicionar adequadamente todo o lixo produzido no interior do veículo e jogá-lo em caixas coletoras (lixeiras).

Estão corretas as afirmativas:

(A) II e III, apenas;
(B) I e V, apenas;
(C) I, II, III e V, apenas;
(D) II, IV e V, apenas;
(E) I, III e V, apenas.

39. O sinal de regulamentação

significa:

(A) ultrapasse somente pela direita;
(B) conserve-se à direita;
(C) estacione apenas à direita;
(D) mantenha-se no acostamento;
(E) retorne pela direita.

40. O sinal de regulamentação

significa:

(A) circulação exclusiva de ônibus;
(B) prioridade para coletivos;
(C) atenção: ônibus trafegando;
(D) mantenha distância de coletivos;
(E) cuidado: circulação de veículos escolares.

Organização: Núcleo de Computação Eletrônica
www.pciconcursos.com.br

CONHECIMENTOS BÁSICOS

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE **01** A **10**, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA QUE RESPONDE CORRETAMENTE AO ENUNCIADO.

LÍNGUA PORTUGUESA

LEIA O TEXTO ABAIXO PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES NUMERADAS DE **01** A **04**.

Um dos vídeos de maior sucesso do momento no You Tube não tem conteúdo de humor, nudez de celebridades nem cenas de violência. Chama-se *Web 2.0... The Machine is Us/ing Us* (um trocadilho para dizer que nós somos a máquina e que ela está nos usando). O vídeo teve 2,5 milhões de acessos em três meses, apesar de abordar um tema bem mais árido: a escrita na era digital. Ou seja, a influência da Internet na forma como estamos lendo e escrevendo. Essa é apenas uma das medidas do interesse que o assunto vem despertando em pais e educadores. As crianças de hoje nascem imersas nesse mundo. Logo, já não se trata apenas de fazer redações escolares com começo, meio e fim. Elas agora estão ficando craques em lidar com o hipertexto, o sistema de informação que inclui textos, fotos, áudio e vídeos, com infinitas possibilidades de navegação. E tudo isso ali, à distância de um clique. (...)

(O computador não educa, ensina - Revista Veja, maio, 2007, Texto adaptado.)

01. Em relação àquilo que faz sucesso, a leitura atenta do texto acima nos mostra que está ocorrendo uma mudança no gosto dos adultos e dos jovens de hoje. Isso se revela com mais evidência na seguinte passagem do texto:

A) "...You Tube não tem conteúdo de humor, nudez de celebridades nem cenas de violência."
B) "... um trocadilho para dizer que nós somos a máquina e que ela está nos usando."
C) "... a influência da Internet na forma como estamos lendo e escrevendo."
D) "As crianças de hoje nascem imersas nesse mundo."

02. A respeito dos elementos que fazem parte do texto, avalie as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:

A) O texto apresenta, predominantemente, características textuais do tipo dissertativo-argumentativo.
B) No contexto em que se apresenta, a palavra grifada no trecho "... com **infinitas** possibilidades de navegação." aceitaria como sinônimo a palavra **limitadas**.
C) A frase: "As crianças de hoje nascem imersas nesse mundo." tem sentido denotativo.
D) O sinal de pontuação empregado em: "... um tema bem mais árido: a escrita na era digital." tem como finalidade introduzir um vocativo.

www.pciconcursos.com.br

03. Com base na estrutura lingüística do texto lido, assinale a única informação correta entre as alternativas a seguir:

A) Em: "**As crianças** de hoje nascem imersas nesse mundo." o termo em destaque é sujeito composto expresso pelo plural.
B) Em: "... o assunto **vem despertando** em pais e educadores." a forma verbal expressa um fato prestes a acontecer.
C) Em: "... **nós** somos a máquina ..." o pronome em destaque é um pessoal da primeira pessoa e constitui o sujeito do verbo ser.
D) Em: "**Logo**, já não se trata apenas de fazer redações escolares ..." o elemento coesivo em destaque estabelece, no texto, uma relação de tempo com o que foi dito anteriormente.

04. Em: "... não tem conteúdo de humor, nudez de celebridades **nem** cenas de violência." o termo negritado tem, com a frase, uma relação de:

A) adversidade.
B) adição.
C) alternância.
D) conclusão.

www.pciconcursos.com.br

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

05. No ambiente Windows XP, é possível alterar a data e a hora do computador, definir um protetor de tela, exibir as impressoras instaladas no sistema, adicionar e excluir fontes no sistema, adicionar um novo hardware ao sistema, enfim, uma série de procedimentos necessários, muitas vezes para personalizar o ambiente de trabalho. Para realizar essas funcionalidades, podemos utilizar o:

A) Outlook Express.
B) Painel de Controle.
C) Windows Upgrade.
D) Windows Configure.

06. Navegando na Internet por meio do Internet Explorer, é possível encontrar diversos *sites* em que haja interesse de acessar facilmente, no futuro. Uma das formas para que o endereço do *site* possa ser guardado no *browser* para futuro acesso é:

A) adicionar a página à lista de *pop-ups*.
B) configurar a página como *proxy* principal.
C) configurar a página como *cookie*.
D) adicionar a página à barra de *links*.

www.pciconcursos.com.br

MATEMÁTICA

07. Uma ponte foi construída em **48** dias por **25** homens, trabalhando-se **6** horas por dia. Se o número de homens fosse aumentado em **20%** e a carga horária de trabalho em **2** horas por dia, esta ponte seria construída em:

A) 24 dias
B) 30 dias
C) 36 dias
D) 40 dias

08. Um automóvel consome **0,1** litros de combustível por quilômetro rodado. No painel, o motorista observa que o marcador de combustível indica que ainda restam $\frac{3}{4}$ do tanque, cuja capacidade é de **48** litros. Nestas condições, este carro poderá percorrer ainda:

A) 240 km
B) 280 km
C) 300 km
D) 360 km

09. A prefeitura de um município adquiriu um terreno de formato retangular, de dimensões **60 m** por **90 m**, com vistas à construção de uma escola. Se a área reservada às salas de aulas corresponde a **60%** da área total, a área restante, que servirá para as demais dependências e atividades desta escola, deverá ser de:

A) 2.160 m^2
B) 2.480 m^2
C) 3.240 m^2
D) 3.360 m^2

10. Uma casa popular que custava **R$ 18.000,00** a vista, foi adquirida dando-se **60%** de entrada e o restante financiado em **24** parcelas mensais, a uma taxa de **2%** ao mês de juros simples. O valor da parcela mensal foi de:

A) R$ 620,00
B) R$ 540,00
C) R$ 444,00
D) R$ 144,00

www.pciconcursos.com.br

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE **11** A **25**, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA QUE RESPONDE CORRETAMENTE AO ENUNCIADO.

11. A diferença entre via local e via secundária é:

A) **via local** é a via pela qual os veículos devem ter prioridade de trânsito desde que devidamente sinalizadas **/ via secundária** é a via destinada apenas ao acesso às áreas restritas.
B) **via local** é a via destinada apenas ao acesso às áreas restritas **/ via secundária** é aquela destinada a interceptar, coletar e distribuir o trânsito em demanda às vias de trânsito rápido ou preferenciais, destas saído.
C) **via local** é a via que se destina a coletar e distribuir o trânsito em determinado local, a fim de facilitar o fluxo do trânsito **/ via secundária** é a via utilizada para o escoamento do trânsito quando ocorre "engarrafamento" em uma via local.
D) apenas em relação à localização da via e sua proximidade de uma via principal, ou seja, a mais próxima é uma **via local** e a imediatamente após é uma **via secundária.**

12. Em rodovias onde não existir sinalização indicadora, a velocidade máxima permitida para ônibus e microônibus é:

A) 60 quilômetros por hora.
B) 80 quilômetros por hora.
C) 90 quilômetros por hora.
D) 110 quilômetros por hora.

13. Para cruzar a pista numa rodovia onde não há local determinado para retorno, ou para entrar à esquerda, o condutor deverá aguardar parando:

A) no centro da pista, ao lado da faixa divisória.
B) à esquerda da pista.
C) no centro da pista, sobre a faixa divisória.
D) no acostamento, à direita.

14. Um veículo trafegando por uma avenida, passa sobre uma poça d'água molhando as pessoas que estão na calçada. O Agente de Trânsito deve considerar o fato como:

A) ocorrência, isenta de punição, pois o condutor não tem culpa da existência da poça d'água.
B) infração média, sujeita a multa.
C) infração leve, sujeita a advertência verbal.
D) infração grave, sujeita a multa e apreensão do veículo.

15. Nas vias onde a velocidade máxima permitida é definida pela sinalização, considerando normais tanto as condições de tráfego, como as condições meteorológicas no local, é correto afirmar sobre a velocidade mínima:

A) é definida somente para veículos de carga, a fim de evitar a obstrução e o retardamento do trânsito.
B) não poderá ser inferior à metade da velocidade máxima permitida no local.
C) fica a critério do condutor.
D) deverá ser inferior à metade da velocidade máxima permitida no local.

www.pciconcursos.com.br

16. Em relação ao transporte de escolares é correto afirmar:

A) crianças menores de 10 (dez) anos devem ser transportadas no colo do (a) auxiliar do condutor do transporte escolar.
B) crianças menores de 10 (dez) anos, devem ser transportadas no colo do (a) auxiliar do condutor de transporte escolar e nunca no(s) banco(s) da frente.
C) é proibido transportar crianças no colo do condutor ou de outro qualquer passageiro ou auxiliar do condutor de veículo escolar.
D) menores de 10 (dez) anos, desde que, expressamente autorizados pelos pais ou responsáveis, podem ser conduzidos no(s) banco(s) da frente do veículo de transporte escolar, devidamente acompanhados de um adulto.

17. Em condições normais de tráfego, nas vias sinalizadas, estabelecendo a velocidade máxima, transitar com velocidade inferior à permitida para o local é considerado:

A) infração média, sujeito a multa.
B) infração grave, sujeita a multa.
C) infração gravíssima, sujeita a apreensão do veículo.
D) procedimento normal, não sujeito às penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

18. Estacionar o veículo em local e horário proibidos pela sinalização para estacionamento e parada, constitui-se infração:

A) grave, sujeito a multa.
B) gravíssima, sujeito a multa.
C) leve, não sujeita a penalidade.
D) grave, sujeita à multa e remoção do veículo.

19. Analise a seguinte situação:

> "Dois veículos, transitando por fluxos que se cruzam, em local não sinalizado, um circulando por rodovia e outro procedente de via à margem da rodovia, quase provocam um acidente, pois ambos acharam-se no direito de preferência e, por pouco não colidiram. O Agente de Trânsito, presente no local, interfere no desentendimento entre os dois motoristas."

O Agente de Trânsito deve considerar que:

A) o condutor que trafega pela rodovia tem preferência e o outro é multado por falta grave.
B) o condutor procedente da via à margem da rodovia tem preferência, porque vai entrar numa via de maior movimento. Deste modo, o condutor do veículo que trafega pela rodovia é advertido e multado por falta grave.
C) na falta de sinalização, ambos estão errados. O Agente de Trânsito adverte e libera os condutores dos dois veículos.
D) na falta de sinalização, a preferência é de quem chega primeiro ao cruzamento. O Agente de Trânsito adverte e libera os condutores dos dois veículos.

www.pciconcursos.com.br

20. Se o condutor de veículo aproveitar a oportunidade para livrar-se do "engarrafamento", seguindo um veículo em serviço de urgência que, devidamente identificado por dispositivos luminosos e alarme sonoro, consegue abrir caminho numa via onde o tráfego se faz lentamente, considera-se infração:

A) leve.
B) média.
C) grave.
D) gravíssima.

21. O condutor de veículo que executa operação de retorno nas curvas, aclives, declives, pontes, viadutos e túneis, estará cometendo uma infração:

A) gravíssima, punida com multa.
B) grave, punida com advertência verbal pelo agente de trânsito.
C) média, punida com advertência pelo agente de trânsito.
D) leve, punida com advertência pelo agente de trânsito.

22. A sinalização do Agente de Trânsito prevalece sobre:

A) a sinalização das placas de advertência.
B) a sinalização dos semáforos.
C) as sinalizações dos condutores de veículos.
D) todos os demais tipos de sinalização.

23. O Agente de Trânsito sinaliza com o braço direito estendido em posição horizontal, indicando*:*

A) ordem de parada para os veículos que estão transitando em sentido transversal ao braço do agente.
B) ordem de parada para todos os veículos que estão transitando em sentido longitudinal ao braço do agente.
C) que todos os veículos que estão transitando em sentido transversal ao braço do agente devem aumentar a velocidade.
D) que todos os veículos devem executar conversão à direita.

24. O sinal sonoro (apito) emitido pelo Agente de Trânsito para indicar que o condutor deve parar o veículo é:

A) 1 (um) silvo longo.
B) 2 (dois) silvos breves.
C) 2 (dois) silvos longos.
D) 1 (um) silvo breve.

25. Em local sinalizado permitindo estacionamento, os condutores devem estacionar o veículo obedecendo à distância de:

A) 3 (três) metros do bordo de alinhamento da via transversal.
B) mais de 5 (cinco) metros do bordo de alinhamento da via transversal.
C) menos de 3 (três) do bordo de alinhamento da via transversal.
D) menos de 5 (cinco) metros do bordo de alinhamento da via transversal.

www.pciconcursos.com.br

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1** a **120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto para os itens de 1 a 14

Artigo recentemente publicado na revista **Science** revela que a mudança climática prejudicará, nos próximos 20 anos, a produtividade de culturas importantes para a alimentação humana em algumas das áreas mais pobres da Terra. Os pesquisadores estudaram doze regiões onde, de acordo com a Organização das Nações Unidas, vive a maior parte da população desnutrida do mundo. As áreas abrangem grande parte da Ásia, a África Subsaariana, o Caribe, a América Central e a do Sul e são povoadas por 825 milhões de pessoas desnutridas, 95% do total mundial.

Foram analisados vinte modelos teóricos sobre os efeitos do aquecimento global e concluiu-se que, até 2030, a temperatura média, na maioria dessas regiões, terá aumentado 1 ºC, enquanto as chuvas sazonais, em alguns locais, como no sul da África e no Brasil, poderão diminuir. A redução mais intensa de chuvas é prevista para o sul da África, chegando a 10%. A análise, que combinou dados sobre o clima e tipos de cultivos, revelou que a principal cultura do sul da África, o milho, poderá sofrer perdas de mais de 30% nas próximas duas décadas. No caso do Brasil, as maiores perdas previstas, de 15%, afetariam as culturas de trigo e soja; isso ocorreria no mesmo prazo, mas em proporção menor do que no caso africano. Se governos e organizações internacionais não direcionarem investimentos para adaptarem a produção agrícola à mudança climática, a fome poderá dizimar os que vivem nessas áreas.

O Estado de S.Paulo, 1.º/2/2008, A19 (com adaptações).

Acerca das idéias e dos aspectos lingüísticos do texto acima, julgue os itens a seguir.

1 Infere-se do texto que seres humanos já privados de alimentação adequada poderão sofrer ainda mais com a referida mudança climática.

2 Depreende-se do texto que, nos próximos 20 anos, 5% da população de desnutridos do planeta habitarão as áreas pobres da Europa.

3 De acordo com os modelos teóricos referidos no texto, em 2030, a temperatura do planeta terá subido pelo menos 1 ºC.

4 Infere-se do texto que a seca no Nordeste brasileiro é conseqüência de uma mudança climática decorrente do aquecimento global.

5 De acordo com o texto, o aumento da temperatura e a diminuição das chuvas poderão prejudicar as culturas de milho, trigo ou soja em algumas das áreas avaliadas pelos pesquisadores.

6 Subentende-se da leitura do segundo parágrafo do texto que parte das conseqüências dos danos previstos pelo estudo científico pode ser evitada.

7 No trecho "isso ocorreria no mesmo prazo" (ℓ.22), "isso" diz respeito às perdas em cultivos que poderão ocorrer na agricultura no sul da África.

Considerando o texto precedente, julgue os itens seguintes quanto à correção gramatical.

8 A correção gramatical e o sentido do texto seriam mantidos se o termo "onde" (ℓ.5) fosse substituído por **nas quais**.

9 As palavras "África" (ℓ.8) e "América" (ℓ.9) são acentuadas de acordo com a mesma regra gramatical.

10 As expressões "na maioria dessas regiões" (ℓ.13) e "em alguns locais" (ℓ.14-15) exercem, no texto, a mesma função sintática.

11 A expressão "as chuvas sazonais" (ℓ.14) complementa o sentido da forma verbal "diminuir" (ℓ.15).

12 No trecho "a principal cultura do sul da África, o milho, poderá sofrer" (ℓ.18-19), a correção gramatical seria mantida se a vírgula empregada após o termo "milho" fosse omitida.

13 A correção do texto seria mantida se a expressão "à mudança climática" (ℓ.25) fosse substituída por **à mudanças climáticas**.

14 Na linha 26, o pronome "que" refere-se ao antecedente "os".

www.pciconcursos.com.br

Lembrei-me daquele começo de campanha e do seu esforço para conseguir uma notinha. Você, que nunca foi jornalista, acionou a imprensa como nós todos juntos não conseguimos. No início, cheguei a ouvir: "Mais velho do que a fome só o Betinho". Em pouco tempo, você fez de si novidade e da fome, notícia. Você se impôs e nos pôs a serviço de sua causa.

Algumas pessoas o classificavam como assistencialista, idealista, utópico, querendo dizer que não passava de um sonhador. Como bom mineiro, você ria. Elas não percebiam que você sabia que não ia abolir a fome nem erradicar a miséria. O que queria era tirar o país do conformismo, passar da indignação à ação, mostrar que a fome e a miséria são um escândalo. O que você quis foi derrotar a razão cínica e substituí-la por uma razão ética.

Zuenir Ventura. **Como imaginar que dessa vez era pra valer**? *In*: **Crônicas de um fim de século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999, p. 216 (com adaptações).

Com relação às idéias e aos aspectos gramaticais do texto, julgue os itens que se seguem.

15 No primeiro parágrafo do texto, o autor narra o empenho de uma pessoa para instituir uma campanha de combate à fome e à miséria.

16 No segundo parágrafo do texto, o autor estabelece uma oposição entre dois tipos existentes de "razão".

17 No trecho "para conseguir uma notinha" (ℓ.2), a expressão "uma notinha" complementa o sentido da forma verbal "conseguir".

18 A correção gramatical e o sentido do texto seriam mantidos se, no trecho "você fez de si novidade" (ℓ.5-6), o pronome "si" fosse substituído por **você mesmo**.

19 A correção gramatical e o sentido do texto seriam mantidos se o trecho "Você se impôs" (ℓ.6) fosse substituído por **Se você impôs**.

20 No trecho "Elas não percebiam" (ℓ.10-11), o pronome "Elas" se refere a "Algumas pessoas" (ℓ.8).

Texto para os itens de 21 a 33

Quando era menino, na escola, as professoras me ensinaram que o Brasil estava destinado a um futuro grandioso porque as suas terras estavam cheias de riquezas: ferro, ouro, diamantes, florestas e coisas semelhantes. Ensinaram errado. O que me disseram equivale a predizer que um homem será um grande pintor por ser dono de uma loja de tintas. Todavia, o que faz um quadro não é a tinta: são as idéias que moram na cabeça do pintor. As idéias dançantes na cabeça fazem as tintas dançar sobre a tela.

Por isso, sendo um país tão rico, somos um povo tão pobre. Não sabemos pensar. (...) Minha filha me fez uma pergunta: "O que é pensar?" Disse-me que essa era uma pergunta que o professor de Filosofia havia proposto à classe. Pelo que lhe dou os parabéns. Primeiro, por ter ido diretamente à questão essencial. Segundo, por ter tido a sabedoria de fazer a pergunta, sem dar a resposta. Porque, se tivesse dado a resposta, teria com ela cortado as asas do pensamento.

O pensamento é como a águia que só alça vôo nos espaços vazios do desconhecido. Pensar é voar sobre o que não se sabe. Não existe nada mais fatal para o pensamento que o ensino das respostas certas. Para isto existem as escolas: não para ensinar as respostas, mas para ensinar as perguntas. As respostas nos permitem andar sobre a terra firme, mas somente as perguntas nos permitem entrar pelo mar desconhecido.

Rubem Alves. **Ao professor, com o meu carinho**. São Paulo: Verus Editora, 2004, p. 57-58.

Com referência às idéias e aos aspectos lingüísticos do texto, julgue os próximos itens.

21 De acordo com o texto, o autor discorda do que aprendeu, quando era criança, a respeito de determinados aspectos relacionados ao futuro do Brasil.

22 É correto inferir-se que, para o autor do texto, o desenvolvimento de um país está diretamente relacionado à capacidade de pensar de seu povo.

23 Depreende-se do texto que o referido professor de Filosofia agiu corretamente ao questionar os alunos, sem oferecer a resposta certa.

24 Considerando-se o caráter denotativo da linguagem empregada pelo autor, infere-se do texto que as pessoas só aprendem a pensar adequadamente se puderem entrar no mar.

25 O texto caracteriza-se como texto científico devido ao uso de dados comprovados e ao excesso de trechos descritivos.

26 Na linha 7, o termo "Todavia" exprime oposição em relação à idéia apresentada na oração anterior.

www.pciconcursos.com.br

Acerca dos aspectos gramaticais do texto anterior, julgue os itens a seguir.

27 A correção gramatical do texto seria mantida se a forma verbal "fazem" (ℓ.9) fosse substituída por **faz**.

28 A correção gramatical e o sentido do texto seriam mantidos se o trecho "Não sabemos pensar" (ℓ.11) fosse substituído por **Nós não sabemos pensar**.

29 No trecho "o professor de Filosofia havia proposto" (ℓ.13), "havia" está empregado de forma impessoal.

30 A correção gramatical do texto seria mantida se a expressão "à questão" (ℓ.15) fosse substituída por **a questão**.

31 No trecho "se tivesse dado a resposta, teria com ela cortado as asas do pensamento" (ℓ.16-18), o pronome "ela" refere-se ao termo "a resposta".

32 As expressões "as escolas" (ℓ. 22-23) e "as respostas" (ℓ.23) exercem a mesma função sintática.

33 Na linha 25, é facultativo o emprego da vírgula antes do termo "mas".

Se era inteligente, não sabia. Ser ou não inteligente dependia da instabilidade dos outros. Às vezes, o que ele dizia despertava de repente nos adultos um olhar satisfeito e astuto. Satisfeito, por guardarem em segredo o fato de acharem-no inteligente e não o mimarem; astuto, por participarem mais do que ele próprio daquilo que ele dissera. Assim, pois, quando era considerado inteligente, tinha ao mesmo tempo a inquieta sensação de inconsciência: alguma coisa lhe havia escapado. A chave de sua inteligência também lhe escapava. Pois às vezes, procurando imitar a si mesmo, (...) ao repetir uma frase de sucesso, era recebido pela distração dos outros. Com os olhos pestanejando de curiosidade, no começo de sua miopia, ele se indagava por que uma vez conseguia mover a família, e outra vez não. Sua inteligência era julgada pela falta de disciplina alheia?

Clarice Lispector. **Miopia progressiva**. *In*: **Felicidade clandestina**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 17-18.

Com relação às idéias e aos aspectos gramaticais do texto acima, julgue os itens seguintes.

34 De acordo com o texto, o personagem a quem o fragmento "Se era inteligente, não sabia" (ℓ.1) se refere não tinha convicção de que era inteligente, pois nem sempre havia reação de sua família ao que ele dizia.

35 Subentende-se do texto que o olhar astuto dos adultos expressava os erros que o personagem referente a "ele" (ℓ.2) cometia, mas que eram ignorados por ele mesmo.

36 Nas linhas 3 e 4, a expressão "um olhar satisfeito e astuto" complementa o sentido da forma verbal "despertava".

37 As palavras "inconsciência" (ℓ.8) e "inteligência" (ℓ.9) recebem acento gráfico pela mesma razão.

38 No trecho "a inquieta sensação de inconsciência" (ℓ.8), "inquieta" qualifica a expressão "sensação de inconsciência".

39 No trecho "ele se indagava" (ℓ.13), o termo "se" estabelece uma condição à realização da ação.

40 Nas linhas 13 e 14, a correção gramatical do texto seria mantida se "por que" fosse substituído por **porque**.

Apesar da preocupação mundial com o aquecimento global e com o impacto da produção de biocombustíveis sobre o preço dos alimentos, os governos pouco fazem para incentivar o comércio internacional de combustíveis mais baratos e ambientalmente corretos, segundo especialistas. As tarifas e barreiras comerciais impedem, por exemplo, que o Brasil, líder em competitividade no setor de biocombustíveis, exporte mais etanol de cana.

Na Europa, os produtores de biodísel foram afetados por um aumento nas importações dos Estados Unidos da América (EUA), cujos fabricantes se beneficiam de subsídios pela mistura do produto com o dísel mineral. Para contra-atacar e proteger os seus produtores do biocombustível, a União Européia (UE) pode impor taxas compensatórias. Os produtores de cana brasileiros afirmam que o etanol de cana é mais competitivo do que o produzido com outros produtos agrícolas, além de ter impacto mais limitado sobre os preços alimentícios.

Jornal do Brasil, 17/1/2008, p. A19 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando as diversas implicações do tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

41 Aquecimento global significa aumento da temperatura média do planeta, fenômeno que preocupa especialistas e instituições ambientais.

42 O uso desmedido de combustíveis fósseis, como o petróleo, aumenta os riscos de ampliação do denominado efeito estufa.

43 O Oriente Médio é uma área convulsionada por guerras, invasões e ações terroristas e nele está localizada grande parte das reservas do petróleo consumido no mundo.

44 Apesar de suas vantagens, os chamados biocombustíveis têm maior poder de poluição que o petróleo.

45 A economia globalizada de hoje eliminou as práticas protecionistas porque elas reduzem o volume de comércio mundial.

46 A UE é exemplo de bloco de países de pequena dimensão e que não se envolve com os aspectos econômicos da integração.

47 Os EUA são os maiores produtores no mundo de etanol a partir da cana-de-açúcar.

48 Subsídios são formas de apoio dos governos aos produtores de seu país, normalmente com a redução de impostos.

49 De acordo com o texto, para os produtores brasileiros, o etanol de cana é mais eficiente que o produzido, por exemplo, a partir do milho e do trigo.

50 Para os produtores brasileiros não há dificuldades para exportação do etanol, que ocorre em volume cada vez maior.

www.pciconcursos.com.br

O Ministério da Justiça propôs a elevação da multa por infração de trânsito de R$ 572,40 para R$ 1.575,00. O governo também propôs que sejam criados crimes de trânsito, com pena de prisão, para quem abusar da velocidade, dirigir embriagado e participar de rachas. As propostas fazem parte de uma série de alterações no Código Brasileiro de Trânsito. Uma inovação do projeto é a criação da pena de prestação de serviço à comunidade. Outra novidade do texto é que, se aprovado, o juiz, no momento de aplicar a multa, poderá levar em conta o valor do carro do infrator. Quem for proprietário de automóvel mais caro poderá pagar mais.

O Globo, 1.º/2/2008, p. 8 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema nele focalizado, julgue os itens seguintes.

51 O elevado número de acidentes de trânsito, nas cidades e nas estradas, permite afirmar que, na atualidade brasileira, esse problema atinge dimensão de tragédia nacional.

52 O deplorável drama humano causado pelos acidentes de trânsito, com milhares de mortos e feridos, opõe-se ao fato de que esses acidentes não ocasionam danos materiais significativos para o país.

53 A proposta governamental de majorar o valor das multas de trânsito parece seguir o dito popular segundo o qual o bolso é a parte mais sensível do corpo humano.

54 Os especialistas acreditam que uma forte razão para o estado em que se encontra o trânsito brasileiro é a ausência de um conjunto de normas legais que o discipline.

55 Uma forma possível de pena alternativa para o condenado por delito no trânsito é a prestação de serviço em hospitais no atendimento às vítimas.

56 Infere-se do texto que, ao apresentar sua proposta, o governo está levando em conta a condição econômica e social da pessoa que infringiu as normas do trânsito.

57 Nas cidades brasileiras, o respeito à faixa de pedestre é prática generalizada, mas não contribui para a redução dos atropelamentos.

58 O uso abusivo de bebida alcoólica responde por grande parte dos acidentes de trânsito, daí a intenção do governo de tornar crime essa prática e passível de prisão o condutor embriagado.

59 A legislação brasileira admite que o motorista, quando na direção do veículo, fale ao celular, utilizando fone de ouvido, desde que por breve período de tempo.

60 Nas rodovias federais com mais de uma faixa de circulação no mesmo sentido, não há qualquer limite de velocidade estabelecido.

Situado na Região Metropolitana da Grande Vitória, o município de Vila Velha possui extensão territorial de 218 km^2, com relevo plano, em média 4 metros acima do nível do mar, possui clima tropical litorâneo. Ao norte, limita-se com a capital, Vitória; ao sul, com Guarapari; a leste, com o Oceano Atlântico; a Oeste, com Cariacica e Viana. O município de Vila Velha possui, atualmente, cerca de 405 mil habitantes.

A região está em pleno crescimento econômico. De acordo com dados obtidos na Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), Vila Velha conta com 13,5 mil empresas, sendo o maior percentual do estado do Espírito Santo.

A indústria é sua principal atividade econômica, com taxas de crescimento significativas a cada ano, na qual se destacam os pólos de confecções da Glória e Santa Inês, as indústrias de chocolate e o setor portuário.

Sua localização geográfica é privilegiada, próxima a centros urbanos de produção e consumo que concentram a maior parte do PIB do país. Vila Velha também possui uma malha rodoferroviária integrante do corredor de transportes Centro-Leste, sendo considerada uma das mais eficientes do mundo, com capacidade de transporte de 100 milhões de toneladas por ano, que representam 40% de toda a carga ferroviária brasileira anual, além de possuir as águas costeiras mais profundas da América Latina.

A Prefeitura Municipal de Vila Velha, por meio da Lei n.º 3.876/2001, reduziu a alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre as atividades de pesquisa, perfuração, cimentação, perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados à exploração e explotação de petróleo e gás natural para 2%.

Internet: <www.vilhavelha.gov.es.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir.

61 De acordo com o texto, a densidade populacional do município de Vila Velha é superior a 1.800 habitantes por km^2.

62 Considere-se que a quantidade de empresas de Vila Velha corresponda a 40% das empresas do estado do Espírito Santo. Nessa situação, infere-se do texto que o estado do Espírito Santo tem menos de 33,8 mil empresas.

63 Considere-se que, em 2006 e 2007, a malha rodoferroviária de Vila Velha tenha trabalhado com sua capacidade máxima. Com base nessas informações e no texto, é correto concluir-se que as ferrovias brasileiras transportaram, no último ano, 40% a mais do que foi transportado em 2006.

www.pciconcursos.com.br

O *ranking* das 100 melhores cidades do Brasil para a realização de novos investimentos e negócios é feito pela empresa Simonsen Associados, em parceria com a revista EXAME. Dos 5.507 municípios brasileiros, foram pesquisados apenas aqueles com população superior a 95 mil habitantes e que oferecem melhores condições para negócios. A pontuação para classificar os municípios levou em consideração fatores como: qualidade de vida, tendência dos investimentos, distribuição de renda e classes sociais e educação e grau de escolaridade.

Procedidas as análises com base em indicadores, chegou-se a um total de pontuação de cada município. A classificação final selecionou os 100 municípios com melhor combinação dos indicadores ponderados em relação à média, com base em 2001. O estado do Espírito Santo destacou-se com três cidades, de acordo com a tabela a seguir.

cidade	posição em 2000	posição em 2001	posição em 2002
Vila Velha	53	31	29
Vitória	10	13	13
Serra	141	94	96

Nota-se, a partir dos dados da tabela, que Vila Velha foi o único município do Espírito Santo a avançar, por três vezes consecutivas, no *ranking* das 100 melhores cidades do Brasil para novos investimentos. Com isso, a cidade passou à frente de importantes capitais brasileiras, como Salvador, Recife, Manaus e Belém.

Idem (com adaptações).

Tendo como referência o texto acima, considere um sistema de coordenadas cartesianas xOy em que: no eixo Ox representam-se os anos, sendo que 2000 coincide com $x = 0$, o ano 2001, com $x = 1$, e assim sucessivamente; no eixo Oy representam-se as posições das cidades citadas no texto com relação ao *ranking* mencionado. A partir dessas informações, julgue os itens seguintes.

64 Considere-se que os pontos correspondentes às posições de Vitória no *ranking* mencionado estejam sobre o gráfico de uma função da forma $y = ax^2 + bx + c$, em que a, b e c são constantes reais. Nessa situação, é correto afirmar que o ponto de máximo dessa função ocorre em um ponto x_0 tal que $x_0 < 1$ ou $x_0 > 2$.

65 Os pontos correspondentes às posições de Serra, nesse sistema de coordenadas, poderão estar sobre o gráfico de uma função da forma $y = k2^{ax}$, ou de uma função da forma $y = K\log_b x$, em que k, K, a e b são constantes reais a serem determinadas.

66 Considere-se que os pontos referentes às posições de Vila Velha estejam sobre o gráfico de uma função da forma $y = a + b \times 2^{cx}$. Nesse caso, os valores de a, b e c poderão ser encontrados resolvendo-se o sistema de equações a seguir.

$$\begin{cases} a+b=53 \\ 2^c=\dfrac{31-a}{b} \\ \left(\dfrac{31-a}{b}\right)^2=\dfrac{29-a}{b} \end{cases}$$

RASCUNHO

www.pciconcursos.com.br

Com relação a progressões e taxas de juros, julgue os seguintes itens.

67 Considere-se que um capital seja investido em determinada aplicação à taxa de juros de 9% ao ano, com capitalização mensal. Nesse caso, a taxa de juros mensal dessa aplicação é de 0,75%, a taxa nominal é igual a 9% ao ano e a taxa efetiva ao ano — I — pode ser obtida como solução da equação $1 + I = (1 + 0{,}0075)^{12}$.

68 Considere-se que um indivíduo tenha recebido R$ 65.000,00 de herança e não tenha investido esse capital; que, ao final do primeiro mês — após ter recebido a herança — e ao final de todos os meses seguintes, ele tenha passado a retirar R$ 1.500,00 para suas despesas pessoais. Nessa situação, essa herança acabará antes de decorridos 4 anos e a última retirada será de valor inferior às demais.

69 Considere-se que (a_n) seja uma seqüência que satisfaz à seguinte relação: $a_{n+1} - a_n = 2^n$ e $a_1 = 1$. Nesse caso, $a_1 + a_2 + ... + a_{100} = 2^{101} - 102$.

70 Considere-se que um computador, cujo preço à vista é de R$ 3.600,00, seja vendido em 12 prestações mensais e iguais, com a primeira prestação devendo ser paga em um mês após a compra; e que os juros sejam de 6% ao mês. Nesse caso, o valor V da prestação, em reais, pode ser obtido calculando-se a seguinte expressão:

$$V = \frac{3.600}{\frac{1}{1{,}06} + \frac{1}{1{,}06^2} + \cdots + \frac{1}{1{,}06^{12}}} = 3.600 \times \frac{0{,}06 \times 1{,}06^{12}}{1{,}06^{12} - 1}.$$

O lucro diário, em reais, de uma empresa obtido com a venda de uma unidade de determinado produto é dado por $x - 5$, em que x é o preço em reais de venda de uma unidade desse produto. A quantidade do referido produto vendida pela empresa em um dia é igual a $45 - x$.

Com respeito a essa situação, julgue os itens a seguir.

71 Se o preço da unidade do produto mencionado é R$ 15,00, então o lucro diário total obtido com esse produto vendendo-se a quantidade acima informada é superior a R$ 320,00.

72 O lucro total diário com esse produto vendendo-se a quantidade acima referida será igual a zero para $x = 5$ e $x = 45$.

RASCUNHO

www.pciconcursos.com.br

Três sócios — Mário, Alexandre e Lucas — aplicaram, no mesmo momento e na mesma aplicação de uma instituição financeira, quantias diretamente proporcionais aos números 2, 3 e 5, respectivamente. O total aplicado foi de R$ 10.000,00 e, após 6 meses, haviam recebido, juntos, R$ 3.000,00 referentes a juros.

Julgue os itens que se seguem relacionados a essa situação hipotética.

73 Se a referida instituição opera no regime de juros simples, então a taxa mensal de juros da aplicação foi inferior a 4%.

74 A quantia aplicada por Mário equivaleu a 40% da quantia aplicada por Lucas.

75 Alexandre aplicou mais de R$ 2.500,00.

A taxa mensal de um condomínio é igual a R$ 220,00 para cada um dos 20 condôminos. O condômino que paga em dia tem desconto de 15% sobre o valor mensal da taxa, e o que paga com atraso tem uma multa de 10% sobre o valor mensal da taxa. Em determinado mês, após todos os condôminos terem pago a taxa, o total arrecadado foi de R$ 4.400,00.

Acerca dessa situação, julgue os itens seguintes.

76 O total de moradores que pagaram em dia foi superior a 10.

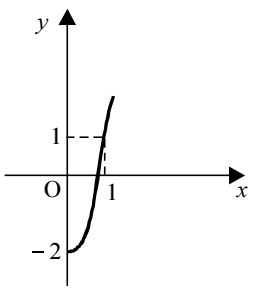
77 O valor total pago pelos condôminos que pagaram com multa foi superior a R$ 2.800,00.

Julgue os itens subseqüentes.

78 Se o primeiro e o quinto termos de uma progressão aritmética são −3 e 17, respectivamente, então o décimo termo é superior a 45.

79 A solução da equação $15 \times 2^x = 960$ é superior a 5.

80 A figura abaixo ilustra corretamente o gráfico, no plano cartesiano xOy, da função $y = 2^{x-1}$.



RASCUNHO

www.pciconcursos.com.br

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca dos veículos destinados a prestação de socorro em incêndio e salvamento, julgue os itens a seguir.

81 Os veículos mencionados, quando precedidos de batedores, têm prioridade de passagem, mesmo que as demais normas de circulação sejam desrespeitadas.

82 Se os dispositivos de alerta (luzes e sirene) do veículo de socorro estiverem acionados, o agente de trânsito presente no local deve colaborar para que os demais condutores deixem faixas de rolamento livres para a passagem desse veículo.

83 Em situação de incêndio e salvamento, o agente de trânsito deve orientar os pedestres a atravessarem rapidamente a via em que se deu a ocorrência, para deixá-la livre para a passagem do veículo de socorro.

84 Em qualquer situação, os veículos de socorro devem manter acionados, quando em curso pelas vias, os dispositivos de iluminação vermelha intermitente, podendo o alarme sonoro ficar desligado.

85 O condutor dos veículos em questão, quando tiver de passar por cruzamentos, deve fazê-lo na velocidade em que estava, por ter prioridade de passagem e para não retardar a prestação do serviço de emergência.

No que se refere ao uso das luzes e da buzina pelos condutores de veículos em trânsito, julgue os próximos itens.

86 A troca de luz baixa por luz alta de forma intermitente pode ser usada para advertir, de eventuais riscos à segurança, os condutores dos veículos que circulam em sentido contrário.

87 Quando o veículo estiver imobilizado ou circulando em situação de emergência, o condutor deve manter o pisca-alerta acionado.

88 Os condutores de veículos de transporte coletivo que trafegam em faixa exclusiva estão dispensados de utilizar o farol de luz baixa durante o dia.

89 Os condutores de veículos de carga que estão parados para fins de descarga de mercadoria devem manter acesas as luzes de posição.

90 Para evitar acidentes, a buzina deve ser acionada de forma contínua pelo condutor do veículo, como sinal de advertência.

Ao observar o comportamento dos condutores de motocicletas, motonetas, ciclomotores e bicicletas, o agente de trânsito deve procurar assegurar que as recomendações do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) relativas à condução desses meios de transporte estejam sendo seguidas. A respeito das recomendações do CTB para esses veículos, julgue os seguintes itens.

91 Tanto o condutor quanto o passageiro dos veículos mencionados devem usar vestuário de proteção, conforme as especificações do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

92 Nas situações de trânsito lento, e estando o condutor de capacete, o passageiro desobriga-se de utilizá-lo.

93 Os ciclomotores devem circular à direita da pista de rolamento, sendo vedado o uso desses veículos nas vias de trânsito rápido.

94 Nesses veículos, segundo o CTB, o passageiro deve ser transportado em assento suplementar, atrás do condutor, ou em carro lateral acoplado.

95 As bicicletas podem circular no sentido contrário ao fluxo dos veículos automotores desde que autorizadas pela autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via e desde que ela seja dotada de ciclofaixa.

O agente de trânsito deve estar capacitado para aplicar multas quando observar situações descritas pelo CTB como sendo gravíssimas. Será considerada uma infração gravíssima quando o condutor

96 dirigir o veículo sem possuir a Carteira Nacional de Habilitação ou entregá-lo a pessoa nessa condição.

97 dirigir sem usar lentes corretoras de visão, caso lhe tenham sido impostas na concessão ou renovação da licença para conduzir.

98 deixar de adotar providências para remover do local o próprio veículo envolvido em acidente sem vítima.

99 estacionar o veículo no passeio ou sobre ilhas e refúgios ou sobre divisores de pista de rolamento ou gramados.

100 ultrapassar pela contramão outros veículos nas pontes, viadutos ou túneis.

www.pciconcursos.com.br

A respeito das responsabilidades e das penalidades atribuídas aos envolvidos em situações de desrespeito às leis de trânsito, julgue os itens que se seguem.

101 Ao condutor caberão as responsabilidades decorrentes da conservação do veículo.

102 O embarcador e o proprietário são responsáveis pela infração relativa ao transporte de carga com excesso de peso nos eixos ou no peso bruto total.

103 O transportador é responsável pela infração relativa ao transporte de carga com excesso de peso, quando a carga for proveniente de mais de um embarcador.

104 O transportador é responsável pela infração de excesso de peso bruto total declarado em fatura com valor acima do limite legal, ficando isento da respectiva penalidade o embarcador.

105 Em caso de infração, não sendo imediata a identificação do infrator, o proprietário do veículo, principalmente se for pessoa jurídica, será responsabilizado por essa infração.

106 Se o veículo utilizado em uma infração for de propriedade de pessoa jurídica e o infrator não for identificado após o prazo legal previsto para essa identificação, o valor da multa aplicada ao proprietário do veículo será multiplicado pelo número de infrações iguais cometidas no período de doze meses.

Considerando as disposições existentes com relação à sinalização vertical nas vias de rolamento, julgue os itens a seguir.

107 A sinalização de regulamentação informa proibições, obrigações e restrições no uso das vias, e seu desrespeito constitui infração.

108 A sinalização de advertência, cuja finalidade é a de alertar os usuários para condições de potencial perigo, apresenta-se com fundo branco e letras vermelhas.

109 A tarja vermelha na sinalização de regulamentação indica máxima restrição.

110 As placas de indicação, por sua finalidade de ajuda ao correto posicionamento do condutor ao longo do trajeto, devem ser apresentadas apenas na forma retangular para facilitar a leitura.

111 As placas de identificação de atrativos turísticos são de fundo marrom, com legendas brancas, podendo conter pictogramas.

Acerca dos gestos e sinais que um agente ou autoridade de trânsito utiliza na comunicação com os condutores de veículos, julgue os itens que se seguem.

112 Se o agente de trânsito se posiciona com o braço levantado verticalmente, com a palma da mão para a frente, os condutores estão sendo orientados a diminuir a marcha.

113 O braço estendido horizontalmente com a palma da mão para a frente indica a necessidade de parada para todos os veículos que venham de direções que cortem ortogonalmente a direção indicada pelo braço estendido.

114 O braço estendido horizontalmente, com a palma da mão para baixo, fazendo movimentos verticais, indica ordem de parada para todos os veículos.

115 Um agente de trânsito que emite um silvo longo seguido de um breve está indicando para um condutor que este deve parar seu veículo.

116 Os sinais sonoros, por si mesmos, asseguram a atenção dos condutores, dispensando, portanto, a utilização de outros sinais, como, por exemplo, gestos.

Ao abordar Combinações para Transporte de Veículos (CTVs), é função do agente de trânsito verificar se

117 a altura das CTVs que transportam outros veículos não ultrapassa quatro metros e setenta centímetros.

118 as CTVs em trânsito noturno nas vias de pista dupla têm comprimento de até vinte e dois metros e quarenta centímetros.

119 foram instaladas placas ou lanternas laterais distantes três metros entre si nas CTVs de comprimento superior a dezenove metros e oitenta centímetros.

120 as CTVs obedecem aos limites legais de peso estabelecidos pelo CONTRAN.

www.pciconcursos.com.br

CONCURSO PÚBLICO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE ITABAIANA – SMTT

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2010

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES

01 - Material a ser utilizado: caneta esferográfica azul ou preta. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado com etiqueta.

02 - Não é permitido consulta, utilização de livros, códigos, dicionários, apontamentos, apostilas, calculadoras e etc. Não é permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem a respectiva identificação e o devido recolhimento de telefone celular, bip e outros aparelhos eletrônicos.

03 - Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e nem fumar.

04 - A duração da prova é de 03 (três) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento da Folha de Respostas (Gabarito).

05 - Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.

06 - O Caderno de Provas consta de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha para os cargos de nível fundamental e médio e 40 (quarenta) questões para os cargos de nível médio magistério e superior. Leia-o atentamente.

07 - As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 05 (cinco) opções (A a E) e uma única resposta correta.

08 - Ao terminar a conferência do Caderno de Provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.

09 - Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

10 - O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas levando o Caderno de Provas, no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos, após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o Caderno de Provas.

11 - Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar um termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado o Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade escolar.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no *site* www.consulplan.net, às **16h00min do dia subsequente ao da realização da prova escrita.**

- Os recursos deverão ser apresentados, conforme determinado no **item 8 do Edital de Concurso Público nº. 001/2010**, sendo observados os seguintes aspectos:

a) O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de **48 (quarenta e oito) horas ininterruptas, iniciando-se às 16h00min do dia 19 de julho de 2010, encerrando-se às 16h00min do dia 21 de julho de 2010**, a partir da divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no *site* www.consulplan.net.

b) A interposição de recursos poderá ser feita **somente via Internet**, através do **Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos,** com acesso pelo candidato ao fornecer os dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, à **Consulplan,** conforme disposições contidas no *site* www.consulplan.net, no *link* correspondente ao Concurso Público.

www.pciconcursos.com.br

TEXTO I:

Saiu da garagem, pagou

A Holanda vai cobrar tarifa por quilômetro rodado de todos os carros do país.
A intenção é diminuir os enormes congestionamentos de trânsito.

Holanda, um dos países com maior densidade populacional da Europa, é também um dos que mais sofrem com congestionamentos de trânsito. Nos horários de pico, em Amsterdã e arredores, as lentidões chegam a se estender por 1000 quilômetros. Na tentativa de diminuir essa tortura diária infligida aos cidadãos, o ministério dos transportes holandês anunciou que, a partir de 2012, passará a cobrar uma taxa por quilômetro rodado de todos os carros que circulam no país. A tarifa básica será de 3 centavos de euro por quilômetro, com previsão de reajuste gradual até chegar a 6,7 centavos em 2017. Os valores serão maiores nas vias mais movimentadas e nos horários com volume de trânsito maior. Carros híbridos e muito econômicos terão descontos. Como compensação pela nova taxa, os impostos sobre veículos serão reduzidos. Até a cobrança entrar em vigor, todos os motoristas holandeses terão de equipar seus carros com aparelhos de GPS, que enviarão as informações sobre sua movimentação a uma central responsável pela cobrança. A falta do GPS acarretará multa.

Com a medida, o governo holandês espera reduzir pela metade os congestionamentos de trânsito até 2020. Outra consequência será a diminuição das emissões de gases do efeito estufa. Esse benefício é especialmente bem-visto num país com boa parte de seu território abaixo do nível do mar. Caso se concretize a previsão de elevação dos oceanos devido ao derretimento das geleiras do Ártico, a Holanda seria uma das primeiras vítimas da inundação das zonas costeiras.

(Nathalia Butti/Veja - Edição 2146 / 6 de janeiro de 2010 / com adaptações)

01) Acerca das ideias do texto analise:

I. Infere-se do texto que o ministério dos transportes da Holanda, na tentativa de reduzir problemas de trânsito, anunciou medidas contrárias à opinião pública daquele país.

II. De acordo com o texto, as emissões de gases do efeito estufa têm ligação direta com o grande volume de carros em circulação.

III. Depreende-se do texto que, em um período de oito anos, a partir da aplicação da medida anunciada pelo governo holandês, os congestionamentos de trânsito estarão no início do processo de redução.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

A) I B) I, III C) II, III D) II E) I, II

02) Acerca do trecho "*... tortura diária infligida aos cidadãos,...*", mantém-se a coesão textual e o sentido original com a seguinte reescrita:

A) Tortura diária infligida pelos cidadãos.
B) Cidadania que inflige uma tortura diária.
C) Tortura diária mantida pelos cidadãos.
D) Imposição dos cidadãos diariamente.
E) Tortura que inflige-se diariamente aos cidadãos.

03) O segundo parágrafo do texto é iniciado por uma expressão que:

A) Retoma o assunto explicitado anteriormente.
B) Contradiz o assunto relatado anteriormente.
C) Estabelece uma relação afetiva com o tema exposto no primeiro parágrafo.
D) Expõe argumentos contrários aos fatos apresentados no primeiro parágrafo.
E) Indica que o tema exposto no primeiro parágrafo será substituído por um novo tópico.

04) No segundo parágrafo, a expressão "*espera reduzir*" indica que, com a medida anunciada quanto ao grande congestionamento de trânsito na Holanda, o governo:

A) Está certo de que o reduzirá drasticamente.
B) Mostra-se pessimista diante da situação atual, já que não fala em extinção do congestionamento, mas apenas em redução.
C) Possui uma expectativa de considerável redução.
D) Espera que haja uma grande melhora neste congestionamento.
E) Mostra-se otimista diante da situação atual, não considerando a realidade atual.

05) Tendo em vista que cada texto é produzido em situações e contextos diferentes e que cada um deles cumpre uma finalidade específica, o texto "*Saiu da garagem, pagou*" tem por objetivo:

A) Relatar experiências vividas.
B) Narrar uma história fictícia.
C) Argumentar para persuadir o interlocutor sobre um ponto de vista.
D) Relatar experiências vividas para persuadir o interlocutor.
E) Informar o interlocutor sobre fatos da realidade.

06) Na tira a seguir, a expressão *"devido a"* pode ser substituída sem prejuízo do sentido original por:

(Laerte – http://p.php.uol.com.br/laerte/index.php)

A) Com o propósito de.
B) Em virtude de.
C) Para.
D) Ignorado por.
E) Embora haja.

07) O site do Detran/SE - Departamento Estadual de Trânsito de Sergipe, com acesso em 02 de maio de 2010, demonstra em sua página a seguinte enquete:

Para você, qual é a maior causa de acidentes de trânsito em Sergipe?

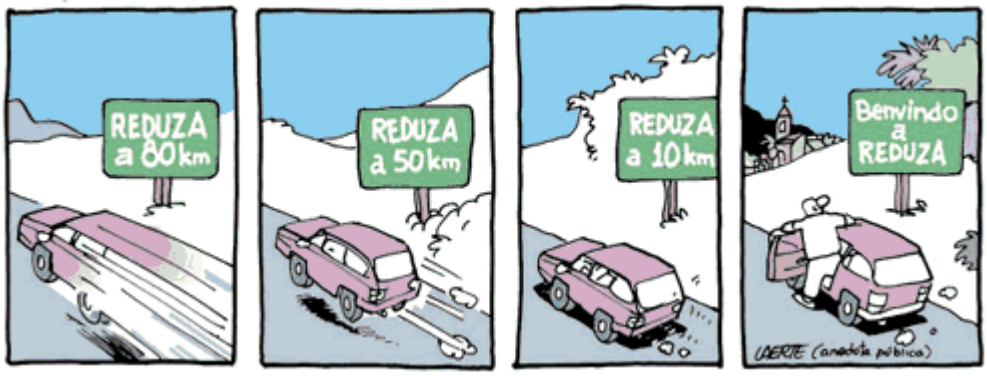
( ) Despreparo dos condutores.
( ) Imprudência.
( ) Estradas mal conservadas.
( ) Falta de manutenção nos veículos.
( ) Ausência de policiamento.
( ) Não sei.

(www.detran.se.gov.br)

Considerando-se a construção da pergunta a partir da qual serão colhidas informações a respeito do trânsito em Sergipe subentende-se que:

A) Pretende-se, através de uma pesquisa, traduzida em depoimento, averiguar a possível maior causa de acidentes do trânsito em Sergipe para a opinião pública.
B) Ao fim da enquete, será possível estabelecer um banco de dados objetivos e estatísticos a respeito da maior causa de acidentes de trânsito em Sergipe.
C) O despreparo dos condutores está em primeiro lugar até o momento na pesquisa como a maior causa de acidentes de trânsito em Sergipe.
D) A opção "Não sei." deverá ser assinalada por aqueles que não possuem CNH (Carteira Nacional de Habilitação).
E) A opção "Ausência de policiamento." não é coerente com o assunto principal da pesquisa: acidentes de trânsito.

08) O humor da tira se constrói a partir do uso da polissemia das palavras. Considerando a parte verbal e visual da tira infere-se que:



(Laerte – http://p.php.uol.com.br/laerte/index.php)

A) As placas de trânsito do 1º e 2º quadrinhos não possuem uma coerência com a mensagem do quadrinho final.
B) A atitude do motorista demonstra que ele possui o conhecimento do significado assumido, no último quadrinho, pela palavra "reduza" desde o 1º quadrinho.
C) A palavra "reduza" assume um novo sentido no último quadrinho que muda a perspectiva do motorista.
D) Apenas a placa do 1º quadrinho possui uma coerência com a placa do quadrinho final.
E) O motorista demonstra ser imprudente não seguindo corretamente o indicado pela sinalização.

TEXTO II:

(pensecomigo. com. / Banner Paz no Trânsito – Trocas / Prefeitura de Brusque – SC)

09) Considerando slogan e imagem anteriores, depreende-se que tal campanha comunitária tem por finalidade:

A) Esclarecer, orientar e persuadir a população em geral, habilitada à direção, sobre a segurança no trânsito.
B) Esclarecer sobre as leis de trânsito já existentes e seu devido cumprimento.
C) Reduzir os congestionamentos de trânsito, principalmente nas grandes cidades.
D) Orientar a população em geral, acerca do uso exclusivo de peças originais nos veículos.
E) Alertar a população sobre os perigos do trânsito nas grandes cidades.

10) O slogan *"Para o corpo humano não existem peças originais"* associado à parte visual do banner, indica:

A) A consequência do uso de peças não originais nos automóveis.
B) A evolução da tecnologia no tratamento de pessoas com necessidades especiais.
C) Uma oposição entre o slogan e a parte visual do banner.
D) Uma comparação entre o corpo humano e o automóvel.
E) A imprudência de grande parte dos motoristas atualmente.

CAPACIDADE DE PERCEPÇÃO E RACIOCÍNIO LÓGICO

11) Num ônibus existiam 36 passageiros. Em uma determinada parada desembarcaram um terço dos passageiros e, em seguida, embarcaram um número correspondente a dois terços do total que continuou no interior do ônibus. Quantas pessoas passaram a existir no interior do ônibus a partir de então?

A) 38 B) 42 C) 34 D) 36 E) 40

12) Sejam duas circunferências C_1 e C_2. Se o raio de C_1 tem o dobro da medida do diâmetro de C_2, quantas vezes o diâmetro de C_1 é maior que o raio de C_2?

A) 2 B) 4 C) 6 D) 8 E) 12

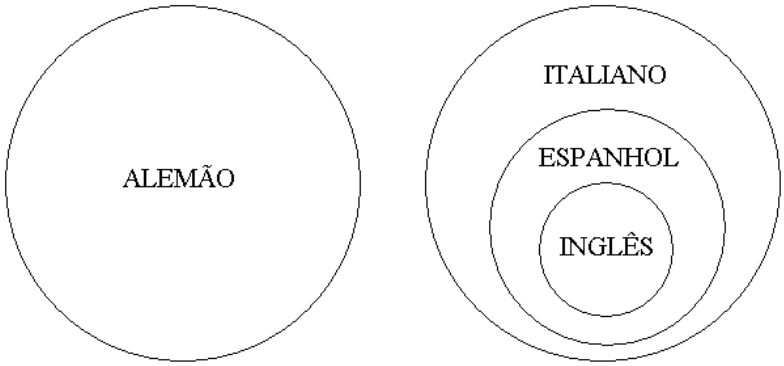
13) O produto de 14 por x é um número dez vezes maior que a soma de 14 e x. Qual é a diferença entre x e 14?

A) 18 B) 21 C) 24 D) 23 E) 25

14) Qual das proposições abaixo é verdadeira?

A) O ar é necessário à vida e a água do mar é doce.
B) O avião é um meio de transporte ou o aço é mole.
C) 6 é ímpar ou $2 + 3 \neq 5$.
D) O Brasil é um país e Sergipe é uma cidade.
E) O papagaio fala e o porco voa.

15) Numa determinada escola de idiomas, todos os alunos estudam alemão ou italiano. Sabe-se que aqueles que estudam inglês estudam espanhol e os que estudam alemão não estudam nem inglês nem espanhol, conforme indicado no diagrama a seguir.



Pode-se concluir que:

A) Todos os alunos que estudam espanhol estudam inglês.
B) Todos os alunos que estudam italiano estudam inglês.
C) Alguns alunos que estudam espanhol não estudam italiano.
D) Alguns alunos que estudam italiano não estudam inglês.
E) Alguns alunos que estudam alemão estudam italiano.

16) Sejam A, B e C três algarismos distintos de forma que 45A x CB7 = 120951. Assim, pode-se afirmar que:
A) C < A < B B) B < A C) C > A D) C < B < A E) A < C < B

17) Numa gaveta há x pastas, todas com a mesma quantidade de envelopes. Se o número n de envelopes contido em cada pasta é igual ao triplo do número de pastas da gaveta, sabe-se que o número total de envelopes contidos nesta gaveta é:
A) $\frac{n^2}{3}$ B) 3n C) 3nx D) $3x^2$ E) $\frac{x^2}{3}$

18) Mauro, Amaro e César compraram aparelhos distintos cada um, sendo um notebook, uma câmera digital e uma filmadora. Sabe-se que cada um efetuou a compra de forma diferente: um aparelho foi comprado na loja, outro pela Internet e o outro pelo telefone. Sabe-se ainda que Amaro efetuou sua compra pelo telefone, César não comprou a câmera digital, Mauro comprou o notebook, e a filmadora não foi comprada na loja. Assim, pode-se concluir que:
A) Amaro não comprou a câmera digital.
B) César efetuou sua compra pela Internet.
C) A câmera digital não foi comprada pelo telefone.
D) Mauro não efetuou sua compra na loja.
E) Amaro comprou a filmadora.

19) Qual das figuras geométricas citadas é não-plana?
A) Triângulo. B) Paralelogramo. C) Circunferência. D) Paralelepípedo. E) Círculo.

20) Adriano, Bruno, Carlos e Diego são irmãos. Sabe-se que Diego é 2 anos mais novo que Carlos, Adriano é 1 ano mais velho que Diego e Bruno nasceu 2 anos antes de Carlos. Qual das sequências apresentadas indica a ordem de nascimento desses irmãos?
A) Bruno, Carlos, Adriano, Diego.
B) Adriano, Carlos, Diego, Bruno.
C) Carlos, Bruno, Diego, Adriano.
D) Diego, Adriano, Carlos, Bruno.
E) Bruno, Adriano, Diego, Carlos.

CONHECIMENTO TÉCNICO ESPECÍFICO PERTINENTE AO EXERCÍCIO DO CARGO

21) Sobre as normas gerais de circulação e conduta, analise:
I. O condutor que for ingressar numa via, procedente de um lote lindeiro a essa via, deverá dar preferência aos veículos e pedestres que por ela estejam transitando.
II. Antes de realizar conversões à esquerda, à direita ou manobras de retorno, é dever do condutor sinalizar previamente e colocar o seu veículo na faixa apropriada.
III. A circulação far-se-á pelo lado direito da via, admitindo-se as exceções devidamente sinalizadas.
Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):
A) I, II B) II, III C) III D) II E) I, II, III

22) Os sinais sonoros devem ser utilizados somente em conjunto com os gestos do Agente de Trânsito. Acerca disso, assinale V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:
( ) Um silvo breve libera o trânsito em direção ao sentido indicado pelo Agente de Trânsito.
( ) Dois silvos breves indicam parada obrigatória dos veículos.
( ) Um silvo longo, quando necessário, faz diminuir a marcha dos veículos.
A sequência está correta em:
A) F, F, V B) V, V, F C) F, V, V D) V, V, V E) V, F, V

23) A retenção do veículo significa que o veículo deverá permanecer no local até a regularização de situações, quando:
I. O condutor deixar de portar ou exibir à autoridade de trânsito ou seus agentes os documentos exigidos por lei ou regulamento.
II. Tratando-se de motocicletas, motonetas ou similares, ou condutores e/ou passageiros transitarem sem capacete de segurança.
III. Estiver junto ou sobre hidrantes de incêndio, registros de água e poços de visita de galerias subterrâneas, devidamente sinalizadas.
Está(ão) correta(s) apenas a(s) alternativa(s):
A) III B) I C) II, III D) I, II, III E) I, II

24) A Lei Orgânica do município de Itabaiana em seu artigo 72, assim estabelece:
I. *"é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical."*
II. *"o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal."*
Analise as duas citações legais e marque a alternativa correta:
A) As duas citações estão incompletas.
B) A citação I é correta e a II, incorreta.
C) A citação II é correta e a I, incorreta.
D) As duas citações são corretas.
E) A citação I é correta e a II, incompleta.

25) A acumulação remunerada de cargos, quando há compatibilidade de horário, conforme a Lei Orgânica Municipal de Itabaiana, é permitida:

A) No caso de dois cargos de professor.
B) No caso de dois cargos de assistente administrativo.
C) Quando os dois cargos forem de dedicação exclusiva.
D) Quando um ocorrer na área financeira e outro científico.
E) Por afastamento legal em férias.